Contas Fatais



A Ousadia de um Auditor Adventista em Busca de Transparência

David Dennis

CONTAS FATAIS

A audácia de um auditor adventista em busca de transparência

David D. Dennis

Publicado por **Adventist Today**

Dados editoriais e catalográficos

Contas Fatais: A audácia de um auditor adventista em busca de transparência
David D. Dennis

Inclui índice.

ISBN 0-9786141-7-8 (edição impressa).

1. Adventistas do Sétimo Dia — Clero.
2. Adventistas do Sétimo Dia — História.

© 2009 David D. Dennis. Todos os direitos reservados.

Nota desta edição em português: o exemplar digital inglês utilizado apresenta uma lacuna no capítulo 2: a página 10 da numeração impressa está ausente, entre as páginas 9 e 11. A ausência está assinalada no ponto correspondente da tradução. As páginas preliminares vi e vii do Prefácio estão presentes e foram traduzidas.

Impresso nos Estados Unidos da América.
Adventist Today — Riverside, Califórnia.

> “As corrupções do mundo sempre acabam encontrando seu caminho para dentro das instituições religiosas e, quando isso acontece, as autoridades religiosas perdem a credibilidade. As ‘deficiências’ e hipocrisias que já seriam graves em políticos seculares são ainda piores entre os clérigos.” — Jon Maecham, *Newsweek*, 29 de junho de 2009.

Sumário

Dedicatória — i
Apresentação — ii
Prefácio — vi
Por que escrevo — viii
Capítulo 1: A queda do machado — 1
Capítulo 2: De Robinson Hill a Peanut Hill — 8
Capítulo 3: Irei aonde quiseres que eu vá — 16
Capítulo 4: Armando novamente nossa tenda — 22
Capítulo 5: Colhendo o que havíamos semeado — 30
Capítulo 6: Pregando os pregos no meu caixão — 43
Capítulo 7: Os desafios do braço direito — 50
Capítulo 8: Uma contestação judicial envolvendo a Universidade de Loma Linda — 58
Capítulo 9: Negócios do Pato Azul — 67
Capítulo 10: Rompendo o vínculo — 77
Capítulo 11: A teologia do dízimo — 89
Capítulo 12: O presente sem espírito da fofoca — 96
Capítulo 13: Liderança adventista e sexo — 104
Capítulo 14: A queda de Folkenberg — 113
Capítulo 15: Para onde vamos daqui? — 125.

Os números acima correspondem à paginação da edição original em inglês.

Dedicatória

Dedico este livro a Charlotte, minha fiel companheira de quase meio século, e aos nossos dois maravilhosos filhos, Cheryl e Sam. Todos permaneceram lealmente ao meu lado, com amor e encorajamento, quando os tempos se tornaram difíceis e outras pessoas zombavam e escarneciam.

Apresentação

Há mais de vinte anos conheço Dave Dennis. Ele já dirigia havia cerca de dez anos o Serviço de Auditoria da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia quando, em 1986, cheguei ao Instituto de Pesquisas Bíblicas da Associação Geral. Ao longo de nossos anos de convivência, vi em Dave um verdadeiro cavalheiro cristão, profundamente interessado no bem-estar espiritual e financeiro de sua denominação, assim como das congregações locais nas quais prestava culto.

Fazer auditoria é um pouco como pilotar aviões. Envolve horas de monotonia, intercaladas por momentos de puro terror. É um trabalho tedioso, mas, de tempos em tempos, o auditor encontra lançamentos e investimentos que contrariam as normas, e isso pode provocar confrontos.

Até onde sei, Dave sempre foi um auditor excepcional. E, como ocasionalmente descobria e comunicava condutas financeiras irregulares de alguns dirigentes da Igreja, esses dirigentes deixaram de demonstrar entusiasmo pelo seu trabalho.

Houve uma tentativa de removê-lo do cargo durante a Assembleia da Associação Geral em Indianápolis, Indiana, em 1990. Surgiram, porém, objeções, e um grupo de colegas auditores de Dave compareceu perante a comissão, defendendo a integridade de seu trabalho. Dave foi reconduzido ao cargo, em grande parte porque seus colegas de profissão valorizavam seu trabalho e suas qualificações.

Naquela época, dois presidentes de associações locais me disseram que não aprovavam os métodos de auditoria de Dave. Nenhum deles, entretanto, questionou sua honestidade ou seu compromisso com a Igreja.

As dificuldades de Dave, contudo, estavam apenas começando. Em 1994, durante as férias, um dirigente da Associação Geral ouviu um boato de que uma mulher afirmava ter mantido com Dave um relacionamento sexual impróprio. Tanto Dave quanto sua esposa conheciam bem a acusadora, uma pessoa emocionalmente fragilizada. Na verdade, haviam concordado em hospedá-la em sua casa, em Singapura, durante um período em que se temia que ela pudesse cometer suicídio.

Em 1994, porém, a mulher já havia passado por um divórcio, e seu segundo casamento estava em dificuldades. Por isso, procurara a ajuda de uma terapeuta, ocasião em que teria "recuperado a memória" de um caso com Dave — um encontro ocorrido num hotel não identificado, cerca de doze anos antes, quando Dave viajava acompanhado da esposa. Na pior hipótese, a acusação era uma mentira; na melhor, produto de uma imaginação excessivamente ativa.

Normalmente, a denominação oferece a seus empregados estimados ampla oportunidade de responder a acusações, especialmente em casos como o de Dave, nos quais a acusadora tem motivos pessoais para apresentar a denúncia, mas não dispõe de qualquer prova material, e os detalhes são vagos e pouco convincentes.

Entretanto, forças poderosas na Associação Geral queriam remover Dave do cargo. Decidiu-se que o depoimento da mulher seria utilizado para tentar convencê-lo a pedir demissão. A estratégia, porém, saiu pela culatra quando Dave se recusou categoricamente a renunciar, pois tanto ele quanto Charlotte sabiam que a acusação era falsa.

Assim, os acusadores deram o passo seguinte e convocaram uma pequena comissão, composta de cerca de seis pessoas: a mulher e alguém que a apoiava, Dave e alguém que o apoiava, além de dois dirigentes da Associação Geral encarregados de conduzir o procedimento.

Em seguida, foi convocada uma reunião especial da Comissão da Associação Geral para decidir a questão. Embora tivesse sido prometido aos membros da comissão o fornecimento das transcrições da reunião menor, elas nunca apareceram. Em vez disso, informou-se à comissão que Dave não havia demonstrado de maneira conclusiva que o relacionamento não ocorrera e que, portanto, deveria ser demitido.

A contragosto, permitiram que Dave lesse uma defesa de cinco minutos. Depois, foi mandado para fora da sala, enquanto a comissão discutia o caso durante um total de sete horas. Sua demissão exigia uma maioria de dois terços e, finalmente, talvez por puro esgotamento físico, a proposta de demiti-lo passou por uma margem apertada, com menos de 70% de votos favoráveis.

Dave foi sumariamente repelido quando solicitou formalmente o direito de recorrer a uma comissão de queixas. Por fim, ajuizou uma ação contra a Associação Geral por difamação e demissão indevida. A condução da fase judicial desse processo foi ainda mais irregular do que tudo o que havia acontecido antes. Uma equipe jurídica muito cara, formada por profissionais de três escritórios de advocacia de Washington, D.C., acumulou dezenas de horas faturáveis durante uma semana extenuante, colhendo depoimentos de Dave e de seus familiares. Mas, quando chegou a vez de os dirigentes da Associação Geral mais diretamente envolvidos no caso prestarem depoimento, eles se abrigaram sob a proteção da Primeira Emenda e se recusaram a testemunhar sob juramento.

Os dirigentes e advogados que representavam a Associação Geral afirmavam ter um caso sólido contra Dave, mas passaram sete anos lutando, a um custo elevado, para impedir que a causa fosse julgada. Utilizando — e, na minha opinião, abusando — a separação entre Igreja e Estado estabelecida pela Primeira Emenda, os dirigentes eclesiásticos alegaram imunidade contra processos judiciais. Mesmo depois de fracassar perante a mais alta corte estadual de Maryland, a Associação Geral continuou gastando dinheiro e recorrendo, até que o caso retornou a um juiz de instância inferior. Esse magistrado concordou que os dirigentes religiosos não poderiam ser julgados por práticas indevidas que porventura tivessem cometido no exercício de suas funções. (Fica a pergunta: o juiz tomaria hoje a mesma decisão, depois que sacerdotes católicos passaram a ser rotineiramente processados na Justiça civil por abusos sexuais contra paroquianos?)

Dave, entretanto, recebeu alguma reparação moral quando o dirigente da Associação Geral que tinha a maior responsabilidade por sua demissão foi, ele próprio, obrigado a renunciar — porque havia realizado transações financeiras irregulares fora dos canais da Igreja. Tornou-se então bastante evidente por que ele desejara afastar Dave de seu caminho.

Relatei esses acontecimentos conforme os observei. As interpretações podem divergir, mas acredito que este panorama geral do processo histórico seja razoavelmente preciso. Dave não cometeu crime algum, a não ser tentar preservar a integridade financeira das contas da Igreja. Como servo fiel da denominação, prestou-lhe bons serviços durante quase 35 anos. Foi vítima de uma grande injustiça e merece um pedido de desculpas da atual liderança da Igreja. Venham ou não essas desculpas, Dave prossegue como servo fiel, ativo em sua congregação adventista local e seguindo de perto os passos de seu Mestre, o Senhor Jesus Cristo.

William H. Shea, M.D., Ph.D.
Ex-diretor associado, Instituto de Pesquisas Bíblicas
Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia
Bristow, Virgínia.

Prefácio

Grandes homens passam anos escrevendo suas memórias, concentrando-se nas boas ações e nos momentos notáveis de suas vidas. Sabem muito bem que, nos registros da eternidade, a fama não passa de uma visão noturna — uma névoa de vapor que se espalha sobre a tapeçaria do tempo e do espaço.

Escolhi escrever esta autobiografia não para reivindicar grandes realizações, mas para contar a verdade simples sobre os acontecimentos que me afastaram de uma vida inteira de serviço à minha Igreja — uma Igreja que sustentei e amei durante toda a vida.

Minha inspiração vem do humilde Filho de um carpinteiro, desprezado e rejeitado pelos homens, falsamente acusado e condenado numa farsa de julgamento. Foi abandonado e caluniado por colegas e amigos, e Seu nome foi arrastado pela lama do Gólgota.

Experimentei apenas uma pequena parcela do que Ele sofreu, mas Sua história me dá forças para escrever — pois eu, como Ele, tenho temperamento reformador.

Nasci num lar adventista do sétimo dia, o caçula de três filhos. Aos treze anos, ingressei na Igreja e permaneci membro convicto por toda a vida — há mais de 57 anos. Meus pais fizeram sacrifícios para que eu frequentasse escolas confessionais adventistas durante a maior parte dos estudos primários e universitários.

Depois de me formar em Administração de Empresas, a Igreja me recrutou para atuar na área financeira no exterior. Durante a década de 1960 e o início da década de 1970, moramos sucessivamente no Uruguai, no Chile, na Indonésia e em Singapura. Embora eu trabalhasse principalmente como contador, tesoureiro e auditor, também preguei séries evangelísticas na Ásia, no Canadá, nos Estados Unidos, na África e na Europa.

Durante os últimos dezenove anos de minha carreira de quase 35 anos, fui diretor de auditoria interna na sede mundial da Igreja, onde descobri corrupção financeira relacionada ao presidente da Igreja e a um de seus vice-presidentes. Em contrapartida, fui sumariamente demitido em 1994, o que efetivamente me impediu de apresentar um relatório oficial na Assembleia Quinquenal da Associação Geral que se realizaria em 1995.

Para apressar minha demissão antes da Assembleia de 1995, o presidente apresentou acusações falsas de que eu havia cometido má conduta sexual e, na prática, tratou-me como "culpado até prova em contrário". Administradores da Igreja em todo o mundo foram informados de minhas supostas transgressões, e meu nome e minha reputação foram completamente destruídos.

Neste livro, resumo minha vida até aquele momento e apresento razões convincentes pelas quais, a meu ver, foram levantadas acusações falsas contra mim e por que a demissão acabou sendo motivada pela oposição às reformas que eu defendia.

Não é uma história agradável, embora eu tenha feito todo o esforço para ser preciso e para perdoar aqueles que trouxeram esse mal não apenas sobre mim, mas também sobre minha esposa de quase cinquenta anos e sobre meus filhos e netos.

Por que escrevo

Três razões principais me levam a escrever. Primeiro, porque eu era um empregado eleito da Igreja, o sistema jurídico dos Estados Unidos recusou-se a examinar meu pedido de reparação, invocando questões de separação entre Igreja e Estado. Segundo, espero continuar sendo uma voz articulada em favor da reforma no sistema pesado e complexo que chamamos de administração da Igreja Adventista. Finalmente, ao expor o tratamento que recebi, espero de alguma maneira ajudar a proteger outros reformadores que estão surgindo agora e que surgirão no futuro.

Continuo sendo membro ativo da Igreja Adventista do Sétimo Dia — minha congregação local não atribui credibilidade alguma às acusações que a Associação Geral apresentou contra mim. Por minha vez, ao longo dos últimos quinze anos, aprendi a reconhecer a diferença contrastante entre o comportamento repreensível da liderança e a beleza da mensagem adventista. Menos de cinco anos depois de minha demissão, meu principal antagonista, Robert Folkenberg, foi ele próprio afastado do cargo quando admitiu ter realizado transações financeiras impróprias. Mas sua queda não me trouxe alegria — ele também foi vítima de um sistema que cresceu tanto que já não pode ser administrado adequadamente. Chegou a hora de o adventismo abandonar seu estilo hierárquico de administração, modelado no catolicismo romano, e considerar seriamente uma forma mais simples de liderança.

Hoje sou certamente mais cauteloso e, de muitas maneiras, mais sábio do que era quando trabalhava para a Igreja. Infelizmente, meus filhos sofreram profunda desilusão ao testemunharem o tratamento dispensado a mim e à mãe deles. Como família, oramos por mudanças na Igreja Adventista. Nossa história é apenas uma entre milhares de histórias de

pessoas que desejam reformar a instituição e desafiam o estado de coisas vigente. Nossos corações e nossas orações estão com todas elas.

Registro digno de nota

O suplemento da *Adventist Review* para a 58ª Assembleia da Associação Geral, realizada em St. Louis em 2005, publicou as seguintes declarações de quatro delegados identificados nominalmente e com direito a voto, que alertaram seus colegas sobre os problemas enfrentados pela Igreja com seus chamados "líderes servidores":

> "Às vezes os auditores encontram discrepâncias em questões financeiras. Seus relatórios frequentemente contêm recomendações explícitas, mas os administradores fazem pouco ou nada para corrigir esses erros. Já ouvi pessoas dizerem que não se preocupam com o relatório dos auditores porque têm ligações com aqueles que detêm o poder e permanecerão no cargo."
>
> "Por vezes, integridade, veracidade, honestidade e sinceridade não são evidentes numa entidade; torna-se impossível para uma pessoa apontar os erros, porque o engano, a desonestidade e a falta de sinceridade já se tornaram sistêmicos. Quando um grupo de pessoas cria e alimenta um ambiente de corrupção, e quando a corrupção institucionalizada é aceita como modo de vida, que meios restam à pessoa que procura promover mudanças?"
>
> "As pessoas não estão dispostas a seguir líderes incompetentes."
>
> "Vou direto ao ponto. Nosso povo perdeu a confiança na liderança da Igreja, de cima a baixo."

Capítulo 1 — A queda do machado

Ainda consigo visualizar nitidamente, com os olhos da memória, a sala da Comissão da Associação Geral (AG) naquele distante dia de outubro de 1994. O falecido Charles Hirsch, ex-vice-presidente da AG, coordenava o procedimento de meu julgamento eclesiástico. Pela introdução que fez antes da audiência, percebi que já havia decidido como tudo terminaria. Não recebi antecipadamente qualquer informação sobre quem participaria da reunião, mas o advogado Walter Carson havia me prometido — falsamente, como se verificou — que não estaria diretamente envolvido. De todo modo, isso não passava de formalidade; o caso já estava decidido de antemão.

Meu acusador, o vice-presidente Kenneth Mittleider, trouxe Barbara Middag, sua secretária particular havia muitos anos, para atuar como secretária responsável pelo registro da reunião. No estilo típico das comissões denominacionais, um grupo de julgadores escolhidos a dedo estava sentado ali para decidir contra mim. Entre eles estavam minha antiga colega da América do Sul, Rowena Rick; Susan Sickler, membro da Comissão da Associação Geral, de Ohio; Rogelio Weiss, um hispânico que havia trabalhado com Mittleider na Associação Potomac; e Richard Barron, um pastor afro-americano.

Na extremidade da sala de reuniões, no complexo da AG, estavam Elizabeth “Beth” Heisler Olson Adels e sua conselheira psicológica; uma caixa de lenços de papel Kleenex havia sido estrategicamente colocada nas proximidades. Fui então informado de que qualquer pessoa que testemunhasse em meu favor não poderia permanecer presente durante o julgamento — um problema, pois eu considerava vital para minha defesa o depoimento pessoal de minha esposa, Charlotte. Assim, em vez de poder

permanecer sentada comigo durante o procedimento, ela teve de esperar do lado de fora até chegar a sua vez de falar.

No último momento, convidei meu antigo amigo, o falecido Kenneth Wood, ex-editor da *Adventist Review* e presidente do conselho do Patrimônio Literário de Ellen G. White, para sentar-se comigo. Mais tarde, isso se voltou contra mim, quando o próprio Wood me pressionou a renunciar ao cargo e passou a se opor a mim depois que recusei fazê-lo. Eu não havia percebido que ele e Robert Folkenberg, então presidente da Igreja, eram amigos íntimos. Na verdade, Wood havia promovido e ajudado a financiar um mural do artista Elfred Lee no qual a figura de Robert Folkenberg conduz os fiéis adventistas por um caminho estreito rumo ao céu! Inspirada numa visão relatada pela fundadora da Igreja, Ellen White, essa pintura está hoje exposta nos escritórios do Patrimônio Literário de Ellen G. White, na Associação Geral.

No fundo da sala, conduzindo os procedimentos, estavam meus acusadores, Mittleider e Carson. Com a pompa sombria de um funeral, a sessão começou com uma meditação baseada, apropriadamente, em Mateus 18, mas omitindo convenientemente o versículo 15, no qual os cristãos recebem a orientação de procurar primeiro, diretamente, os irmãos e irmãs quando têm alguma queixa contra eles. Carson então iniciou um eloquente ataque de noventa minutos contra mim e minha família.

Citou extensamente um documento autenticado em cartório que ele e Beth haviam preparado, no qual relatavam as supostas lembranças dela de atividades sexuais comigo.

Carson também mencionou cartas fornecidas por Melvin Seard, chefe de segurança da AG, que havia colaborado com a acusação durante todo o processo. O próprio Seard mantivera, um ano ou mais antes, um relacionamento extraconjugal com Christine Seek Metcalf Pyle Baerg,

operadora da central telefônica da AG, e acreditava equivocadamente que eu havia revelado aquele relacionamento. Curiosamente, Seard, um afro-americano de pele clara, havia sido inocentado pela Comissão de Pessoal da AG, que se mostrava sensível à possibilidade de que qualquer medida disciplinar parecesse motivada por preconceito racial.

De repente, esse homem apresentou cartas fabricadas que eu supostamente teria escrito a Baerg, sua antiga parceira amorosa. Mittleider e Carson afirmaram que essas cartas provavam que eu havia flertado com Baerg e que, por inferência, era um mulherengo inveterado. No entanto, as cartas nunca foram submetidas a peritos para determinar sua autenticidade, e nem Seard nem Baerg prestaram depoimento sob juramento a respeito do assunto.

Em seguida, Beth contou sua história com hesitação, recorrendo generosamente à caixa de lenços Kleenex. Retirou as acusações anteriores de que eu havia feito massagens eróticas em suas costas quando ela era uma adolescente hospedada em minha casa, vinte anos antes. Essas massagens não tinham conotação erótica, afirmou agora — ao contrário do que ela e Carson haviam escrito em sua declaração juramentada. Disse também que, refletindo melhor, a alegação de que eu a havia apalpado em Singapura fora apresentada de forma equivocada na declaração. Mas manteve a história de que havia se encontrado comigo num motel perto de sua casa, no Tennessee, cerca de doze anos antes. Assim, o caso passou a depender inteiramente de sua capacidade de provar que esse encontro acontecera — algo que Charlotte e eu sabíamos que ela não conseguiria fazer, pois o encontro nunca ocorrera.

Beth afirmou que a terapia psicológica a havia ajudado a recordar esse encontro há muito esquecido — que, doze anos antes, nós nos encontráramos num hotel para fins sexuais, embora a terapia não tivesse

conseguido ajudá-la a lembrar o nome do motel. Testemunhou, porém, que, graças à terapia, agora se lembrava de que, no início da tarde, depois do suposto encontro, eu a havia empurrado para fora do quarto e dito que ela não poderia passar a noite comigo.

Foi-me então permitido interrogá-la do outro lado da sala, e escolhi concentrar-me no tipo de terapia psiquiátrica que subitamente trouxera à tona aquelas lembranças. Entre outras coisas, ela negou ter sido hipnotizada em qualquer ocasião. Beth então apresentou como testemunha uma mulher chamada Maggie, que disse ter cuidado dos filhos pequenos de Beth enquanto ela estava comigo no motel. Maggie afirmou que Beth lhe telefonara naquela noite, do quarto do motel, para perguntar se as crianças estavam bem. Embora Maggie admitisse que, até então, nunca havia me conhecido pessoalmente, testemunhou que reconhecera minha voz ao telefone, ao fundo, enquanto Beth perguntava pelas crianças. Maggie também não soube explicar como, se Beth havia deixado meu quarto no início da tarde depois de eu trancá-la do lado de fora, minha voz ainda poderia ser ouvida naquela noite.

Em seguida, Charlotte foi chamada de uma sala externa para falar em minha defesa. Confiante e firme, prestou seu depoimento, que Mittleider interrompeu duas vezes com as palavras: “Você está mentindo”.

Mas Charlotte prosseguiu resolutamente, destacando que havia estado fisicamente comigo nos períodos em que agora se alegava que eu teria cometido má conduta sexual. Eu podia perceber que o depoimento confiante de Charlotte irritava Mittleider e que ele começava a ficar extremamente preocupado com a possibilidade de desmoronarem as frágeis suposições sobre as quais tentara construir o caso.

Charlotte lembrou com firmeza que Beth, quando estava sob nossos cuidados em nossa casa e enfrentava dificuldades emocionais, costumava

procurá-la para pedir orientação até as primeiras horas da madrugada. Deixou claro que Beth dividia o quarto com nossa filha e que ninguém em nossa casa jamais ouvira, vira ou recebera notícia de algo suspeito envolvendo a adolescente de quinze anos e a mim. Então Charlotte se voltou diretamente para Beth e perguntou por que, se suas acusações de má conduta eram verdadeiras, ela não as havia mencionado antes a seus dois maridos. Por que tudo de repente? Por que somente agora? Beth não respondeu.

Assim terminou a audiência. Mittleider e Carson reuniram-se com os julgadores escolhidos a dedo e, juntos, recomendaram à Comissão da Associação Geral que, dadas as circunstâncias, eu fosse demitido. A história de Beth, escreveram, parecia crível, mas era inconclusiva. Mittleider, porém, não se deu por satisfeito e mais tarde alterou o documento para afirmar explicitamente que eu havia sido considerado culpado das acusações! Essa cópia alterada foi apresentada durante os depoimentos de meu processo judicial, e ainda possuo um exemplar.

O relatório alterado foi apresentado, na minha ausência, à Comissão Administrativa da AG, numa reunião para a qual fui convidado no último momento. Recusei, entretanto, comparecer e preferi aguardar para apresentar meu caso na reunião seguinte da Comissão da AG, em 22 de dezembro de 1994. Quando cheguei àquela reunião acompanhado de meu filho de 31 anos, muitos colegas pareceram surpresos.

Ali, permitiram-me, a contragosto, ler uma declaração, que solicitei fosse anexada aos registros oficiais das decisões tomadas pela AG naquele dia. O pedido foi negado, e recebi ordem de deixar a sala enquanto a comissão discutia se eu deveria ou não ser demitido.

Durante sete horas, Mittleider, Carson e Folkenberg insistiram em meu caso, tentando reunir a maioria necessária de dois terços para me afastar.

Finalmente conseguiram, embora menos de 70% dos votos fossem favoráveis à minha demissão. Mas era uma maioria de dois terços — os irmãos haviam prevalecido!

Chamou minha atenção o comentário registrado de um membro da comissão que incentivou os colegas a votar pela minha saída porque eu era muito "malquisto". Mais tarde, durante o processo judicial, o ex-presidente da AG Neal Wilson diria ao juiz que fui demitido por "falta de habilidade no trato com as pessoas". Isso confirmou minha convicção de que minha demissão fora essencialmente política — de que minha franqueza e incorruptibilidade em questões financeiras e de procedimento estavam realmente no centro do caso.

O depoimento de Beth, por mais frágil e implausível que fosse, havia enfraquecido minha posição apenas o suficiente para permitir meu afastamento. Tudo fora armado, e eu sabia disso.

Em 24 de dezembro, fui informado da votação que decidira minha demissão, "com efeito imediato", mas que, em razão do espírito natalino então reinante, meu salário seria pago até 31 de dezembro, quando também cessariam meus benefícios médicos. Assim, como a Igreja não é obrigada a contribuir para o fundo estadual de seguro-desemprego, aos 56 anos fiquei sem emprego, com a marca da acusação de "má conduta sexual" associada ao meu nome, sem perspectivas de trabalho e sem assistência médica.

Mas eu tinha certeza de que, no coração de Jesus, que também fora falsamente acusado, não havia motivo para comemoração. Ele também havia sido julgado perante o conselho do Sinédrio e escarnecido pelas mesmas pessoas que procurara ajudar durante toda a vida.

Refleti sobre minhas origens humildes no Meio-Oeste americano, durante os anos da Grande Depressão; sobre minha vida universitária, com dupla

formação em Religião e Administração; depois sobre o pastorado, o trabalho na tesouraria de associações e quase duas décadas de serviço missionário. Durante anos, inimigos poderosos procuraram maneiras de me remover do cargo de auditor-chefe da Igreja Adventista do Sétimo Dia em todo o mundo. Por fim, depois de muitas tentativas fracassadas, esses inimigos haviam conseguido. Paradoxalmente, porém, eu me sentia agora muito próximo de meu Salvador. Estava ferido, mas não derrotado.

Capítulo 2 — De Robinson Hill a Peanut Hill

Minha vida começou a cerca de seis quilômetros e meio a oeste de Macon, no Missouri, ao longo de uma estrada irregular de cascalho, numa propriedade de aproximadamente 24 hectares conhecida como Robinson Hill — pelo menos era assim que meus pais chamavam aquela região quando nasci ali, no verão de 1938. Não mudou muita coisa desde então. Charlotte e eu voltamos recentemente de carro ao local e descobrimos que a velha casa de madeira havia sido reconstruída e ampliada, transformando-se na residência luxuosa de um advogado bem-sucedido da região. Seus dobermanns nos observaram com desconfiança enquanto examinávamos o lugar onde ficavam a antiga adega de armazenamento e o poço de nossa família. Mas, tirando a casa nova, a propriedade parece praticamente inalterada nos setenta anos desde meu nascimento. Uma vegetação exuberante cobre o terreno ondulado, cortado por um pequeno riacho. Ainda consigo visualizar meu pai, com sua parelha de cavalos, revolvendo a terra.

As lembranças se apagam, mas meus primeiros anos permanecem vivos na memória. Eu era o caçula — uma surpresa bastante tardia — dos três filhos de Sam e Nadine Dennis, e minha irmã Geraldine já estava noiva quando nasci. Ainda naquele ano, ela e seu novo marido, Archie March, mudaram-se para Rockford, Illinois.

Quando eu tinha três anos, meu irmão Paul foi convocado para o serviço militar e enviado à Europa para combater os nazistas.

Meus pais perceberam que eu sofria de febre do feno, que começava no fim do verão, quando a concentração de pólen atingia o auge, e evoluía para asma à medida que os dias ficavam mais frios. Naquela época, a medicina não dispunha de tratamento eficaz para a asma, e os médicos disseram que

eu melhoraria se nos mudássemos para um clima mais elevado e seco. Assim, meus pais, desesperados, venderam a fazenda e me levaram de trem para morar no Colorado.

Papai logo encontrou emprego num grande depósito em Pueblo. Mas, poucos meses depois, a saúde de minha mãe começou a piorar por causa da altitude elevada, que agravava sua pressão alta. Mudamo-nos para o Kansas. O trem nos levou pela cidade de Dodge City, conhecida por sua história de caubóis. Ali, papai desembarcou para procurar emprego, enquanto mamãe, vovó — a mãe dela havia vindo morar conosco — e eu seguimos viagem para ficar com parentes no Missouri, até que ele encontrasse trabalho e uma casa. No primeiro sábado que passou na cidade, ele frequentou a Igreja Adventista do Sétimo Dia de Dodge City.

Meus pais haviam ingressado juntos na Igreja Adventista alguns anos antes, embora meu pai tivesse sido batizado quando criança, numa época em que seus pais estudavam a Bíblia à noite com os vizinhos, enquanto ordenhavam as vacas e realizavam as tarefas da fazenda. Depois da morte da mãe, porém, papai saiu de casa e, em meio às dificuldades da vida, afastou-se da Igreja. Quando conheceu minha mãe, ela era uma presbiteriana devota, mas mais tarde uniu-se a ele na aceitação das “Mensagens dos Três Anjos”.

Papai perguntou ao pastor de Dodge City se havia uma escola adventista na região para que eu pudesse estudar. Recebeu a informação de que uma escola desse tipo estava sendo inaugurada em Garden City,

> **[Nota do tradutor: falta a página 10 da numeração impressa no capítulo 2 do exemplar digital consultado. O texto passa diretamente da página 9 para a 11. O trecho ausente não foi reconstruído.]**

Hutchinson, conhecida por suas minas subterrâneas de sal, ficava a apenas uma hora de carro de Wichita. Concluí o ensino médio na Hutchinson High School e continuei os estudos numa faculdade comunitária local, a apenas dois quarteirões de casa.

Mas meus pais queriam que eu me formasse numa faculdade adventista e estavam dispostos a fazer sacrifícios para tornar isso possível. Papai acreditava que Deus designava diretamente cada obreiro da Igreja — especialmente os pastores — e que era dever espiritual dele e de mamãe incentivar meu retorno a uma instituição de ensino adventista, onde eu pudesse preparar-me para servir ao Senhor.

Meus pais haviam discutido a possibilidade de matricular-me num internato adventista durante o ensino médio, mas concluíram que a influência de um lar cristão era mais importante do que a de um colégio interno. Olhando para trás, estou convencido de que tomaram a decisão certa. Muitos colegas que estudaram em internatos perderam a fé em Deus. Na escola pública, porém, compreendi que precisava manter minhas convicções por conta própria. Não participava dos esportes competitivos da escola e comparecia a pouquíssimas atividades sociais. Papai me ensinou a jogar beisebol e ia comigo aos eventos esportivos; ele e mamãe estavam sempre disponíveis para aconselhar-me e fazer-me companhia. Quando saí de casa para cursar a faculdade, estava preparado para enfrentar as tentações da vida no alojamento estudantil.

Matriculei-me no Union College, num subúrbio a leste de Lincoln, Nebraska, conhecido como College View. A cinco horas de carro de casa, era a faculdade adventista mais próxima e havia recebido dos vizinhos o apelido de “Peanut Hill” — “Morro do Amendoim” —, pois eles achavam extremamente divertidos nossos estranhos hábitos alimentares.

No ensino médio, eu havia concluído um curso profissionalizante de impressão gráfica e trabalhado algum tempo numa gráfica comercial que utilizava o antigo sistema tipográfico. Assim, encontrei emprego operando a Heidelberg da faculdade, uma máquina impressora do tipo conhecido como *moinho de vento*. O serviço oferecia horários flexíveis e tempo para estudar enquanto a máquina funcionava. Foi ali que decidi fazer da impressão gráfica a carreira de minha vida e buscar uma graduação em administração de empresas, para que pudesse tanto dirigir um negócio gráfico quanto acompanhar suas finanças.

À medida que acumulava créditos acadêmicos, entretanto, amigos e professores bem-intencionados me incentivavam a mudar de área para teologia e ingressar no ministério da Igreja. Marquei, então, uma conversa com um professor do departamento de religião. Quando lhe expliquei que sentia um chamado para o ministério pastoral, ele perguntou o que eu estaria disposto a fazer caso não conseguisse emprego como pastor. Respondi que poderia trabalhar em artes gráficas ou em alguma área empresarial. Para minha surpresa, ele encerrou abruptamente a entrevista, afirmando que, se eu conseguia imaginar fazer qualquer coisa além do ministério, evidentemente não havia sido chamado para ser pastor. Fim da conversa.

Papai morreu de uma doença cardíaca durante meu segundo ano de faculdade, e mamãe mudou-se para Lincoln, onde passou a dividir comigo as despesas de um apartamento. Dois anos depois, em 1960, formei-me com honras e fui incluído no *Who's Who in American Colleges and Universities*, com bacharelado em administração de empresas, uma graduação em religião e formação complementar em oratória. Graças ao trabalho na gráfica da faculdade e a um verão bem-sucedido vendendo literatura como estudante colportor, terminei os estudos sem dívidas e ainda com dinheiro mais que suficiente para comprar um Ford novo por 2.300 dólares. Como eu

me orgulhava daquele sedã grande, de quatro portas! Com o dinheiro restante, mamãe e eu viajamos de carro até a Costa Oeste para umas férias curtas.

Alguns meses antes, eu havia conhecido Charlotte Morris, uma atraente estudante de música, durante um ensaio do coral antes das férias de Natal. Ela adorava cantar e tocar piano solo, órgão e marimba, além de tocar trombone na banda da faculdade. Nossos olhos se encontraram naquela noite, e uma corrente elétrica pareceu passar entre nós. Começamos a inventar motivos para nos encontrar, namorar e simplesmente passar tempo juntos. Mas o ano letivo terminou depressa demais, e eu me formei.

Surgiram ofertas de emprego — posições atraentes na área contábil —, mas meus pais sempre me haviam incentivado a trabalhar para a denominação, e esse era meu objetivo. Enquanto viajava com mamãe rumo à Costa Oeste em meu Ford novinho, refletia sobre as três propostas recebidas. A Pacific Press, então localizada em Mountain View, Califórnia, havia me oferecido um emprego num centro de livros mantido pela Igreja; um hospital adventista do Meio-Oeste queria que eu ocupasse uma função administrativa; e a Associação de Iowa havia me oferecido uma posição na tesouraria que me envolveria diretamente no ministério da Igreja. Aceitei a terceira proposta, para trabalhar com J. O. McLeod, tesoureiro da associação.

Quando M. D. Howard, presidente de minha associação, soube que eu estava disposto e preparado para assumir compromissos de pregação aos sábados, concedeu-me uma licença ministerial — o que, naquela época, tornava extremamente improvável minha convocação para o serviço militar. Nos dias úteis, eu trabalhava no escritório da associação como tesoureiro-assistente e auditor; nos fins de semana, pediram-me que substituísse um pastor que estava ausente, estudando no Seminário. Assim,

a cada dois sábados, eu pregava numa pequena igreja de Winterset, no culto da manhã bem cedo, e depois dirigia até Guthrie Center para o culto das onze horas.

Nos sábados alternados, eu ia a Greenfield para pregar pela manhã e a Creston à tarde. Como apreciava aquela convivência!

Lembro-me especialmente de minha primeira visita de sábado à igreja de Creston. Quando cheguei, os membros pediram desculpas por não terem pregador naquele dia — eu parecia tão jovem que imaginaram que fosse um aluno visitante da Oak Park Academy. Por fim, todos rimos quando expliquei que a associação havia me enviado para ser o pregador deles!

Os recursos eram escassos, e meu salário inicial era modesto — 44 dólares por semana —, além de eu ter pouca vida social com pessoas de minha idade.

Mas desfrutava de outras amizades agradáveis e me lembro de J. O. McLeod e sua esposa, Mattie Mae, como pessoas encantadoras, gentis e hospitaleiras quando me convidavam para comer *grits* — uma espécie de mingau de milho — nas manhãs de domingo. Eu havia crescido apreciando a culinária do Sul e adorava aquilo! Enquanto isso, minha amizade com Charlotte se aprofundava. A distância fazia nosso afeto crescer. Ela passava o verão no Colorado e, como havia concluído apenas um ano de faculdade, planejava retomar os estudos no outono. Mas esperar mais três anos parecia tempo demais e, finalmente, resolvi perguntar se ela não preferiria começar uma vida comigo. Charlotte concordou que a vida seria melhor se estivéssemos juntos e, em 4 de setembro de 1960, nos casamos em sua igreja de origem, em Boulder, Colorado. Foi uma cerimônia simples, mas colorida, conduzida por L. L. McKinley, pastor antigo da família e amigo pessoal, então presidente da Associação de Montana. Depois de uma curta lua de mel

numa cabana emprestada nas Montanhas Rochosas, mudamo-nos para Des Moines.

O tempo passou depressa, e a pequena Cheryl veio abençoar nosso lar. Então, no fim de 1961, recebemos uma carta convidando-nos a servir como missionários no exterior, no Uruguai, onde eu seria caixa-contador da Divisão Sul-Americana, em Montevidéu. Como nunca havíamos considerado seriamente trabalhar fora do país, meu primeiro impulso foi recusar, escrevendo uma carta que dissesse: “Obrigado por terem se lembrado de nós”.

Mas Larry Smart, meu colega responsável pelas áreas de educação e juventude em nosso escritório, observou sabiamente que talvez aquela fosse a vontade de Deus para nossa vida. Como poderíamos pedir a outras pessoas que seguissem Jesus se nós mesmos não estivéssemos dispostos a ir aonde Ele nos conduzisse?

Depois de considerar o assunto em oração, aceitamos o chamado, empacotamos nossos poucos pertences e, no inverno de 1961, embarcamos num navio cargueiro que partiu de Nova York. Cruzamos a linha do Equador e chegamos, de repente, ao verão do hemisfério sul, para encontrar um pequeno grupo de nossos novos colegas em Montevidéu, no dia de Ano-Novo.

Eles estavam no cais para nos receber quando o navio atracou. Como foi bom, depois de mais de duas semanas quase isolados, encontrar as expressões acolhedoras de tantas pessoas que haviam saído de casa num feriado para dizer: “Bem-vindos!”

Capítulo 3 — Irei aonde quiseres que eu vá

Montevidéu é uma cidade limpa e pitoresca, de língua espanhola, situada no Atlântico, com uma população de origem predominantemente sul-europeia. Foi ali que nos instalamos e começamos a nos preparar para as muitas adaptações que teríamos pela frente. Éramos jovens — Charlotte acabara de completar vinte anos, e eu tinha apenas 23. Haviam-nos dito que a juventude nos ajudaria a adaptar-nos e a dominar a nova língua, e isso se confirmou. Uma estranha excitação tomava conta de nós enquanto enfrentávamos desafios incertos, a cerca de oito mil quilômetros de nossas famílias.

Mergulhamos de corpo e alma em nossa nova vida. Charlotte assumiu corajosamente tarefas domésticas muito mais pesadas do que aquelas a que estava acostumada. Nossa casa no conjunto residencial da missão era grande, com pisos de madeira polida que exigiam muitos cuidados. A pequena Cheryl também precisava de atenção e orientação, e as compras consumiam horas. Naquela época, as lojas do Uruguai praticamente não ofereciam alimentos prontos, e frutas, verduras e legumes frescos só podiam ser encontrados nas manhãs de domingo, na *feria*, a feira dos produtores. Para sobreviver, precisávamos colocar imediatamente em prática o vocabulário espanhol que aprendíamos a toda velocidade. Agora lidávamos com pesos, e Charlotte precisava converter mentalmente o valor do dinheiro. A vida não era fácil!

Eu também enfrentava experiências novas todos os dias como *contador* — contabilista — no escritório da Divisão Sul-Americana. Meu novo chefe, Bob Osborn, oferecia inspiração e desafios. Costumo levantar-me cedo, mas achava difícil chegar ao escritório antes dele, às quatro e meia da manhã. Sua secretária, Carolyn Sibley, refletia a eficiência e a dedicação do chefe e

conseguia datilografar cem cartas detalhadas, ditadas por ele, num único dia, usando uma antiga máquina de escrever manual. Mesmo assim, não conseguia acompanhar o ritmo de Osborn, de modo que ele próprio datilografava muitas de suas cartas. Meu antecessor, Karl Bahr, estava prestes a partir para trabalhar como tesoureiro da Missão Boliviana, e Rowena Rick, competente funcionária que já trabalhava havia seis anos como responsável pela escrituração contábil, francamente me intimidava por sua maturidade e experiência. No fundo, eu sentia que ela — e não eu — merecia ser a contadora. Esperava-se que registrássemos os lançamentos contábeis em pelo menos duas moedas: a moeda estrangeira original e o peso local. Que adaptação!

Enquanto isso, dedicávamos pelo menos uma hora por dia ao estudo do idioma e depois usávamos nosso vocabulário crescente no mercado e na igreja. Nenhum de nós havia estudado espanhol antes e, quando nos convidavam para cantar, esforçávamo-nos muito para pronunciar corretamente as palavras — embora não tivéssemos ideia do que significavam.

Que alegria senti quando, depois de cerca de dezoito meses de estudo, consegui apresentar um sermão de culto na pequena igreja de Curva de Maroñas! Eu havia praticamente decorado a mensagem inteira e me diverti quando um membro da congregação me garantiu, depois, que eu pregava muito melhor do que conversava!

Logo no início da carreira, eu havia aprendido que, na política eclesiástica, aqueles que ocupavam posições de poder protegiam seus cargos cultivando círculos de aliados. Quando chegamos à América do Sul, um antigo círculo estava se desfazendo, e foi fácil estabelecer amizade com os dirigentes recém-nomeados.

Então, em 1963, nasceu nosso próprio pequeno uruguaio, Samuel — nome escolhido em homenagem a meu pai. Ele pesava quase quatro quilos e meio, muito mais do que a maioria dos recém-nascidos uruguaios, e as enfermeiras lhe deram o apelido de *El Campeón* — "O Campeão". Embora fosse carequinha como um feijão, para nós era lindo. Não tínhamos carro, de modo que eu colocava Cheryl, então com dois anos, sobre os ombros e percorria a pé os cerca de quatro quilômetros até o Hospital Britânico para visitar o pequeno Samuel e a mamãe. Nossa família estava completa.

Um convite para servir como secretário-tesoureiro da Associação Sul do Chile, em Temuco, interrompeu nossa vida tranquila na bela Montevidéu. Viajamos novamente de navio, desta vez contornando o cabo Horn, até nosso novo lar, aproximadamente 965 quilômetros ao sul da capital, Santiago. Ali alugamos metade de uma casa geminada, com um gramado tranquilo e grandes árvores frutíferas.

Encontramos a associação numa situação financeira gravíssima. Sem desanimar, acreditávamos que Deus nos daria a visão e a força necessárias para ter êxito. Em menos de dois anos, o orçamento estava equilibrado e todas as dívidas haviam sido pagas.

Numa manhã fria de sábado, deixamos o fogo aceso em nosso robusto fogão a lenha enquanto toda a família foi à igreja. Entre os cultos, porém, recebemos a notícia urgente de que nossa casa estava pegando fogo. Corremos de volta e descobrimos que havíamos perdido tudo. Os bombeiros faziam o que podiam, mas nossos bens haviam desaparecido — restavam apenas nossas vidas, as roupas que vestíamos e o carro que agora possuíamos. Naquela noite, depois do sábado, todos compramos escovas de dentes e, no dia seguinte, fomos ao depósito da assistência e desenvolvimento adventista local em busca de roupas para o dia a dia. Uma

senhora bondosa, proprietária de terras no interior, alugou-nos sua casa na cidade, inteiramente mobiliada e próxima de nosso escritório.

Estávamos na América do Sul havia cinco anos, e chegara o momento de reencontrar nossa terra natal e de eu aprofundar minha formação em contabilidade. Durante mais de uma década, a denominação vinha incentivando os ministros do evangelho a cursar pós-graduação no Seminário, mas aqueles que trabalhavam em seus escritórios administrativos muitas vezes nem sequer possuíam diploma de bacharelado. Isso me incomodava. Eu queria desenvolver minhas competências contábeis e havia recebido autorização para cursar o mestrado em administração de empresas na Universidade do Kansas, em Lawrence.

Viajamos aos Estados Unidos acompanhados de um amigo chileno, Alejo Pizarro, para atuar como delegados na Assembleia da Associação Geral de 1966, realizada no Cobo Hall, em Detroit. Deixamos as crianças com familiares no Missouri e desfrutamos intensamente da convivência com amigos missionários e representantes da Igreja mundial, dizendo-lhes que sim, retornaríamos ao Chile dentro de um ano para outro período de serviço!

Mas eu sabia que poderia haver um obstáculo nesses planos. Nossa licença terminaria no mês de março seguinte, enquanto minha formatura no programa de MBA só aconteceria em junho de 1967. As normas de trabalho da denominação previam a possibilidade de prorrogação da licença “para fins de estudo”. Entretanto, empregavam a palavra “poderá”, em vez de “deverá”, e já havíamos aprendido que, em assuntos de política eclesiástica, nada devia ser considerado garantido.

Em julho, estabeleci minha rotina de estudos e entrei em contato com meus empregadores, na Associação Geral, para solicitar permissão de estender o

período de estudo por mais três meses. O secretário responsável por esses pedidos, David Baasch, também era um missionário veterano na América Latina e garantiu-me que solicitações desse tipo eram normalmente aprovadas.

Qual não foi minha surpresa, portanto, quando ele telefonou para informar que meu pedido havia sido negado — embora ainda alimentasse a esperança de convencer a Divisão Sul-Americana de meu sério compromisso de concluir a graduação.

Algumas semanas depois, pouco antes das festas de fim de ano de 1966, Baasch escreveu informando que a América do Sul definitivamente não concederia os três meses adicionais e que deveríamos preparar-nos para "desmontar nossa tenda e seguir a direção de Deus". Lembrou-me de que Deus dirige por meio das comissões e de que a comissão havia se pronunciado.

Aquela aparente rigidez me chocou. Oramos a respeito do assunto antes de responder por escrito que, embora concordássemos que Deus dirige por meio das comissões, acreditávamos que Ele também conduz cada pessoa individualmente e que Sua vontade para minha vida incluía a conclusão daquele curso de pós-graduação, agora tão próximo de terminar.

Era claramente uma situação de "controle". Eu havia aprendido que dirigentes eclesiásticos que, por qualquer razão, se sentem inseguros muitas vezes impõem um controle desmedido sobre a vida de outras pessoas. Parecia que eu havia recebido o rótulo de rebelde e, pouco depois, chegou outra carta de Baasch, comunicando-me sem cerimônia que eu estava sendo dispensado de minha nomeação para a Divisão Sul-Americana.

Surpreendentemente, no dia seguinte chegou uma carta de Duane Johnson, outro secretário da Associação Geral, que havia servido durante muitos

anos como missionário no sul da Ásia. Johnson informou-me que eu havia sido nomeado para a Divisão do Extremo Oriente, para trabalhar como tesoureiro da União da Indonésia Ocidental — desde que concluísse meu curso! O Deus que nos havia chamado como missionários continuava dirigindo nossa vida.

Comecei o segundo semestre na universidade como o primeiro aluno de minha turma e, na verdade, estava começando a me divertir, passando mais tempo com as crianças na neve — algo que elas nunca haviam visto. Tudo parecia avançar tranquilamente em direção à formatura. Minha dissertação, intitulada “Contabilidade inflacionária na América do Sul”, estava pronta e já havia sido aprovada pelo corpo docente. À medida que se aproximava o dia da formatura, preparei-me para desfilar com cerca de três mil outros estudantes de pós-graduação e receber meu diploma.

Capítulo 4 — Armando novamente nossa tenda

No fim de julho, estávamos novamente a caminho, pela Pan American Airways — desta vez não em direção ao sul, mas ao oeste. Nossa viagem incluiu breves paradas no Havaí, Japão, Coreia, Filipinas, Bangcoc e Singapura, onde visitamos a nova sede de nossa divisão. Finalmente, chegamos a Jacarta numa noite avançada e observamos a extensa cidade escura, com seus telhados de telhas vermelhas.

A adaptação cultural seria ainda maior ali do que na América do Sul, e esperava-se que aprendêssemos um segundo idioma, o bahasa indonésio. Charlotte precisou adaptar-se a novas rotinas de cozinha e de recepção, inclusive hospedando em nossa casa os frequentes visitantes ocidentais que passavam pela região.

Como nossa casa, no conjunto residencial dos missionários nos arredores de Jacarta, ficava longe do aeroporto, quando os visitantes chegavam tarde da noite eu permanecia no escritório trabalhando até a hora de buscá-los. Os dias eram longos, e o território, vasto: oito missões locais, um grande hospital com seus inevitáveis problemas, uma grande editora, uma instituição de ensino superior e escolas e centros de livros ligados a essas organizações.

A união atravessava uma crise financeira, e a inflação era desenfreada — muito pior do que a que havíamos conhecido na América do Sul. Administradores anteriores da Igreja na Indonésia haviam passado a acreditar que, nessas circunstâncias, contrair dívidas parecia fazer sentido, pois a inflação reduzia rapidamente o valor real do endividamento.

Um antigo missionário batista do sul dos Estados Unidos, que trabalhava na Indonésia, disse-me certo dia: “Só viver aqui já é um emprego de tempo integral, mesmo sem conseguir fazer nenhum trabalho”. Havia alguma

verdade naquilo. Tudo parecia mais complicado. Não existiam alimentos prontos para comprar, e os eletrodomésticos que facilitavam o serviço doméstico eram poucos. Nossos filhos estavam crescendo, e cuidar da casa consumia todo o tempo de Charlotte. Quase diariamente, ela recebia convidados e precisava cuidar dos quartos destinados aos visitantes no conjunto residencial. Para ajudá-la, finalmente contratamos uma empregada, Mumun (pronuncia-se “mu-MUN”), que auxiliava na cozinha, na limpeza, nas compras e nos cuidados com as crianças. Jovem muçulmana devota, serviu-nos com lealdade e competência.

Ajudamos a estabelecer uma pequena escola no conjunto residencial, onde nossos dois filhos receberam boa formação cristã e se destacaram nos estudos.

As frutas exóticas eram uma alegria diária, inclusive o rei das frutas, o durião, espinhoso e de cheiro forte. Além de meia dúzia de variedades de manga, tínhamos jaca, rambutã, salak, mangostão, duku e carambola. Comíamos arroz pelo menos duas vezes ao dia, acompanhado de variações de tofu e tempeh, preparados à base de soja, e permanecíamos saudáveis.

Quando a responsável pela escrituração das contas dos missionários se mudou, Charlotte foi convocada para prestar um serviço adicional. Cheryl e Sam já frequentavam a escola, e Mumun cuidava deles depois das aulas. Meu trabalho exigia viagens frequentes, embora as ausências prolongadas fossem raras. Eu também integrava os conselhos do hospital, da editora e da instituição de ensino superior, além de ser responsável por oferecer orientação financeira às missões locais. Assim, viajava por nosso imenso arquipélago, do norte de Sumatra até Irian Jaya — a parte ocidental da ilha da Nova Guiné —, principalmente de avião.

A essas pressões somava-se a falta de tempo para estudar a língua. O idioma indonésio reúne elementos de várias línguas, com base no sânscrito,

vocabulário introduzido pelos antigos colonizadores holandeses e influências do inglês, árabe e português. Descobrimos que os indonésios aprendiam idiomas com rapidez, e muitos conseguiam conversar conosco em inglês — o que, por sua vez, atrasava nosso domínio da língua deles.

Mesmo assim, por tentativa e erro, e com alguma instrução formal, aprendemos uma parte considerável do idioma. É divertido falar indonésio, e até hoje gostamos de praticá-lo com velhos amigos.

Foi necessário mais de um ano para colocar em ordem as finanças da união e construir uma base sólida capaz de atender às necessidades orçamentárias. Harry Johnson, tesoureiro da divisão, havia ocupado anteriormente meu cargo na Indonésia, compreendia nossas necessidades e apoiava nossas iniciativas.

Pouco depois de nossa chegada à Indonésia, confirmei que muitos empregados da Igreja estavam se apropriando de recursos denominacionais. Era um problema especialmente delicado, porque a prática persistia havia tanto tempo que já era considerada comportamento aceitável.

Como o desvio de dinheiro ocorria tanto no governo quanto nas empresas privadas, por que a Igreja deveria ser tão rigorosa com seus recursos? Todos concordavam, em princípio, que “roubar” era errado, mas a própria definição da palavra havia se tornado nebulosa. Os empregados acreditavam sinceramente que, para haver roubo de verdade, era necessário (1) ser apanhado em flagrante e/ou (2) levar tanto dinheiro que outra pessoa acabasse reduzida à pobreza.

Durante uma viagem a Sumatra para participar de uma assembleia administrativa, alguém — vamos chamá-lo de Matthew — perguntou como eu pretendia lidar com meu auxiliar, que supostamente desviava recursos. Quando respondi “nada”, Matthew protestou e disse que eu deveria seguir o

costume e transferir o funcionário para outro cargo. Por minha vez, garanti-lhe que não faria nada enquanto não houvesse provas de que os recursos estavam realmente sendo retirados e que, se a culpa fosse comprovada, o responsável perderia o emprego.

Matthew afirmou que minha posição era severa demais, pois os empregados indonésios eram mal remunerados e muitas vezes precisavam do dinheiro extra. Contestei, porém, que seria injusto permitir que uma pessoa retirasse recursos em prejuízo das demais e de suas necessidades.

E não demorou para eu descobrir que não apenas meu auxiliar estava embolsando dinheiro, mas o próprio Matthew apresentava recibos duplicados em seus relatórios de despesas, inclusive um referente a um pagamento feito à Sociedade Bíblica da Indonésia.

Desconfiei dos relatórios de Matthew e fui à Sociedade Bíblica conferir os recibos. Disseram-me que um deles era legítimo, mas que um funcionário da Sociedade Bíblica, a quem Matthew prometera dividir os ganhos, havia falsificado o outro. Quando esse empregado — que pertencia ao mesmo grupo étnico de Matthew — me viu no escritório do tesoureiro da Sociedade Bíblica, suspeitou que a fraude havia sido descoberta. Então, tarde da noite, levou um soldado armado à casa de Matthew e ameaçou matá-lo se ele não confessasse. Matthew realmente confessou, e aceitamos sua renúncia com tristeza, pois havia servido à Igreja durante vários anos.

Mais tarde, ao auditar os registros contábeis de nossa missão no sul de Bornéu, examinei os relatórios de despesas do tesoureiro — vamos chamá-lo de Saney. Saney havia registrado “despesas diversas”, em inglês, sem qualquer documentação comprobatória, seguidas de outro lançamento, *ongkos lain-lain* — expressão indonésia para “despesas diversas” —, novamente sem documentação. Não me deixei enganar nem achei graça.

Logo descobrimos também que o presidente da Missão de Java Ocidental estava vendendo, em benefício próprio, medicamentos que deveria entregar ao Hospital de Bandung.

Em outra descoberta importante, constatamos que o tesoureiro de nosso maior campo local, a Missão do Norte de Sumatra, havia se apropriado pessoalmente dos dízimos e ofertas entregues por um médico conhecido da região.

Num intervalo de sessenta dias, dispensamos do emprego denominacional esses quatro altos funcionários indonésios que vinham desviando recursos. Minha autoridade disciplinar estava sendo posta à prova, pois a comissão da união havia concluído, com pleno apoio da administração da divisão, que era necessário dar uma lição firme. Surpreendentemente, nos quatro anos seguintes em Jacarta, tivemos apenas mais um caso de desvio de recursos, desta vez numa clínica médica. O responsável fugiu para outra região do país para não responder pelo crime.

Mas paguei um alto preço político. Imediatamente começaram os esforços para me afastar, e um colega missionário estrangeiro preparou um abaixo-assinado pedindo minha demissão e incentivando os indonésios a assiná-lo. Continuamos, porém, convencidos de que havíamos feito a coisa certa e resistimos à tempestade.

Preparamo-nos para tirar uma licença de seis meses em 1971. Cheryl tinha então dez anos, e Sam, oito. Decidimos, portanto, fazer, às nossas próprias custas, uma viagem educativa ao redor do mundo no caminho de volta para casa. Passamos seis semanas percorrendo a Europa num Volvo que retiramos na Suécia. De Hammerfest, na Noruega, até o rochedo de Gibraltar, no sul, acumulamos cerca de 17.700 quilômetros no hodômetro, e minha mãe se juntou a nós em Dublin para a etapa final.

De volta aos Estados Unidos, passamos por algumas reuniões campais e compartilhamos histórias missionárias do Extremo Oriente, enquanto visitávamos parentes e amigos. Depois nos estabelecemos durante os dois meses restantes da licença perto dos pais idosos de Charlotte, em Boulder, onde estudei para prestar o exame de contador público certificado — CPA — no início de novembro.

Eu havia sido convidado a voltar como auditor da sede da divisão em Singapura, de modo que parecia indispensável tornar-me um CPA plenamente habilitado. Mas, enquanto nos preparávamos para regressar ao Extremo Oriente, descobrimos que Singapura estava restringindo o número de estrangeiros autorizados a trabalhar no país.

Mesmo assim, segui adiante. Fiz o exame de CPA, que durou três dias, em novembro, e depois esperei mais dois meses no Colorado, a pedido da divisão, para verificar se nossos recursos solicitando o visto seriam aceitos. No início de janeiro de 1972, como o visto ainda não havia sido aprovado, pediram-me que voltasse sozinho ao Extremo Oriente e desempenhasse minhas novas funções a partir da Coreia do Sul, sem uma base permanente.

Por fim, nosso visto foi aprovado, mas esperamos até o fim do ano letivo, em maio, para nos reunirmos novamente em Taipei como família missionária. Depois viajamos juntos de volta a Singapura, onde estabeleceríamos nosso novo lar.

Singapura era uma antiga colônia britânica, e não havia barreira linguística. Nas raras ocasiões em que encontrávamos alguém que não falava inglês, podíamos recorrer ao bahasa indonésio, quase idêntico ao malaio. Descobrimos que Singapura era limpa, segura, bem organizada e muito ocidentalizada. Na verdade, a vida era tão boa que às vezes sentíamos vergonha de nos chamar de “missionários”.

Mesmo assim, meu novo trabalho de auditoria estava repleto de desafios. Havia muito tempo eu sentia que era na contabilidade denominacional que mais precisavam de mim, pois nenhuma outra denominação protestante possuía uma organização mundial tão extensa. Em minhas viagens pelo território, eu havia encontrado ocasionalmente falhas contábeis e recursos desviados. Sempre procurava ajudar, pois tivera acesso ao melhor treinamento empresarial e às melhores normas contábeis e queria compartilhar esse conhecimento. Agora meu território abrangia a Divisão do Extremo Oriente da Igreja, desde o Japão e a Coreia, ao norte, até a Indonésia, ao sul; a leste, as ilhas da Micronésia; e a oeste, a Tailândia.

Então, em 1975, logo depois da formatura de Cheryl na oitava série e durante a Assembleia Quinquenal da Associação Geral, realizada em Viena, fui convidado a transferir-me para o próprio escritório da Associação Geral — então localizado em Takoma Park, Maryland — como auditor associado. Meu campo de serviço passaria a abranger o mundo inteiro.

Enquanto Charlotte e eu estávamos em Viena para a assembleia administrativa internacional da Igreja, Cheryl passou as férias escolares com amigos em Singapura, e Sam voltou à Indonésia, onde ficou com um primo, Charles Tidwell, em Menado. Charles era diretor acadêmico do Mount Klabat College, na extremidade norte da ilha de Sulawesi. Ele e sua família haviam dedicado uma vida inteira ao serviço missionário na Ásia.

Reunimo-nos novamente como família em Singapura e nos preparamos, mais uma vez, para desmontar nossa tenda e seguir adiante. Havíamos sido missionários durante catorze anos e sentiríamos falta da emoção do trabalho nos campos missionários e da sensação especial de sermos necessários onde havia poucos obreiros. Pelo menos uma vez por ano, tínhamos a oportunidade de assumir o papel de evangelistas e realizar campanhas públicas bem-sucedidas em lugares como a ilha de Leyte, nas

Filipinas, Torajaland, no sul de Sulawesi, e as ilhas de Sumatra e Bornéu. Agora, porém, pediam-nos que oferecêssemos o melhor de nós em nossa própria terra. Nossos pais idosos e outros familiares estariam por perto.

Apenas um ano depois de nosso retorno do serviço missionário, a mãe de Charlotte sofreu uma hemorragia cerebral e adormeceu na bendita esperança da ressurreição.

Capítulo 5 — Colhendo o que havíamos semeado

Víamos nosso novo trabalho como uma extensão de nosso compromisso com a Igreja mundial. Enquanto Cheryl e Sam estavam na escola, Charlotte trabalhava como secretária administrativa na Associação Geral, primeiro nos serviços de gestão de riscos e depois na tesouraria. Seu trabalho preferido, nos últimos anos, era atuar como ligação entre a tesouraria e os missionários designados para nosso antigo território de residência, no Extremo Oriente. Ela não apenas os ajudava a organizar viagens e o transporte de seus pertences, mas também lhes oferecia orientações de primeira mão sobre o trabalho e as condições de vida que encontrariam.

Eu me sentia em casa entre os funcionários da auditoria, os tesoureiros e os demais administradores da Associação Geral. A maioria de nossos colegas havia chegado à sede mundial depois de morar no exterior ou de servir em campos missionários. Meu supervisor imediato, um homem profundamente sensível chamado Ralph Davidson, era um auditor e contador altamente competente, que tratava com bondade aqueles que considerava comprometidos com o Senhor. Infelizmente, as pressões do trabalho pesavam muito sobre ele, que se preparava para aposentar-se por ocasião do Concílio Anual, no outono de 1976.

Naqueles dias, as reuniões do Concílio Anual geralmente aconteciam na grande igreja de Takoma Park. Certa manhã, bem cedo, recebi um telefonema de Clyde Franz, secretário da Associação Geral. Poderia comparecer ao gabinete do presidente Pierson para uma reunião com os dois?

Eles me receberam cordialmente e informaram que desejavam que eu ocupasse a vaga deixada por Davidson como auditor-chefe. Mas soube de algo ainda mais interessante: havia sido aprovada uma medida que

autorizava a reestruturação da função de auditoria interna da Igreja e, embora eu tivesse apenas 38 anos, caberia a mim liderar esse esforço. Estimulado pelo desafio, aceitei e prometi fazer o melhor que pudesse.

A função de auditoria passaria a ser oficialmente conhecida como Serviço de Auditoria e adquiriria um novo profissionalismo. Todos os auditores acima do nível das associações locais passariam a integrar o serviço e precisariam ter sido aprovados nos exames que os qualificavam como contadores públicos certificados (*Certified Public Accountants*, CPAs). Naquela época, eu era apenas um dos três CPAs do setor norte-americano de auditoria e um dos dois existentes na sede mundial. Nossa remuneração viria diretamente da Associação Geral e, em teoria, prestaríamos contas diretamente à Comissão da Associação Geral. Os auditores não teriam responsabilidades administrativas nem seriam membros da própria Comissão, mas seriam convidados a participar de suas reuniões.

Começamos a implementar essas mudanças. Entretanto, pouco tempo depois, a deterioração da saúde de Pierson obrigou-o a deixar a presidência, e Neal C. Wilson, que vinha atuando como vice-presidente da Divisão Norte-Americana, assumiu seu lugar.

Wilson adotou uma maneira de exercer a presidência muito diferente da de Pierson. Muito menos acessível, tendia a tomar decisões sem consultar seus colegas administradores e a passar por cima de presidentes de conselhos e diretores de departamentos. Foi ele o criador daquilo que passamos a chamar de estilo de liderança “presidencial”. Logo no início, garantiu-me que, sob sua administração, não haveria “acobertamentos”.

Coerentemente com esse estilo, escolheu para a tesouraria pessoas que aceitariam prontamente suas opiniões. Na Assembleia da Associação Geral de 1980, em Dallas, conseguiu fundir ou eliminar vários departamentos. Por exemplo, os departamentos de Jovens e Temperança foram essencialmente

desmantelados justamente quando os jovens abandonavam a Igreja em grande número e os problemas com álcool e drogas cresciam entre os membros e nas escolas denominacionais. O Departamento da Escola Sabatina foi eliminado e, em minha avaliação, isso contribuiu para um declínio geral do programa da Escola Sabatina em todo o mundo.

Durante meus anos no exterior, eu havia lidado muitas vezes com fraudes e corrupção. Presumia que, na América do Norte, qualquer fraude seria enfrentada com medidas disciplinares rápidas e transparentes — afinal, Wilson não me havia assegurado que nenhuma manobra financeira seria varrida para debaixo do tapete? Mas minha pequena bolha de ilusões logo estourou: em rápida sucessão, tivemos de lidar com desfalques, apropriação indevida de recursos e administração incompetente nos mais altos níveis da liderança da Igreja.

A primeira dessas situações surgiu na Universidade e no Centro Médico de Loma Linda, na Califórnia. A instituição parecia grande e complexa demais para ser administrada pelos métodos tradicionais. Era difícil recrutar dirigentes, que frequentemente renunciavam ou eram transferidos em pouco tempo. Surgiram dois extremos de liderança. Alguns enterravam a cabeça na areia e evitavam levantar questões. Outros preferiam agir precipitadamente, sem procurar aconselhamento amplo. Nos capítulos seguintes, examinarei mais detalhadamente os ministérios de saúde da Igreja.

Outro exemplo de má administração surgiu no Centro Adventista de Mídia, também na Califórnia. O adventismo tem demonstrado uma tendência característica de “derrubar seus celeiros para construir outros maiores”, às vezes sem necessidade. Essa tendência institucional manifesta-se no orgulho pelo tamanho de escolas, hospitais, igrejas e editoras e permite que

os dirigentes se escondam atrás da imponência dessas instalações, em vez de apresentar resultados reais no cumprimento da missão da Igreja.

Wilson desenvolveu a ideia de que os ministérios de comunicação bem-sucedidos da Igreja deveriam ser reunidos num complexo caríssimo, construído em Thousand Oaks, na Califórnia, e administrado por mais um nível de liderança.

Isso teve o efeito de afastar ministérios como *The Voice of Prophecy*, *Faith for Today*, *Breath of Life* e *It Is Written* de seus apoiadores financeiros, colocando seus apresentadores e diretores sob a autoridade da administração e do conselho do novo centro. Na prática, reduziu o incentivo para que os diretores arrecadassem recursos destinados a sustentar seus ministérios individuais. (Alguns anos depois, o complexo original foi vendido, e uma nova sede de operações, ligeiramente menor, foi estabelecida em Simi Valley. Mas, desde a criação do Centro de Mídia, os ministérios individuais têm lutado para sobreviver.)

Por volta da mesma época, numa decisão típica do estilo Wilson, resolveu-se fechar uma das três editoras mantidas pela Igreja na América do Norte. Sem antes estudar as necessidades editoriais gerais da denominação, Wilson determinou que a lucrativa Southern Publishing Association (SPA), então instalada num edifício novo nos arredores de Nashville, deveria fechar.

Como já se sabia que questionar ou contrariar a vontade de Wilson equivalia a cometer suicídio político, a “fusão” da SPA com a Review & Herald Publishing Association, em Takoma Park, aconteceu conforme o planejado, e vários funcionários insatisfeitos do Tennessee se mudaram para Maryland.

Seguiu-se a nomeação de uma sucessão de gerentes-gerais para a entidade editorial recém-criada — geralmente homens com pouca habilidade em

administração de empresas ou no ramo editorial. Entre eles estava John Wilkens, parente de Al McClure e amigo pessoal do vice-presidente geral Kenneth Mittleider. Wilkens havia passado a maior parte da carreira trabalhando em tesourarias denominacionais, nunca dirigira uma empresa propriamente dita e não tinha experiência com as atividades editoriais da Igreja. Posteriormente, Harold “Bud” Otis assumiu a presidência da Review & Herald, aparentemente porque desfrutava da confiança e amizade de Neal Wilson.

Otis, em particular — que anteriormente adquirira a reputação de administrador implacável na Review & Herald —, tinha experiência limitada no setor editorial e, durante sua gestão, a editora mergulhou no que só pode ser descrito como um caos financeiro. Por fim, o próprio filho de Wilson, Ted, foi nomeado presidente da Review & Herald. Ted não tinha experiência anterior em editoras nem em negócios e saiu assim que lhe ofereceram o cargo de vice-presidente geral da Associação Geral. Depois da saída do jovem Wilson, Robert Smith assumiu a presidência — um homem sem experiência empresarial, que havia trabalhado no escritório de promoção de publicações da denominação. A única exceção — o único oásis — nessa sucessão de lideranças pouco inspiradoras foi o breve período de Bob Kinney como gerente-geral. Funcionário antigo, Kinney compreendia o negócio editorial e havia desenvolvido competência e uma ética de trabalho orientada para resultados. Prestou um serviço de destaque.

Durante a década de 1980, Wilson também voltou aquilo que aparentemente considerava suas sensíveis antenas empresariais para o sudeste da Califórnia, onde funcionava a Loma Linda Foods Company, pertencente à Igreja. Durante décadas, a empresa havia atendido às necessidades dos adventistas vegetarianos, que procuravam produtos vegetais ricos em proteínas para substituir a proteína animal em sua alimentação. Era mais um serviço do que uma fonte de lucros: na maioria

dos anos, suas contas ficavam próximas do equilíbrio, e ocasionalmente apresentava um lucro modesto.

Wilson, porém, estava insatisfeito e recorreu a fabricantes australianos de alimentos saudáveis em busca de ajuda administrativa. Muitos anos antes, a Igreja no Pacífico Sul havia obtido do governo australiano isenção tributária para seus ministérios ligados à saúde — inclusive para suas fábricas de alimentos saudáveis, que operavam sob a marca comercial *Sanitarium Foods*.

A fábrica produzia e comercializava geleias, conservas de frutas, sucos e cereais, sem pagar os impostos sobre o lucro das empresas exigidos de seus concorrentes. Com essa vantagem extraordinária, conseguiu afastar concorrentes e relegar marcas poderosas como Kellogg e Post a posições secundárias na Austrália e na Nova Zelândia.

Não surpreende, portanto, que os empresários australianos trazidos por Wilson para administrar a Loma Linda Foods tenham fracassado miseravelmente. Não compreendiam o mercado norte-americano nem suas leis tributárias aplicáveis a empresas pertencentes a igrejas, como a Loma Linda Foods.

Além disso, aqueles que atenderam ao chamado para ensinar aos norte-americanos como obter lucro não haviam sido escolhidos entre a equipe de primeira linha da administração australiana. Durante os quatro anos em que estiveram à frente da empresa, ela registrou prejuízos de quase um milhão de dólares por ano — uma reversão impressionante.

Mas a confiança de Wilson no talento econômico do Pacífico Sul não diminuiu. Em seguida, entregou a administração da Loma Linda Foods ao australiano Eric Feldberg, antigo funcionário da sede da Associação Geral. Feldberg, porém, adoeceu, e a direção da empresa foi confiada a meu amigo de longa data e gênio das finanças, Alejo Pizarro, ex-assistente de Feldberg.

Em pouco tempo, Pizarro, um chileno com mestrado em administração de empresas (MBA), recuperou a companhia. Pela primeira vez na história, a Loma Linda Foods apresentou lucros em anos consecutivos e, em três anos, havia praticamente compensado seus prejuízos operacionais líquidos acumulados.

Mas parecia que não se poderia permitir que essa situação de rentabilidade, alcançada sob a liderança de um latino-americano de quem Wilson não gostava nem procurava compreender, continuasse. A empresa foi vendida a investidores europeus de capital de risco sem que Pizarro sequer fosse consultado.

As uniões

Outro exemplo da burocracia excessivamente grande que permeava toda a Igreja quando Wilson assumiu o cargo era o chamado “nível de união” da organização. Ninguém ainda demonstrou que as uniões desempenhem alguma função decididamente valiosa para a Igreja — embora consumam todos os anos milhões de dólares em dízimos e ofertas. Ainda assim, parece improvável que esses caros centros políticos sejam eliminados tão cedo, pois os presidentes de união estão entre os empregados da Igreja mais protegidos e isolados de questionamentos. Os presidentes de associações locais são eleitores fundamentais na escolha e recondução dos presidentes de união, que, por sua vez, são estrategistas importantes para ajudar esses presidentes a conservar seus cargos.

Os dois níveis são mutuamente dependentes. Por sua vez, os presidentes de uniões exercem considerável influência sobre o presidente da Associação Geral e seus administradores. Enquanto os presidentes de união, como grupo, apoiarem o *status quo*, essa estrutura dispendiosa continuará existindo. Trata-se de uma camada organizacional que, no início da década

de 1990, já custava à Igreja norte-americana quase 40 milhões de dólares por ano somente em despesas administrativas.

Escolas dispendiosas

A proliferação de escolas secundárias e faculdades caras também pressionava os recursos da Igreja quando Wilson ascendia à liderança da Associação Geral. A tradição determina que cada associação local mantenha pelo menos uma escola de ensino médio — conhecida no adventismo como *academy* — em sua área geográfica. A tradição também estabelece que cada união precisa ter uma faculdade ou universidade em seu território.

Essas tradições dispendiosas aumentam significativamente o preço da educação cristã, colocando-a muito além das possibilidades econômicas de muitas famílias adventistas. As faculdades adventistas, em particular, competem ferozmente por professores adventistas qualificados e por matrículas suficientes para equilibrar as contas. Com o fim da expansão demográfica da geração do *baby boom*, os administradores da Igreja, no fim da década de 1970, começavam a perguntar por quanto tempo aquela situação poderia continuar.

Esses problemas deveriam ter sido enfrentados décadas antes. Quando cheguei à Associação Geral, os fundos de aposentadoria estavam diminuindo, as reservas caíam abaixo dos níveis confortáveis e o capital de giro começava a faltar. Mais adiante, nestas páginas, examinaremos a prática do dízimo — um grande sucesso na arrecadação de recursos que, paradoxalmente, permitiu a sobrevivência de ineficiências institucionais.

A falência de Davenport

Em 1979, pouco depois de Wilson assumir a presidência, o desastre dos empréstimos a Davenport explodiu dentro da Igreja. Por intermédio de meu antecessor, Ralph Davidson, eu havia tomado conhecimento dos sinais de alerta que surgiam com o número crescente de empréstimos concedidos a Donald Davenport, médico que se transformara em magnata do setor imobiliário. Nossas preocupações aumentaram porque Davenport se recusava sistematicamente a fornecer cópias de suas declarações de imposto de renda ou de demonstrações financeiras auditadas.

Àquela altura, Davenport começava a atrasar o pagamento de suas obrigações, e tínhamos motivos para acreditar que estava perto da falência. O Serviço de Auditoria e o Departamento Jurídico da Associação Geral solicitaram uma investigação, que constatou que, durante aproximadamente cinco anos, Davenport vinha pagando juros com novos empréstimos — tecnicamente, um esquema Ponzi — e estava, na prática, falido. No escândalo de falência que se seguiu, a Igreja, como organização, não apenas perdeu milhões de dólares, mas também abriu mão de boa parte de sua inocência e credibilidade espirituais.

Mas o caso Davenport foi apenas o começo das tristezas. Em seguida veio a humilhação administrativa da Harris Pine Mills. Uma fábrica de móveis bem-sucedida, proprietária de valiosas terras florestais no noroeste do Pacífico, a Harris Pine Mills havia sido doada à Igreja na década de 1960 por seu fundador. No entanto, em 1986, seu conselho votou pelo pedido de falência.

Durante anos, eu havia insistido para que a Harris Pine fosse auditada — algo que, historicamente, nunca havia sido feito ali. Mas Wilson, entre outros, argumentava que o Serviço de Auditoria da Associação Geral não tinha condições de realizar uma auditoria comercial de tamanha dimensão

e que contratar contadores públicos independentes custaria caro demais. A ausência de auditoria dos ativos e da contabilidade da Harris Pine culminou em sua capitulação voluntária, que, por sua vez, desferiu um golpe devastador em muitas instituições educacionais que dependiam da Harris para oferecer trabalho a estudantes, permitindo-lhes pagar as despesas escolares em toda a Divisão Norte-Americana. Mas, assim como no caso Davenport, acredito que a perda de credibilidade nos custou muito mais do que a perda da própria indústria.

Muitas vezes as pessoas me diziam: “Você não entende como as coisas funcionam aqui fora, porque trabalha na Associação Geral”. Mas eu também sabia que jogos financeiros ilícitos aconteciam bem debaixo de nosso nariz, na sede mundial.

Quando Lance Butler veio da Divisão do Pacífico Sul para tornar-se tesoureiro da Associação Geral, passou a depender muito de seu tesoureiro-adjunto, Don Robinson, para lidar com assuntos da América do Norte. Por sua vez, Marvin, irmão de Dan [nome assim grafado nesse ponto do original, que antes menciona Don Robinson], dirigia o escritório de transportes da Costa Leste. Ao auditar as contas desse escritório, descobrimos que grande parte dos serviços de transporte e embalagem era contratada de uma empresa chamada Gateway. Uma investigação adicional revelou que se tratava de uma empresa fantasma no norte de Maryland: no endereço informado, não havia escritório algum da Gateway, mas apenas o escritório do advogado que havia preparado seus documentos legais.

Descobrimos que a Gateway havia sido criada exclusivamente para encaminhar negócios a Marvin Robinson e seus colegas de trabalho, que compareciam aos domingos ou à noite como funcionários da Gateway. Depois, a Gateway faturava da Associação Geral o trabalho realizado fora

do expediente pelos próprios empregados da Associação Geral — um grave conflito de interesses.

Solicitamos e recebemos os registros da Gateway e conseguimos documentar uma lista de pagamentos feitos a empregados da Associação Geral — incluindo um pagamento nominal ao próprio Don Robinson. As coisas “lá fora” aparentemente não eram muito diferentes daquelas que aconteciam “dentro da Associação Geral”.

Outra revelação interessante surgiu nos escritórios da ESDA (nome que provavelmente abreviava “Export SDA”), responsável por compras comerciais destinadas a apoiar atividades missionárias no exterior. A ESDA funcionava havia muitos anos na sede da Associação Geral e, inicialmente, atuava como agente de compras da Igreja — especialmente para missionários que viviam em outros países ou estavam a caminho de seus campos de serviço. Erwin Mack, um político astuto com amigos em posições elevadas, administrava a ESDA. Numa de nossas auditorias, descobrimos que faltavam no estoque equipamentos fotográficos avaliados em várias centenas de dólares. Adiamos a conclusão da contagem do inventário até descobrir o que poderia ter acontecido com os produtos desaparecidos. Como Mack e seus filhos eram os únicos envolvidos nos assuntos do estoque, ele ficou bastante incomodado com nossas perguntas. Soube que pretendia submeter-se a um teste de detector de mentiras para provar sua inocência e que, assim que passasse no teste, me processaria.

Ele de fato se submeteu a um teste de polígrafo pago pela Associação Geral, mas o resultado indicou apenas que Mack provavelmente sabia o que havia acontecido com o equipamento desaparecido. Não fui processado, embora Mack não tenha oferecido nenhuma restituição. Ainda tenho uma cópia do relatório daquele teste de polígrafo.

Como diretor do Serviço de Auditoria, eu sabia que alguns críticos apontavam corretamente que o serviço deveria ser separado do restante da administração da Associação Geral. Tradicionalmente, a auditoria fazia parte da tesouraria, mas, com nosso novo programa, passamos a responder ao presidente da Associação Geral.

Idealmente, nosso Serviço de Auditoria deveria estar livre de todas as influências internas — inclusive das exercidas pelo presidente e pelo tesoureiro. Embora esse problema nunca tenha sido plenamente resolvido, não acredito que tenha comprometido diretamente nosso trabalho. Mantivemos nossas amizades e relações profissionais, enquanto apresentávamos os relatórios que considerávamos necessários. Talvez nossos maiores inimigos naturais fossem as uniões norte-americanas. Seus presidentes pareciam sentir, por natureza, que não deveriam estar sujeitos a restrições nem a questionamentos sobre prestação de contas.

Surgiu outro dilema quanto à questão de os auditores serem nomeados ou eleitos. O diretor do Serviço de Auditoria e seus diretores associados eram eleitos nas assembleias da Associação Geral. Fui reeleito na Assembleia de 1980, em Dallas, e novamente na de 1985, em Nova Orleans. Em ambas as ocasiões, algumas pessoas manifestaram oposição à minha reeleição. Em 1980, meu principal adversário era um antigo amigo, o falecido Ellsworth Reile, então presidente da União Mid-America e sócio empresarial profundamente envolvido com o dr. Davenport.

Ele estava especialmente incomodado com a independência da auditoria e desejava maior controle do Serviço de Auditoria no nível das uniões, mas fui reeleito apesar de suas objeções. Mais uma vez, em Nova Orleans, algumas vozes pediram mudanças. Eu, porém, tinha certeza de que Deus me havia chamado para aquela função e de que Ele me mostraria quando chegasse a hora de deixá-la. Muitas vezes eu brincava: “Muitos querem que

o auditor seja removido, mas ninguém quer o emprego dele". Eu representava mudanças no Serviço de Auditoria que incomodavam muitos administradores. Como agente de mudanças numa das áreas mais sensíveis da política da Igreja, minha voz estava se tornando cada vez menos popular.

Capítulo 6 — Cravando pregos no meu caixão

Nossa missão exigia que recrutássemos jovens contadores públicos certificados (CPAs) para o Serviço de Auditoria, mas enfrentávamos uma concorrência intensa do Sistema Adventista de Saúde na disputa por esses jovens brilhantes. Na Reunião da Primavera de 1988, Neal Wilson procurou fortalecer seu prestígio entre os presidentes de uniões e administradores hospitalares, defendendo a eliminação dos limites salariais para os executivos do sistema adventista de saúde.

Depois que a proposta finalmente foi aprovada, manifestei minha opinião numa carta aberta a Wilson, datada de 17 de abril de 1989. Nela escrevi, entre outras coisas: “Parecia realmente estranho que, depois de reconhecerem graves fracassos financeiros e um endividamento crescente muito acima das normas aceitas nos Estados Unidos, esses dirigentes viessem agora pedir salários mais altos. Poucos empresários aceitariam a suposição de que, se um administrador é ineficiente recebendo um salário anual de 75 mil dólares, de alguma forma se tornará bem-sucedido caso seu salário seja aumentado para 140 mil dólares”.

Eu me opunha tanto à proposta quanto aos procedimentos políticos empregados para levá-la à votação final: “Pareceu-me que o processo democrático não foi levado muito a sério... Acho difícil compreender por que não se realizou uma votação ao final da discussão de um dia inteiro, na quarta-feira. Em vez disso, o senhor recomendou e apresentou uma moção para adiar a questão. Então, no fim da quinta-feira, o assunto voltou a ser considerado depois que boa parte da oposição havia desaparecido... Não foi a primeira vez que adiamentos, retiradas temporárias de pauta, votações informais e estratégias semelhantes foram utilizados em nossas assembleias para fazer aprovar uma recomendação impopular”.

Quando minha carta começou a circular, Wilson exigiu que eu a retirasse. Respondi que, se ele conseguisse identificar alguma informação incorreta, eu o faria com prazer. Como aparentemente não conseguiu apontar qualquer informação falsa em meu manifesto de quatro páginas, recusei-me a retirar uma única palavra. Nossa conversa terminou quando ele me convidou a orar com ele, e concordamos em deixar o assunto para trás.

Para ilustrar a urgência de minhas preocupações, pouco tempo depois participei de reuniões na Universidade de Loma Linda, onde funcionários do Centro Médico com qualificações iguais ou inferiores recebiam salários três vezes maiores que os de seus colegas da Fundação ou da Universidade. Os contadores públicos certificados recrutados para o Serviço de Auditoria continuavam sendo atraídos por propostas do sistema de saúde.

Mesmo assim, eu sabia que qualquer popularidade que talvez tivesse desfrutado estava desaparecendo, pois perdera o apoio dos presidentes de uniões. Tinha motivos para acreditar que eles interpretavam minha carta a Wilson como um ataque pessoal, porque sabia que recebiam benefícios consideráveis por seu envolvimento com o sistema de saúde, e muitos, de fato, presidiam os conselhos das instituições hospitalares. O sistema de saúde os mimava com cruzeiros gratuitos ao Alasca e outros presentes importantes; em troca, os administradores hospitalares utilizavam a influência e o apoio dos presidentes de uniões para conseguir o que desejavam.

Os anos passaram, e eu estava agora em meu décimo quinto ano na Associação Geral. A Assembleia de 1990, realizada no Hoosier Dome, em Indianápolis, começou — por coincidência — no dia do septuagésimo aniversário de Neal Wilson. Amigos haviam recomendado que ele deixasse

a presidência, mas Wilson respondera que aposentar-se “não era bíblico” e que, “depois de colocar a mão no arado, não se pode olhar para trás”.

A Comissão de Nomeações, porém, percebeu a necessidade de mudança e não apresentou novamente o nome do envelhecido Wilson para a presidência, optando, por fim, pelo jovem e exuberante Robert S. Folkenberg.

Três dias depois, fui convocado à suíte do novo presidente, localizada na área de imprensa dos níveis superiores do estádio. Folkenberg foi direto ao assunto: informou que havia objeções “contundentes” à minha reeleição como auditor-chefe. Queria saber se eu preferia renunciar em vez de enfrentar uma destituição forçada. Respondi que não havia ido a Indianápolis para renunciar, mas reconhecia que as coisas haviam mudado e que o Serviço de Auditoria estava organizacionalmente subordinado ao gabinete do presidente. Então lhe perguntei diretamente: ele queria que eu me afastasse?

Garantiu-me que seria um privilégio trabalhar comigo, caso eu fosse reeleito. Pedi, portanto, que me permitisse concorrer à reeleição numa “votação justa”, e concordamos com isso. Embora a interpretação da palavra “justa” possa variar, eu entendia que bastaria uma votação simples, favorável ou contrária, sem interferência de Folkenberg.

No fim da noite de quinta-feira, Folkenberg e Des Hills, o novo presidente da Comissão de Nomeações, pediram que eu me reunisse com eles. Informaram-me que, por causa da carta aberta que eu havia escrito a Neal Wilson um ano antes, meu nome não havia sido novamente indicado. Folkenberg enfatizou a importância daquela carta e pareceu esperar que eu me curvasse, em lágrimas, num grande ato de arrependimento. Respondi com toda a sinceridade que, se tivesse de fazer tudo outra vez, escreveria a carta novamente.

Na manhã seguinte, quando o relatório da Comissão de Nomeações foi apresentado aos delegados, surgiram objeções, e a indicação para auditor-chefe foi devolvida à comissão. Mais tarde soube que mais de trinta pessoas haviam prestado depoimento diante da Comissão de Nomeações e que uma delas afirmara que deixar de me reconduzir ao cargo seria "como atirar no cão de guarda" por ele estar cumprindo seu trabalho.

A questão provocou tamanho alvoroço que a comissão voltou atrás e apresentou novamente meu nome. Aplausos e manifestações de entusiasmo irromperam no plenário quando a assembleia de delegados votou pela minha permanência no cargo.

Tenho certeza de que Folkenberg se sentiu chamuscado por essa derrota política logo no começo da presidência, mas externamente continuou cordial. Naquela ocasião, eu não tinha consciência da verdadeira extensão dos esforços que ele havia feito para me substituir. Todos voltamos aos arredores de Maryland para retomar nosso trabalho.

Somente mais tarde, quando estava numa missão especial em Uganda, lidando com questões de auditoria da ADRA, soube por um integrante da Comissão de Nomeações que, na verdade, eu não havia recebido a "votação justa" que Folkenberg me prometera. Segundo me contaram, Folkenberg dissera que, ao publicar a carta, eu havia cometido uma "transgressão ética".

Entretanto, quando suas palavras foram traduzidas para outros idiomas, em benefício dos que não falavam inglês, pareceu que ele havia dito que eu era culpado de uma "transgressão moral". Não é de admirar que, depois da votação inicial, vários amigos da América do Sul e da Ásia me abraçassem chorando.

Quando voltei de Uganda à sede mundial, procurei imediatamente Folkenberg e perguntei por que havia faltado à palavra. Ele se recusou a

reconhecer ou explicar seu comportamento. Concluí que Folkenberg não era movido por um senso de honestidade plenamente desenvolvido.

Eu agora sabia, porém, que meu futuro na Associação Geral era precário e suspeitava que havia me tornado um homem marcado. Folkenberg colocou o Serviço de Auditoria sob a supervisão de um vice-presidente, e fomos instruídos a comunicar-nos com o presidente somente por intermédio desse administrador. Wilson havia sido muito seletivo ao estender o cetro real do acesso, mas Folkenberg o estava guardando a sete chaves. Colegas me advertiram de que essa mudança administrativa poderia comprometer a independência da auditoria. Logo descobrimos que havíamos perdido todo o apoio presidencial necessário para fazer o que precisava ser feito.

Minha posição favorável junto à administração sofreu outro golpe menos de um ano depois de Indianápolis. Enquanto integrantes de minha equipe realizavam uma auditoria de rotina no escritório da União Columbia, descobrimos que um empréstimo imobiliário de 150 mil dólares, “sem juros”, havia sido concedido ao recém-eleito vice-presidente para a América do Norte, Alfred McClure, amigo pessoal próximo de Folkenberg havia muitos anos.

Uma investigação adicional revelou que dinheiro registrado como destinado ao “fundo de estudantes merecedores de ajuda” havia sido utilizado para pagar salários às esposas de Folkenberg e McClure, embora elas não realizassem trabalho que justificasse a remuneração. Que situação difícil! Deveria agir contra minha consciência e minha ética profissional e varrer o assunto para debaixo do tapete, ou arriscar meu futuro ao constranger, possivelmente, os dois dirigentes mais poderosos da Igreja mundial?

Pensei em Daniel diante da ameaça dos leões. Ele poderia ter fechado as janelas durante suas meditações do meio-dia. Agora surgia a tentação de

escolher o caminho mais fácil e deixar de lado a irregularidade com as palavras “não considerada relevante”. No fim, minha consciência não me permitiu encobrir o que estava acontecendo. Eu acreditava que Deus me havia chamado àquela função para permanecer firme em momentos como aquele.

Procurei orientação na grande firma de contabilidade Ernst & Young e, mediante o pagamento de 600 dólares, pedi que essa empresa de auditoria independente redigisse as informações a serem divulgadas nas demonstrações financeiras da União Columbia. Quando nosso relatório foi publicado, os telefonemas começaram imediatamente. Entre eles estava o de um McClure constrangido e em lágrimas, que me disse ser aquela a primeira falta desse tipo que havia cometido. Implorou que eu alterasse o relatório, convenientemente deixando de me informar que acabara de vender sua residência particular na Geórgia, por um valor superior ao de mercado, ao sistema de saúde cujo conselho ele presidia.

Ao que tudo indicava, o esquema de lavagem de recursos envolvendo as esposas dos dois presidentes tivera origem com Ronald Wisbey, então presidente da União Columbia. Wisbey havia assumido uma posição de confronto comigo durante a época do caso Davenport, quando apoiara o investimento de recursos pessoais e da Igreja nos imóveis postais do médico. Para encaminhar os recursos às esposas dos presidentes, Wisbey procurara o tesoureiro da Associação Geral, Don Gilbert — considerado um homem de discernimento moral impecável — e tentara convencê-lo a fazer essas grandes doações passarem pela Associação Geral. Wisbey, que havia disputado politicamente com McClure o cargo de vice-presidente, agora desejava demonstrar generosidade na derrota, ajudando os novos presidentes, que passariam a morar no território de sua união — uma região reconhecidamente de custo de vida muito elevado. Gilbert

recusou-se a envolver a tesouraria da Associação Geral no plano. Assim, Wisbey fez os recursos passarem pelas contas de sua própria união.

Wisbey tentou convencer-me a modificar nosso relatório de auditoria. Como não conseguiu, convidou-me a reunir-me com uma delegação bastante numerosa — formada principalmente por empregados da Igreja — para ouvir os motivos pelos quais o relatório deveria ser alterado. O grupo literalmente me vaiou quando ressaltei que aquele não era um problema dos auditores, mas uma questão de integridade dos dirigentes da Igreja, e citei a declaração de Ellen White de que nossas "transações deveriam ser transparentes como a luz do sol".

Enquanto isso, na condição de estadista veterano e aposentado da Igreja, Neal Wilson aconselhou Folkenberg e McClure a escrever cartas solicitando que fossem interrompidos os salários não merecidos pagos a suas esposas. Mas eles não pediram desculpas nem reconheceram qualquer irregularidade. Folkenberg era conhecido por sua habilidade na arte da retaliação, e eu sabia que minha vez logo chegaria.

Em 1994, os preparativos para a 56ª Assembleia da Igreja mundial, nos Países Baixos, já estavam bem adiantados, e eu sabia que todos os esforços seriam feitos para me retirar do cargo antes daquele encontro. Não sabia exatamente como isso aconteceria — mas meu tempo estava se esgotando.

Capítulo 7 — Os desafios do braço direito

Ellen White escreveu extensamente sobre o ministério de saúde da Igreja, enfatizando sua importância ao chamá-lo de “braço direito da mensagem”. Mas, já nos estágios iniciais de minhas responsabilidades na Associação Geral (*General Conference*, GC), percebi que a denominação enfrentava desafios provenientes desse “braço direito”, especialmente no Centro Médico da Universidade de Loma Linda (*Loma Linda University Medical Center*, LLUMC). Nosso departamento havia recebido a incumbência de exercer vigilância financeira sobre aquele gigantesco complexo, e logo percebi que os controles internos do LLUMC estavam cedendo lugar às disputas pessoais de poder.

Por exemplo, nos anos anteriores à chegada de Neal Wilson à presidência da Associação Geral — antes de 1979 e durante a maior parte de 1978 —, ele presidiu o Conselho de Curadores da Universidade de Loma Linda (*Loma Linda University*, LLU), enquanto David B. Hinshaw Sr. era o decano da Faculdade de Medicina.

No início da década de 1970, Lynn Hilde, formado pela LLU em 1971, cumpria residência em cirurgia no LLUMC e foi surpreendido exercendo trabalho médico remunerado fora da instituição, contrariando as normas do hospital. Por isso, Hinshaw suspendeu Hilde do programa de residência cirúrgica.

Hilde, entretanto, sabia que outros residentes de cirurgia do LLUMC estavam sendo enviados, em sistema de rodízio, a um hospital em Blythe, Califórnia, nos fins de semana, para complementar seus salários hospitalares. Hilde procurou então aconselhamento jurídico, e o escritório de advocacia contratado por ele descobriu que, na realidade, uma empresa independente, a University Medical Group, Inc., mantinha contrato com o

hospital de Blythe para fornecer os serviços dos residentes. E que surpresa! A empresa pertencia a David B. Hinshaw Sr.; C. Victor (“Dick”) Way, administrador do LLUMC; Tom Zirkle Jr.; e outros integrantes graduados do Departamento de Cirurgia.

Essa empresa também havia firmado contratos com o LLUMC e com o Hospital do Condado de Riverside para fornecer luvas cirúrgicas, e Hilde expôs a Wilson esse conflito de interesses em benefício próprio. Hilde foi readmitido no programa de residência cirúrgica e, em contrapartida, desistiu de sua ação judicial.

Mas as graves irregularidades continuaram. Em 3 de abril de 1975, Way e Hinshaw deram uma entrada de US$ 52 mil para adquirir conjuntamente a propriedade Lakeview, uma fazenda de 2.073 acres, avaliada em US$ 525 mil, no condado de Lake, Oregon. Mais ou menos na mesma época, um integrante do grupo de prática clínica da Faculdade de Radiologia processou o departamento por irregularidades financeiras. Uma auditoria realizada na fase de produção de provas do processo revelou, quase por acaso, que Way havia se apropriado indevidamente de mais de US$ 916 mil, parte dos quais desviada de contas da universidade por meio de cheques assinados conjuntamente por ele e Hinshaw.

Mais tarde, em 1975, Robert Pierson (então presidente da Associação Geral), Wilson (na época vice-presidente da Associação Geral para a América do Norte) e Willis Hackett (vice-presidente geral da Associação Geral) discutiram repetidamente entre si o que fazer a respeito da apropriação indevida de US$ 916 mil e de outras evidências de irregularidades financeiras. Entretanto, segundo Robert Warren, advogado do escritório Gibson, Dunn & Crutcher, Wilson só informou o Conselho de Curadores sobre o problema em maio de 1977.

Em janeiro de 1978, Hinshaw renunciou sob pressão, embora negasse qualquer envolvimento ou conhecimento da apropriação indevida de recursos. Essa negativa foi apresentada apesar da afirmação de Wilson de que Hinshaw realmente havia assinado, juntamente com Way, cheques destinados a pagar empresas particulares de Way. Ainda assim, Wilson defendeu a inocência de Hinshaw, dizendo que este simplesmente assinava cheques em branco quando precisava viajar, para que Way pudesse conduzir os negócios do centro médico durante sua ausência. Aos olhos de Wilson, o único pecado aparente de Hinshaw foi ter confiado em Way.

O Conselho de Curadores, sob a liderança de Wilson, não apresentou acusações criminais contra Hinshaw nem contra Way e, em 24 de fevereiro de 1978, Way assinou um Acordo de Restituição pelo qual se comprometia a devolver US$ 916 mil à universidade.

A fazenda no Oregon tornou-se o foco dos esforços de recuperação dos valores pela LLU, embora Way e Hinshaw possuíssem muito pouco patrimônio líquido investido nela. A LLU propôs um plano que permitiria a Way obter lucro com a venda das terras e utilizar esse dinheiro para pagar sua dívida com a universidade. Embora considerado “inocente”, Hinshaw e sua esposa assinaram um acordo com a LLU em 4 de março de 1980, pelo qual ele se comprometia “a ajudar Way a cumprir suas obrigações para com a Universidade e a resolver todas as controvérsias entre Hinshaw e a Universidade”.

Como se verificou, Way e Hinshaw não tiveram êxito nas tentativas que fizeram de refinanciar a propriedade rural. Nove meses depois, em 9 de dezembro de 1980, a universidade “liberou e exonerou para sempre Hinshaw da responsabilidade pelos atos de Way”, em troca do compromisso de “assinar todos e quaisquer documentos” que permitissem à universidade vender a fazenda a terceiros.

Em 4 de fevereiro de 1981, a propriedade foi vendida à J. R. Ferguson & Associates, Inc., que também assumiu a obrigação de pagar uma nota promissória de US$ 200 mil à LLU. Em agosto de 1983, porém, Ferguson estava inadimplente em relação à nota promissória de US$ 200 mil, garantida por uma segunda hipoteca, e a primeira garantia hipotecária, no valor de US$ 500 mil, também estava em situação de inadimplência perante a Downey Savings & Loan.

Posteriormente, a Downey incluiu a LLU como ré numa ação relativa ao inadimplemento envolvendo a fazenda. Em 10 de novembro de 1987, o comitê de administração de investimentos da LLU votou pela venda da propriedade Lakeview por US$ 25 mil em dinheiro, desde que a LLU fosse excluída, com caráter definitivo, da ação movida pela Downey. Dos US$ 916.180 originalmente apropriados indevidamente, a LLU recuperou apenas US$ 98.978; assim, mesmo desconsiderando a perda dos juros, a LLU ainda perdeu US$ 835.202. Não está claro por que o conselho, sob a presidência de Wilson, não tratou essa questão de maneira mais resoluta, mas isso deu origem a sérias especulações sobre irregularidades.

Em outro empreendimento, Way, na qualidade de administrador do LLUMC, atuava como diretor financeiro da Electronic Data Processing (EDP), que atendia às empresas independentes de prática clínica vinculadas ao LLUMC. Habilmente, Way transferiu as operações de informática para uma garagem fora das instalações e começou a comercializar publicamente os serviços da EDP sob o nome empresarial Desert Systems. Dessa maneira, podia apropriar-se pessoalmente de quantias recebidas pelos serviços, enquanto utilizava os equipamentos e o capital do LLUMC.

Por volta da mesma época, o Departamento de Radiologia, dirigido por Melvin Judkins, médico, criou um Fundo do Chefe do Departamento (*Chairman's Fund*) para financiar pesquisas, ensino e novos equipamentos,

mediante a retenção de 10% dos salários dos docentes. Os professores não se opunham ao sistema, mas alguns acreditavam que a utilização desses recursos deveria ser informada ao corpo docente de radiologia. A divulgação foi negada; por isso, um integrante do corpo docente do Departamento de Radiologia apresentou uma queixa judicial contra o departamento e contra o LLUMC. Na fase de produção de provas, o médico contratou um contador público certificado independente para investigar os registros financeiros, com a assistência de auditores da Associação Geral.

O esquema finalmente veio à tona quando se descobriu que Way havia desenvolvido um plano elaborado para desviar grandes quantias de dinheiro. Funcionava assim: suponhamos que a Radiologia solicitasse um equipamento com preço de US$ 1 milhão e que Way, por sua vez, pedisse à Radiologia uma contribuição voluntária de US$ 50 mil para a compra. Em seguida, Way comparecia ao Conselho de Curadores e solicitava autorização para adquirir o equipamento por US$ 1 milhão. Sem o conhecimento do chefe da Radiologia ou do Conselho de Curadores, Way transferia os US$ 50 mil de uma entidade fiduciária da universidade para outra, até que a quantia finalmente chegasse a uma de suas empresas particulares. Um auditor envolvido na investigação afirmou que Way "admitiu tudo aquilo que foi comprovado contra ele".

Em essência, esse tipo de comportamento foi o que arruinou a Enron trinta anos depois. O LLUMC simplesmente estava à frente de seu tempo. Entidades empresariais separadas estavam sendo criadas para ocultar negócios questionáveis do Conselho e da Associação Geral. Não bastava que o LLUMC já tivesse três centros administrativos: (1) a universidade, (2) o centro médico e (3) a fundação. Entre essas novas entidades criativas estava a Universal Health Care, Inc. (UHCI), constituída por volta de fevereiro de 1980 para operar aviões Learjet destinados a oferecer transporte aéreo de longa distância ao recém-criado centro de cirurgia ambulatorial.

O vice-presidente de Assuntos Médicos, Marlowe Schaffner, médico missionário veterano que havia trabalhado na África e gozava de grande respeito, encarregou Kenneth Dortch, um dos dirigentes do grupo, de estudar a viabilidade do projeto dos Learjet.

Foram iniciadas negociações com a Miller & Schroeder, uma empresa de financiamento, para obter recursos da ordem de US$ 4 milhões. Pouco se sabe sobre a empresa, mas Steven W. Erickson, vice-presidente sênior, reconhece prontamente que a UHCI era juridicamente separada da Igreja Adventista do Sétimo Dia e do LLUMC, embora acreditasse que a Igreja tivesse uma obrigação moral e jurídica de repor os recursos em caso de inadimplência. O texto da nota promissória declara expressamente que o LLUMC “garante” ou “assina conjuntamente” a obrigação.

Quando o projeto fracassou, a firma de contabilidade Laventhol & Horwath foi contratada para esclarecer a confusão financeira e encontrou os registros contábeis em tamanha desordem que não pôde concluir integralmente o trabalho. Por exemplo, diários de bordo incompletos revelaram que, de mais de 180 voos registrados, no máximo dois estavam relacionados à finalidade declarada da empresa. Os demais incluíam negócios tão triviais quanto um voo até Reno, Nevada, para comprar artigos de pesca. Mais uma vez, o LLUMC e a Associação Geral tiveram de intervir para realizar um constrangedor resgate financeiro.

Os conflitos de interesses tornaram-se tão comuns em Loma Linda ao longo dos anos que chegaram a parecer quase rotineiros. Por exemplo, o LLUMC divulgou amplamente seus serviços de acelerador de feixe de prótons (*Proton Beam Accelerator*, PBA), um equipamento de alta tecnologia para tratamento do câncer. James M. Slater presidia o Departamento de Oncologia Radioterápica, que oferecia os serviços de PBA. Seu filho Jerry D. Slater, também radio-oncologista e integrante do departamento, sucedeu-o

na chefia, e outro filho, James B. Slater, doutor, também integrava o Departamento de Oncologia Radioterápica.

O tratamento de câncer com PBA no LLUMC começou em 1990, quando uma equipe de cientistas e técnicos criou um Laboratório de Pesquisa em Radiação (*Radiation Research Laboratory*, Rad Lab). Jon W. Slater, outro filho de James Slater, foi um dos primeiros contratados para a equipe. Ele possuía bacharelado em ciência da computação e participou do projeto das instalações e da formação da equipe de engenharia encarregada de sua manutenção. O primeiro paciente foi tratado em outubro de 1990.

Então, em 1993, Jon Slater fundou a Optivus Technology, Inc. e contratou toda a equipe do Rad Lab que já havia sido recrutada e empregada pelo Centro Médico da Universidade de Loma Linda. Esses 44 empregados, dos quais 37 eram engenheiros ou profissionais de apoio técnico, receberam em conjunto 20% da nova empresa, enquanto Jon Slater ficou com os outros 80%.

Na época em que escrevo, a Optivus tem 75 empregados, e a empresa detém direitos exclusivos sobre o mais abrangente portfólio de propriedade intelectual do setor de terapia por prótons. Em 1998, Jon Slater fundou a PerMedics, Inc., para criar soluções de software baseadas em computadores pessoais destinadas tanto à terapia por feixe de prótons quanto à radioterapia convencional.

Destaco esse caso de nepotismo para mostrar com que frequência ocorrem transações sem a necessária independência entre as partes. Os termos do contrato de Slater com o Centro Médico de Loma Linda são mantidos em segredo. Entretanto, parece significativo que Jon W. Slater não tenha chegado ao LLUMC à frente de uma empresa já em funcionamento, capaz de comprovar que possuía competência técnica superior para prestar suporte ao PBA. Em vez disso, graças às relações familiares, pôde assumir

uma equipe de serviços técnicos já existente — claramente um negócio em que toda a família Slater saiu ganhando!

Nota do tradutor sobre a página impressa 53: a edição original informa US$ 916.180 de apropriação indevida, US$ 98.978 de recuperação e US$ 835.202 de perda. A subtração entre os dois primeiros valores resulta em US$ 817.202. A divergência aritmética está no texto original e foi preservada nesta tradução.

Capítulo 8 — Um desafio judicial para a Universidade de Loma Linda

O caso de Stewart W. Shankel e George M. Grames, na Universidade de Loma Linda (LLU), desenvolveu-se pouco antes de minha demissão do cargo de diretor do Serviço de Auditoria da Associação Geral. Examinar aqui a situação deles ilustra o estilo de administração frequentemente encontrado nas instituições adventistas e espelha minha própria experiência.

Tanto Shankel quanto Grames eram nefrologistas e professores de medicina, que haviam integrado o corpo docente da Faculdade de Medicina por mais de vinte anos. Shankel, cujo irmão Clinton era presidente da União da Indonésia Ocidental quando eu era tesoureiro, chefiava o Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina e teve papel decisivo no recrutamento de Neal Bricker para a LLU. Bricker é um eminente pesquisador em nefrologia que havia chefiado departamentos de medicina ou setores de nefrologia em diversas grandes universidades norte-americanas. Alcançou destaque entre os nefrologistas e exerceu a presidência da Sociedade Americana de Nefrologia, além de ocupar por dezessete anos o cargo de tesoureiro da Sociedade Internacional de Nefrologia. Um de seus principais projetos de pesquisa era identificar o hormônio natriurético (HN), objetivo ao qual dedicara os 25 anos anteriores de sua carreira, antes de chegar à LLU.

Seu objetivo era identificar, sintetizar e comercializar essa substância, que poderia revolucionar o mercado de diuréticos, porque não provoca a excreção de potássio — uma grande desvantagem de outros diuréticos potentes.

Quando chegou à LLU, ainda não possuía uma patente sobre o método de isolamento. Pouco tempo depois, porém, cedeu à LLU seus direitos relativos a uma patente esperada, com o entendimento de que a instituição apoiaria suas pesquisas até que ele encontrasse uma empresa farmacêutica como parceira. Uma dessas empresas era a Boots Pharmaceutical Company, representada por William Wechter, doutor em química. Wechter ficou tão impressionado com o projeto que se desligou da Boots e se uniu aos esforços de Bricker para isolar o HN. Assim, Bricker acrescentou o nome de Wechter ao pedido de patente, em razão de seu possível papel na identificação da estrutura química do hormônio.

Depois de um ano de colaboração aparentemente harmoniosa, Wechter e Bricker parecem ter rompido suas relações, e Wechter reuniu-se reservadamente com Hinshaw, que, após deixar o cargo de decano da Faculdade de Medicina, havia retornado à LLU como vice-presidente de assuntos médicos. Não se sabe o que foi planejado em particular, mas os acontecimentos posteriores deixam pouco espaço à imaginação.

Depois dessa reunião, Wechter deixou de prestar contas a Shankel ou Bricker e passou a responder a Hinshaw. O laboratório de Bricker foi fechado, e ele recebeu a ordem de deixar a LLU, com pagamento equivalente a seis meses de remuneração pela rescisão; entretanto, a LLU continuaria detendo os direitos de patente relativos ao HN. Shankel manteve seu firme apoio a Bricker e, em 14 de fevereiro de 1991 — Dia dos Namorados nos Estados Unidos —, foi demitido da chefia do Departamento de Medicina.

Durante esse mesmo período, o laboratório de imunologia do Departamento de Cirurgia recrutara da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) um pesquisador com doutorado, o Dr. Ronald Billing. Na UCLA, ele havia desenvolvido um anticorpo monoclonal (CBL-1)

aparentemente eficaz no tratamento da rejeição de transplantes, bem como de certas doenças imunológicas do sistema nervoso central e de alguns tipos de câncer. Mas Billing aparentemente sofria de problemas emocionais e foi dispensado abruptamente pelo Departamento de Cirurgia. Ainda mais grave do que sua demissão precipitada foi o aparente roubo de seu anticorpo pelo laboratório de imunologia da LLU. Isso foi feito anunciando-se, pouco depois da saída de Billing, a descoberta de um "novo" anticorpo monoclonal, batizado de "DBH" (as iniciais de Hinshaw). Continuaram a tratar os mesmos pacientes com esse "novo" anticorpo, sem qualquer mudança no protocolo nem aprovação do Conselho Institucional de Revisão (*Institutional Review Board*).

Esses dois casos levaram dezenove integrantes do corpo docente a assinar uma carta ao Conselho de Curadores, datada de 8 de agosto de 1990. A carta criticava a administração da Faculdade de Medicina e solicitava uma investigação das alegações de apropriação indevida de pesquisas protegidas por direitos de propriedade. O Conselho de Curadores não demonstrou interesse aparente em investigar as acusações de roubo e imediatamente saiu em defesa da administração. Chegou-se até a questionar se os dezenove professores que haviam assinado a carta deveriam ter permissão para continuar na LLU.

A administração sabia que Shankel e Grames eram os principais responsáveis pela carta, mas também sabia que não poderia simplesmente encerrar o vínculo empregatício deles com o Departamento de Medicina, pois eram remunerados por uma empresa independente de prática clínica (um dos requisitos para esse emprego era possuir nomeação docente na Faculdade de Medicina). Por isso, Lynn Behrens, recentemente nomeado decano da Faculdade de Medicina, revogou as nomeações docentes de Shankel, Grames e Lysle W. Williams para a Faculdade de Medicina. (Embora o Dr. Williams não tivesse assinado a carta, sabia-se que apoiava

firmemente Shankel, conforme demonstravam cartas críticas que anteriormente escrevera ao Conselho de Curadores.)

Essas demissões precipitadas foram comunicadas à Associação Americana de Professores Universitários (*American Association of University Professors*, AAUP), e Jordan E. Kurland, secretário-geral adjunto da AAUP, começou a trocar correspondência com Behrens. Numa carta de 23 de agosto de 1991, Behrens escreveu, referindo-se à Declaração de 1958 sobre Normas Processuais em Procedimentos de Demissão de Professores (adotada conjuntamente pela AAUP e pela Associação de Faculdades Americanas), argumentando: “As normas parecem ter sido redigidas para aplicação geral ao ensino superior, mas claramente não atendem aos desafios e padrões específicos de uma faculdade de medicina que envolve emprego clínico e remuneração. Existem também questões singulares decorrentes da estreita relação com a Igreja Adventista do Sétimo Dia e sua missão, que não são abordadas pelas diretrizes.”

Em resposta datada de 27 de agosto, o secretário-geral adjunto escreveu: “Pelo contrário, os autores dessas normas entendem que elas se aplicam às faculdades de medicina e aos seus corpos docentes clínicos e, de fato, estão em vigor na grande maioria dessas instituições [...]. As normas processuais sempre foram consideradas igualmente aplicáveis a faculdades e universidades vinculadas a igrejas, e não temos conhecimento de qualquer aspecto da relação da Universidade de Loma Linda com a Igreja que justificasse deixar de oferecer as garantias fundamentais do devido processo acadêmico.”

A AAUP planejou uma investigação no próprio campus, mas Behrens, que àquela altura já era presidente, negou o acesso às instalações e proibiu a administração da LLU de prestar depoimento nas audiências investigativas, realizadas no Hotel Hilton, em San Bernardino. Os investigadores eram

Ralph S. Brown, da área de Direito da Universidade Yale, e Samuel F. Bessman, das áreas de Pediatria e Farmacologia da Universidade do Sul da Califórnia. A investigação concluiu que “a administração da Universidade de Loma Linda agiu em violação da Declaração de Princípios sobre Liberdade Acadêmica e Estabilidade no Emprego, de 1940, e desconsiderou a Declaração de 1958 sobre Normas Processuais em Procedimentos de Demissão de Professores ao demitir os professores Stewart W. Shankel, George M. Grames e Lysle W. Williams Jr., sem antes demonstrar motivo suficiente para a demissão numa audiência formal, registrada, perante um órgão eleito do corpo docente. O procedimento de audiência oferecido aos três professores negou-lhes garantias básicas do devido processo acadêmico, porque só ficou disponível depois de efetivadas as demissões e porque transferiu aos professores o ônus de provar que a administração havia errado ao dispensá-los”.

O relatório completo da investigação foi publicado na edição de maio-junho de 1992 da revista *Academe* (www.aaup.org). Como se pode imaginar, a administração da LLU foi incluída na lista de censura da AAUP, publicada em cada edição de *Academe*.

Posteriormente, os doutores Shankel e Grames apresentaram uma reclamação à Junta Nacional de Relações Trabalhistas (*National Labor Relations Board*, NLRB). A Junta, porém, recusou-se a examinar o caso com fundamento na proibição, derivada da Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, de envolvimento indevido entre Igreja e Estado — o mesmo fundamento invocado em minha ação judicial alguns anos depois.

Os doutores Shankel e Grames então ajuizaram uma ação civil, alegando demissão indevida por terem atuado como denunciantes de irregularidades (*whistleblowers*).

A defesa da ação voltou a invocar a separação entre Igreja e Estado e o privilégio eclesiástico. As exigências de Shankel e Grames para um acordo permaneceram as mesmas durante todo o litígio: restabelecimento de suas nomeações docentes, uma carta explicativa aos ex-alunos e ao corpo docente da Faculdade de Medicina e uma investigação independente das acusações de apropriação indevida de pesquisas protegidas por direitos de propriedade.

Depois de oito anos de numerosas táticas protelatórias por parte da LLU, o juiz finalmente marcou a data do julgamento. No mesmo dia, a LLU solicitou um acordo. A investigação das acusações de apropriação indevida de pesquisas protegidas por direitos de propriedade, parte integrante do acordo, foi conduzida por H. Lee Sarokin, juiz aposentado de uma Corte Federal de Apelações dos Estados Unidos. O relatório inocentou a LLU de todas as acusações.

A respeito de Bricker, o juiz Sarokin escreveu: “Mais ou menos na mesma época, o Dr. Bricker iniciou um procedimento de reclamação contra a Universidade. O Dr. Shankel concordou em se declarar impedido de participar do procedimento e nomeou uma comissão do Departamento de Medicina.” Entretanto, o juiz deixou de incluir em seu relatório as conclusões da comissão, datadas de 26 de dezembro de 1989: “Ao examinarmos o material, especialmente as comunicações diretas de Bricker com o vice-presidente de Assuntos Médicos, surgiu um tema recorrente. O vice-presidente de Assuntos Médicos institui programas, apoia indivíduos e envolve-se em detalhes operacionais sem aparentemente seguir a ‘cadeia de comando’ estabelecida. Essa insistência no controle pessoal e financeiro, que contorna o decano, o chefe do departamento, o chefe da seção e o diretor do laboratório, constitui um estilo de administração profundamente desagregador, que inevitavelmente, como este caso ilustrou, produz efeitos

perturbadores muito além dos indivíduos envolvidos num laboratório ou projeto específico."

O juiz Sarokin prosseguiu: "Há poucas dúvidas de que a administração permitiu ao Dr. Wechter assumir o controle da pesquisa em questão em decorrência da controvérsia entre ele e o Dr. Bricker; mas essa decisão, justificada ou não, teve como finalidade dar continuidade ao projeto, e não privar o Dr. Bricker dos direitos de propriedade que possuísse no projeto de pesquisa sobre o hormônio natriurético."

Infelizmente, essa declaração do juiz Sarokin não corresponde aos fatos. Antes da reclamação formal de Bricker, Shankel participou de uma reunião de seis horas com Bricker e a administração da LLU, acompanhados de seus advogados. A administração nunca abandonou sua posição de que Bricker deveria ser dispensado e de que a LLU conservaria os direitos de patente sobre o HN. Além disso, durante o procedimento de reclamação subsequente, a LLU estava buscando ativamente, junto ao Escritório de Patentes dos Estados Unidos, uma patente sobre o hormônio. O pedido foi rejeitado pelo escritório de patentes, revisado duas vezes por Wechter e reapresentado sem o conhecimento ou a participação de Bricker. Ambas as revisões foram rejeitadas, a última perto do fim das audiências sobre a reclamação. No último dia da audiência, Hinshaw informou à comissão que não existia patente. Disse então: "Decidiu-se devolver ao Dr. Bricker todos e quaisquer direitos que a instituição tivesse, sob diversas formas — ou que o Dr. Wechter tivesse —, devolver todos esses direitos ao Dr. Bricker."

Um integrante da comissão perguntou: "Por que as patentes foram rejeitadas pelo escritório de patentes?" Wechter respondeu: "É um pouco mais do que simplesmente rejeitadas. Neste caso específico, eles já indeferiram todas as reivindicações em duas ocasiões. E os motivos pelos quais as indeferiram são muitos, mas o motivo básico é que não acreditam

que a descrição seja adequada. Em outras palavras, se alguém tomasse a patente, deveria conseguir isolar e produzir o hormônio natriurético. E, nesta circunstância específica, o escritório de patentes — e, neste momento, concordo com ele — afirma que a descrição não permite realizar o procedimento."

Assim, Hinshaw acreditava estar apenas devolvendo a Bricker direitos de patente sem valor. Embora o pedido não fornecesse uma descrição que permitisse executar o procedimento, Wechter continuou procurando o HN e apresentou uma exposição de suas pesquisas na Convenção de Pós-Graduação dos Ex-Alunos de 1993. Entretanto, à luz das observações de Wechter à comissão encarregada da reclamação, parece curioso que, poucos meses depois de receber de volta os direitos de patente, Bricker tenha de fato conseguido obter, do Escritório de Patentes dos Estados Unidos, a patente nº 5106630, relativa ao isolamento do HN. Agora, quinze anos depois, Bricker e Shankel efetivamente isolaram, identificaram e sintetizaram o HN.

Tanto Bricker quanto Shankel passaram a integrar o corpo docente da Universidade da Califórnia em Riverside (UCR). Além de terem realizado grandes avanços na identificação e síntese do hormônio natriurético, Shankel foi convidado a elaborar um plano para uma faculdade de medicina com curso de quatro anos e apresentá-lo à administração. O plano de Shankel era pouco convencional, pois previa um instituto de pesquisa de US$ 100 milhões, mas nenhum hospital universitário. Mesmo assim, foi aceito pelo reitor e, por fim, pelo Conselho de Regentes da Universidade da Califórnia. Uma faculdade de medicina na UCR se tornará realidade em futuro próximo.

A perda para a Universidade de Loma Linda foi incalculável. Além dos milhões de dólares gastos na defesa da ação judicial movida por Shankel e

Grames, o desencanto dos recém-formados diante do tratamento dispensado a dois de seus professores mais admirados provocou uma queda acentuada nas contribuições à universidade e às organizações a ela vinculadas. A maior perda, entretanto, foi a saída dos “melhores e mais brilhantes” professores, médicos e pesquisadores do Departamento de Medicina, considerado a “espinha dorsal” de qualquer faculdade de medicina. A Universidade de Loma Linda resolveu seu desafio judicial por meio de acordo e foi inocentada por uma investigação independente. Mas perdeu muito mais do que dinheiro e pessoal. Talvez tenha perdido seu coração e sua alma.

Capítulo 9 — Os negócios da Blue Duck

A Igreja Adventista cresceu muito, utilizando um estilo organizacional hierárquico, com considerável poder no topo, constituído pelo presidente, seus subordinados e os influentes presidentes das uniões. Neal Wilson aperfeiçoou esse sistema e passou a acreditar que possuía uma espécie de genialidade administrativa que justificava o fortalecimento da posição presidencial. Deixou esse legado de poder para seu sucessor, Robert Folkenberg.

Embora os adventistas em geral compreendam — e às vezes se queixem — do excesso de poder no alto escalão, a situação existente permanece praticamente incontestada, e as vozes que defendem mudanças são abafadas.

Durante sua gestão, Wilson reduziu muitos dos departamentos que outrora exerciam maior impacto sobre as congregações locais: Jovens, Temperança e Escola Sabatina. Fechou, vendeu ou levou à falência instituições como a Southern Publishing Association, a Loma Linda Foods e a Harris Pine Mills; e Robert Folkenberg, seu sucessor, deu continuidade a essa tradição.

Por exemplo, recorreu a um antigo associado de negócios, Duane McBride, membro do corpo docente da Universidade Andrews, para realizar um estudo de governança cujo efeito seria aumentar ainda mais o poder e a influência da presidência.

Quando Folkenberg — piloto missionário de voos ousados, pregador bilíngue talentoso e homem de negócios — assumiu a direção da Igreja, estava determinado, entre outras coisas, a enfrentar os problemas da evangelização por meio da literatura. Havia manifestado repetidas vezes suas preocupações com o programa, acreditando que ele consumia uma

parcela desproporcional dos recursos provenientes dos dízimos da Igreja — cerca de 3%.

Naquela época, o braço responsável pela gestão das vendas no ministério da colportagem era o Home Health Education Service (HHES, Serviço de Educação para o Lar e a Saúde), que encomendava livros à Review & Herald ou à Pacific Press e depois administrava sua distribuição pelos evangelistas da literatura aos respectivos clientes. Também concedia crédito aos compradores atendidos pelos colportores, recrutava e treinava a força de trabalho e lhe oferecia formação continuada. De modo geral, ajudou a preservar por muitos anos o programa institucional de colportagem da Igreja, embora normalmente operasse com déficit e não apresentasse o crescimento anual desejado pelos administradores. Todos concordavam que o programa HHES precisava tornar-se mais eficiente, e esforços sinceros foram realizados nas décadas de 1970 e 1980 — durante períodos econômicos muito difíceis — para recolocá-lo em bom funcionamento.

O HHES geralmente trabalhava com déficit, coberto por recursos dos dízimos, numa proporção de aproximadamente 3% ao ano. Eu mesmo havia trabalhado como evangelista da literatura durante umas férias universitárias de verão muito produtivas e instrutivas. Por isso, senti-me especialmente magoado quando, nos primeiros tempos da administração de Folkenberg, a Divisão Norte-Americana votou pelo encerramento do HHES e pela retirada da Igreja do negócio de promover a venda de literatura de porta em porta. A partir de então, esse trabalho ficaria inteiramente a cargo das editoras, caso elas desejassem assumi-lo.

Outro associado de negócios de Folkenberg, o falecido Al McClure, havia incentivado a ideia de recorrer aos serviços de Harold F. “Bud” Otis, ex-presidente da Review and Herald, que convencera McClure e outros de

que poderia dirigir um programa autossustentável de venda de livros, sem necessidade de subsídios da Igreja. Otis estava empenhado em desenvolver e comercializar vídeos de histórias bíblicas, que, em sua opinião, proporcionariam lucros enormes. Embora eu acredite que o HHES pudesse ter sido ajustado para funcionar com eficiência de custos — levando em conta a melhora da economia e o crescente interesse da população hispânica dos Estados Unidos por materiais bilíngues —, criou-se, em vez disso, uma empresa inteiramente nova, a Family Enrichment Resources (FER, Recursos para o Enriquecimento da Família), destinada a vender vídeos que ainda nem sequer existiam. Três presidentes de uniões apoiaram McClure nesse plano, e Otis foi nomeado presidente.

Infelizmente, muitas dívidas políticas estavam sendo pagas depois da dança das cadeiras na liderança durante a Assembleia da Associação Geral de 1990, em Indianápolis. Ao que parece, Otis recebeu sua nova atribuição como compensação pelo cargo que havia perdido como representante de ligação na nova divisão da Igreja na Rússia. O posto russo lhe fora oferecido graças à sua estreita amizade com Wilson, e Otis aparentemente o perdeu, em parte, porque um importante doador leigo ficou insatisfeito com sua administração. Outro fator complicador foi a necessidade de abrir espaço para que Ted, filho de Wilson, se tornasse presidente de uma divisão — de preferência uma que mantivesse vínculos estreitos com as pessoas influentes da América do Norte.

Cinco anos antes, quando perguntei a determinados dirigentes da Igreja por que Otis, então presidente da Review & Herald, havia sido chamado a participar do fechamento da Harris Pine Mills, disseram-me que seu principal atributo era a implacabilidade. Talvez tirando proveito dessa característica, confiaram a Otis a criação do novo programa editorial da FER.

Otis falava com desenvoltura e soube aproveitar as novas políticas permissivas da divisão para convencer as uniões do Pacífico, do Atlântico e de Columbia a consolidar suas vendas sob a FER.

Curiosamente, porém, duas associações de cada uma das uniões do Atlântico e de Columbia recusaram-se a aderir ao novo programa, e as outras cinco uniões da Divisão Norte-Americana optaram por ficar inteiramente de fora. Nas três uniões apoiadoras, entretanto, ocorreu o que só pode ser descrito como uma tomada hostil de controle: os dirigentes das vendas de publicações foram demitidos e substituídos por pessoal escolhido por Otis. A FER iniciou suas operações em janeiro de 1992.

A FER passou então a manter um contrato com uma empresa de marketing chamada Blue Duck, para produzir e comercializar os prometidos vídeos de animação. Não se sabe se a Blue Duck já havia produzido anteriormente algum produto desse tipo, mas sei que, ao longo de certo período, a FER registrou pagamentos de US$ 370 mil à empresa, tendo recebido em troca apenas um roteiro e um plano de produção e comercialização.

Otis, contudo, estava determinado a produzir e comercializar uma série de vídeos em três partes, ao estilo Disney, sobre a história da criação, a vida de Jesus, o livro de Atos e as profecias do Apocalipse; e a FER precisava de financiamento adicional. Numa reunião do conselho da FER, em 5 de janeiro de 1996, a Blue Duck apresentou uma possível fonte de recursos. O plano previa depositar entre US$ 2,4 milhões e US$ 2,6 milhões num banco, numa operação de retenção supostamente “sem risco”. Mediante um complexo esquema bancário internacional — afinal, estávamos na década de 1990, quando tudo parecia possível no financiamento de empreendimentos! —, esse dinheiro produziria magicamente os US$ 15 milhões necessários à realização dos vídeos. Dru Cox e um investidor até então desconhecido, que usava o nome improvável de Gary Ferry,

concordaram então em reservar US$ 2 milhões para anunciar os vídeos. O conselho autorizou Otis a procurar financiamento, mas pediu que a proposta fosse antes aprovada pelo advogado da FER — afinal, a Blue Duck era uma empresa de marketing, não uma consultoria financeira. Otis deixou de buscar esse parecer jurídico, mas continuou a procurar recursos por intermédio de um investidor canadense. Ele e o tesoureiro da FER, Reginald Frood, viajaram a Toronto e encontraram-se com Tom Tiffin, o investidor, no Bank of Nova Scotia. Saíram de lá "convencidos da viabilidade do plano".

Conscientes de que a decisão do conselho da FER não autorizava a empresa a colocar dinheiro algum em risco, seus dirigentes solicitaram à União de Columbia que depositasse US$ 2,4 milhões numa conta controlada pela FER e pela associação da união. Quando ficou claro, porém, que isso colocaria em risco os recursos da União de Columbia, os dirigentes da união se recusaram a fazê-lo.

Dizia-se que o investidor canadense estava "muito aborrecido", mas ele alegou confiar tanto no projeto como um todo que organizaria um grupo privado de investidores, permitindo que os lucros do investimento conjunto fossem destinados ao projeto dos vídeos. A proposta parecia boa demais para ser verdade; e, como era de esperar, o investidor informou a Otis que haveria despesas. Assim, em 24 de abril de 1996, Otis solicitou a Ralph Martin, então presidente da União de Columbia, e a Don Russell, então tesoureiro da união, um adiantamento imediato do subsídio destinado à FER, para cobrir o pagamento exigido pelo investidor. Naquele mesmo dia, US$ 50 mil foram transferidos eletronicamente ao investidor no Canadá, sem aprovação da Comissão Executiva da união.

Alguns dias depois, Harold Lee, então secretário da União de Columbia, envolveu-se no assunto, e os três dirigentes autorizaram um adiantamento

de US$ 300 mil proveniente dos fundos operacionais da união, novamente sem aprovação da Comissão Executiva. O dinheiro foi liberado à FER na forma de uma linha de crédito com juros. O contrato de empréstimo foi assinado por Otis e Frood. Entretanto, não se solicitou a aprovação nem da comissão de finanças da FER nem do conselho da União de Columbia. Otis simplesmente assegurou aos dirigentes que qualquer dinheiro enviado ao Canadá seria devolvido em dez semanas e renderia milhões de dólares de lucro. Martin, Russell e Lee acreditavam que, caso a FER deixasse de pagar qualquer parte dos US$ 300 mil, a união simplesmente reteria os subsídios futuros até a quitação da dívida. Na verdade, Martin presidia o Conselho de Curadores da FER, e Don Russell era membro desse conselho. Mas, inexplicavelmente, esses homens que integravam os dois conselhos pareciam ignorar que todos os subsídios da FER sequer passavam pela união! Portanto, o argumento de que a linha de crédito não autorizada estava garantida pelos subsídios futuros não tinha fundamento.

Otis pediu que as transferências eletrônicas ao Canadá fossem realizadas por intermédio da tesouraria da união. Assim, entre 24 de abril e 11 de junho de 1996, quatro pagamentos, totalizando US$ 363 mil, foram enviados à Nissi Financial Corporation, a empresa de investimentos no exterior supostamente administrada pelo investidor canadense. Outros US$ 60 mil foram transferidos diretamente pela FER.

Essas manobras financeiras arriscadas diziam muito sobre o discernimento empresarial geral daqueles homens, mas Otis, em particular, parecia desfrutar da confiança absoluta de Folkenberg. Em seu boletim *From the GC President* (“Da Presidência da Associação Geral”), de dezembro de 1995, Folkenberg vangloriou-se do sucesso desse “novo método inovador para ampliar as vendas [...] de maneira mais eficaz”, mediante a privatização do programa de publicações da Igreja como Family Enrichment Resources.

Quando os problemas começaram a chegar ao ponto crítico, em 1996, a FER já havia tido quatro anos para demonstrar sua viabilidade. Eu fora expulso do cargo aproximadamente doze meses antes de o presidente da Associação Geral proclamar que a FER era um sucesso. Folkenberg descreveu as principais economias de custos obtidas nos quatro anos anteriores com estas palavras: "Durante os últimos quatro anos, as três uniões [...] economizaram um total de US$ 6.695.199, além de deixarem de pagar por 'diretores de publicações, secretárias, despesas de escritório e programas relacionados'. Sou muito grato porque esse processo [...] aumentou de maneira tão eficaz o número de evangelistas da literatura, suas vendas totais, bem como sua renda média, ao mesmo tempo que reduziu a dependência total dos dízimos de cada associação e união".

Mas o otimismo do presidente soava vazio para aqueles de nós que conheciam, ainda que minimamente, a terrível situação financeira da FER. Eu ficava perplexo com a completa deturpação, pelo presidente, daquilo que eu sabia serem os fatos. Por que arriscaria sua reputação e seu bom nome colocando por escrito um pensamento tão fantasioso? Eu havia participado da auditoria da FER referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1993, e já naquela época questionávamos se a empresa conseguiria continuar funcionando financeiramente por mais de um ano. Víamos que as receitas pareciam sustentadas, em grande parte, por valores a receber provenientes da futura venda prevista dos vídeos bíblicos — ou, como um de meus velhos amigos filipinos costumava chamá-los, "valores a enganar", em vez de "valores a receber".

A auditoria de 1994 da FER foi concluída depois de minha saída, mas já estava claro, àquela altura, que sua condição financeira havia piorado drasticamente. Meu sucessor na auditoria, entretanto, aparentemente fez vista grossa à situação e permitiu que uma nota promissória a receber de US$ 2 milhões, sem sustentação, referente a "receitas futuras de vídeos",

fosse registrada no balanço patrimonial. O nível de endividamento da FER já havia ultrapassado a espantosa marca de US$ 4 milhões.

Em março de 1996, mês em que as prometidas "histórias bíblicas" animadas deveriam começar a ser lançadas por toda a América do Norte, Otis publicou um editorial no *Columbia Union Visitor*, sob o título "Risk for God" ("Arriscar por Deus"), afirmando que "a Igreja precisa estar disposta a experimentar coisas novas. Quando estamos dispostos a assumir riscos calculados, pelos quais oramos, o Senhor nos capacita a realizar coisas que, de outra forma, pareceriam impossíveis!".

De maneira nada sutil, Otis insinuava que aqueles que questionavam seu empreendimento estavam aliados ao diabo e que o maligno queria que a Igreja "desse passos tímidos [em vez de] arriscar por Deus". Então Otis recorreu a seu profundo estudo dos escritos de Ellen White e assinalou "que pessoas com recursos financeiros que não pertencem à nossa fé se apresentariam para ajudar a espalhar o evangelho 'como as folhas do outono'". Essa declaração bombástica terminou com a notícia incrível de que "um total de US$ 18 milhões de dinheiro não adventista havia sido destinado ao desenvolvimento e à comercialização dessa série de quinze vídeos".

Talvez ninguém, individualmente, consiga compreender de modo adequado a principal razão da queda da mal concebida organização FER. Claramente, um homem reputado como "implacável" estava cuidando do negócio, enquanto outros permaneciam ao lado, preocupados, mas calados. Algumas vozes, porém, se manifestaram, como a de Bruce Wickwire, respeitado ex-dirigente mundial de publicações, que escreveu repetidas cartas de advertência. Certamente, parte do problema era o sonho acalentado por Otis de tornar-se conhecido como o pai de uma série de vídeos animados de "histórias bíblicas".

Além disso, o esquema destinado a transformar US$ 363 mil de dinheiro tomado emprestado ilegalmente num fundo de milhões estava claramente condenado ao fracasso. Poucos meses depois do relatório entusiasmado de Folkenberg, a FER estava completamente à deriva.

Em novembro de 1996, foi constituída a Força-Tarefa de Estudo da FER para investigar os acontecimentos que levaram ao fracasso da empresa. Martin disse à força-tarefa que "a liderança da FER tinha certeza de que esse projeto daria certo, e achamos que o melhor seria dar-lhes a oportunidade [dinheiro] de tentar".

A força-tarefa apresentou seu relatório à Comissão Executiva da União de Columbia em 10 de janeiro de 1997. Nele ficou claramente estabelecido que Martin, Lee e Russell sabiam muito bem que estavam contornando a Comissão Executiva da União de Columbia ao liberar os US$ 363 mil.

Como podiam ignorar o risco extremo que corriam ao adiantar recursos da união para um projeto desse tipo? Ainda assim, apesar do relatório crítico da força-tarefa, a Comissão Executiva aceitou as desculpas de Martin e Lee, e a vida seguiu adiante.

Duas associações da união, porém, não receberam os relatórios com a mesma complacência. A Associação de Potomac votou para solicitar que Martin e Lee apresentassem suas renúncias, e a Comissão Executiva da Associação de Ohio votou para pedir à Comissão Executiva da união que convocasse uma assembleia extraordinária de delegados, a fim de examinar as questões relativas à FER e determinar se Martin ainda possuía credibilidade para continuar como presidente. Assim, a Comissão Executiva da União de Columbia reuniu-se em 30 de janeiro de 1997 para analisar os pedidos, sob a presidência de McClure, então presidente da Divisão Norte-Americana — supostamente para garantir a imparcialidade. Como era previsível, a comissão rejeitou o pedido da Associação de Ohio para

convocar uma assembleia extraordinária de delegados e reafirmou Ralph Martin no cargo de presidente, acrescentando ainda um compromisso de apoiar sua liderança! Os membros leigos ficaram estarrecidos!

Considerando a falta de discernimento de Martin ao, essencialmente, apropriar-se de recursos da Igreja para emprestá-los à FER, que qualidades compensatórias lhe permitiram conservar o emprego, sem sequer uma censura? Que empresa, grande ou pequena, toleraria tamanha má administração? Mas a Igreja, mais uma vez, parecia incapaz de impor disciplina a seus executivos. Martin não apenas recebeu permissão para aposentar-se em boa situação perante a denominação, depois de 41 anos de serviço; foi sucedido na presidência por seu companheiro Harold Lee!

Talvez muita coisa pudesse ter sido salva se meu sucessor na auditoria tivesse questionado francamente os magros lucros registrados apenas no papel: US$ 735 em 1994 e US$ 38.241 em 1995. Sei que aqueles auditores eram qualificados — não falharam por incompetência. Mas, como se verificou, a FER na realidade perdeu US$ 1,5 milhão durante aqueles dois anos e encobriu a perda com uma nota promissória a receber de US$ 2,4 milhões por “vendas previstas do vídeo ‘História Bíblica’”.

Por que os auditores se envolveram no encobrimento é algo sobre o qual não consigo especular de maneira confiável. Só posso conjecturar que se sentiram intimidados pelo que havia acontecido comigo — temiam que seus empregos estivessem em jogo caso se manifestassem e, por isso, permaneceram silenciosos, como haviam feito um ano antes, quando fui demitido. Assim, nove meses depois, descobriu-se tardiamente que a FER havia, na verdade, perdido outros US$ 1,29 milhão. Naquele momento, os alicerces cederam e o empreendimento desmoronou. Estimou-se que o prejuízo da União de Columbia ficou entre US$ 1,3 milhão e US$ 1,8 milhão, e recomendou-se que as perdas fossem amortizadas ao longo dos cinco

anos seguintes. Com a queda da FER, o ministério de publicações da Igreja nas três uniões afetadas foi, na prática, condenado a um declínio prolongado, exceto entre determinadas minorias étnicas.

Capítulo 10 — Rompendo o vínculo

No início de sua administração, Robert Folkenberg escolheu o vice-presidente Bob Kloosterhuis para atuar como ligação entre seu gabinete e o Serviço de Auditoria. Kloosterhuis, que tinha uma orientação para os negócios melhor que a maioria das pessoas ligadas à presidência, rapidamente se tornou um defensor e apoiador leal do programa de auditoria — uma fonte de frustração para Folkenberg, que queria me tirar de cena.

Mas, em vez de escolher Kloosterhuis como o executor encarregado de efetivar minha demissão, Folkenberg aparentemente acreditava que o afável, persuasivo e muitas vezes ardiloso Mittleider teria melhores possibilidades de encontrar uma maneira de me remover do cargo antes da sessão seguinte da Associação Geral. Eu já havia considerado Mittleider um amigo; mas sabia que, acima de tudo, ele era um político.

Durante o verão de 1994, Ben Maxson, amigo de infância de Folkenberg, que este havia chamado da Associação de Upper Columbia para promover a mordomia cristã na Associação Geral, voltou do Noroeste com a notícia de que uma mulher emocionalmente perturbada, no Oregon, estava disposta a testemunhar que, muitos anos antes, eu a havia molestado. A notícia pareceu galvanizar Folkenberg e Mittleider. A jovem, que Charlotte e eu conhecíamos e de quem Charlotte havia sido amiga e conselheira no Extremo Oriente, vinha passando por terapia psicológica em Ohio, onde se dizia que haviam aflorado pensamentos e lembranças que ela jamais havia experimentado conscientemente ou mencionado antes.

Walter Carson, advogado da Associação Geral e integrante de sua assessoria jurídica, foi enviado a Ohio para encontrar-se com minha acusadora, Elizabeth “Beth” Heisler Olson Adels. Folkenberg aparentemente percebeu

que, no adventismo, não existe maneira melhor de dar o golpe de misericórdia numa presença incômoda do que rotulá-la como pecadora sexual.

Beth, então com cerca de 33 anos, havia fracassado em seu primeiro casamento e, ao que parecia, enfrentava dificuldades no segundo. Aparentemente, havia tido diversos relacionamentos extraconjugais e, enquanto participava de um acampamento religioso no Oregon, seu marido de fato a surpreendera com outro homem — incidente ao qual ela se refere, em seu testemunho contra mim, como "ter sido estuprada", embora pessoas que trabalhavam no acampamento naquela época não se recordem de qualquer denúncia de um estuprador, e as autoridades do condado de Clackamas não tenham registro de crime semelhante ocorrido na área do acampamento, que contava com forte segurança.

Basta dizer que o segundo casamento de Beth estava em crise e que ela procurara um centro de aconselhamento psicológico dirigido por adventistas em Ohio, onde agora havia "recordado" certos acontecimentos que, acreditava, a tinham conduzido pelo caminho errado. Entre essas lembranças estava a recordação de que teria mantido comigo um relacionamento ilícito contínuo. Beth aparentemente estava empenhada em salvar seu segundo casamento, e poder contar ao marido que havia tido um caso comigo, amigo da família e figura paterna, parecia ajudá-la a explicar a si mesma, ao psicólogo e ao marido por que talvez tivesse desenvolvido aqueles problemas.

O advogado Carson trabalhou com Beth e preparou um relato longo e sórdido, que mandou autenticar em cartório como declaração juramentada, para conferir-lhe toda a aparência de legitimidade. Trouxe o documento de volta à Associação Geral e, no primeiro dia do Concílio Anual de 1994, no

começo de outubro, fui convocado ao escritório de Carson, onde ele e Mittleider me disseram que lesse o documento.

Minha família conhecia muito bem a acusadora, Beth, que aos 15 anos viera morar temporariamente em nossa casa, em Cingapura, durante o ano escolar de 1974–1975. Seus pais eram missionários em Penang, na Malásia, e estavam preocupados porque Beth tinha dificuldades para se relacionar com figuras de autoridade em sua vida e apresentava tendências suicidas. Por isso, havíamos concordado em permitir que ela ficasse em nossa casa com Cheryl, nossa própria filha, que cursava a mesma série. Durante aqueles meses, Charlotte passou muitas horas com Beth, tentando ajudá-la a lidar melhor com a vida.

Agora, sua declaração juramentada apresentava três acusações específicas: que eu lhe havia feito massagens inadequadas nas costas enquanto ela dividia o quarto de nossa filha em Cingapura; que eu havia me encontrado novamente com ela e a apalpado, em Cingapura, quando voltara para realizar trabalhos de auditoria; e que, doze anos antes, ela e eu havíamos nos encontrado num quarto de motel no Tennessee para um encontro amoroso clandestino. Ela não conseguia se lembrar do nome do motel, mas afirmava ter certeza de que havíamos tido um encontro sexual.

Carson e Mittleider aguardavam ansiosamente minha reação. Fiquei atônito e rapidamente lhes assegurei que era totalmente inocente das acusações. O relato era tão confuso e equivocado. Grande parte da redação estava revestida de jargão psicológico, claramente sugerido por alguma modalidade de “terapia de recuperação de memórias” em voga naquela época.

Somente a eternidade revelará se Carson e Mittleider realmente acreditavam na história de Beth, mas, naquele momento, isso me parecia inimaginável. Reconheci imediatamente, é claro, como seria difícil provar

conclusivamente minha inocência décadas depois dos acontecimentos que supostamente teriam ocorrido. Mas Mittleider claramente procurou abalar ainda mais minha serenidade, dizendo-me que havia destituído muitos ministros por impropriedades sexuais, inclusive o falecido Laverne Tucker, antigo apresentador de *Your Quiet Hour*. Se eu escolhesse "contestar as acusações", a situação "ficaria feia", ameaçou.

Pedi tempo para conversar sobre as acusações com minha esposa e encontrei-me com Charlotte, que naquele dia trabalhava nas proximidades, no complexo da Associação Geral. Oramos juntos e então voltamos para encontrar meus acusadores. Charlotte lhes disse que, do ponto de vista logístico, teria sido impossível eu me encontrar com Beth da maneira alegada; mas Mittleider, inacreditavelmente, respondeu que Deus lhe havia concedido percepções especiais para lidar com agressores sexuais e que, se ela me defendesse, isso seria, aos olhos dele, mais uma prova de minha culpa! Que lógica manipuladora! Que raciocínio satânico! Durante minha única visita ao Tennessee desde nosso retorno aos Estados Unidos depois do serviço missionário, Charlotte estivera comigo quando visitamos vários amigos, entre eles Beth e sua família. Não houvera absolutamente nenhuma oportunidade para eu me encontrar a sós com Beth — e Charlotte lhe disse isso. Mas os dois homens não quiseram ouvir nada e me perseguiram implacavelmente pelos corredores, exigindo que eu renunciasse. Expliquei que, se Folkenberg quisesse minha renúncia, bastaria pedir — e eu a teria apresentado sem hesitação. Mas agora que estava sendo acusado de um mal que não cometera, renunciar pareceria uma admissão de culpa — e isso eu não faria.

Numa reunião posterior, disse-lhes que o tratamento que me dispensavam estava se tornando muito hostil e que talvez eu devesse contratar meu próprio advogado. Carson concordou que eu deveria fazê-lo, mas nunca

antes estivera envolvido num litígio e descobri que encontrar o advogado certo não era tarefa fácil.

Quando finalmente contratei um advogado, ele comunicou aos homens da Associação Geral que, dali em diante, toda comunicação entre a organização e eu seria conduzida por intermédio de seu escritório. Isso enfureceu ainda mais meus acusadores. Carson enviou uma carta registrada informando que estava planejada uma audiência, mas que meu advogado, Richard Swick, cristão comprometido com escritório em Washington, D.C., não estava convidado. Eu poderia levar apenas uma pessoa à sala, para me dar apoio, ou alguém que testemunhasse em meu favor — uma coisa ou outra. Minha primeira reação foi recusar-me a conferir dignidade àquele evento com minha presença. Mas Swick me incentivou a comparecer, embora eu estivesse convencido de que aquilo não passava de um linchamento — e, olhando retrospectivamente, foi exatamente isso.

Todos os arranjos possíveis haviam sido feitos para me fazer parecer o mais culpado possível. Naquela reunião e ao longo das semanas seguintes, o cenário foi montado e, depois de pelo menos sete horas de discussão, minha demissão passou por uma margem apertada, com menos de 70% dos votos (exigia-se uma votação de dois terços).

Veio então uma carta seca e ameaçadora de Ruth Parish, diretora do Escritório de Recursos Humanos da Associação Geral, informando que um "acordo" de aproximadamente 12 mil dólares me aguardava, caso eu assinasse um documento prometendo não apresentar acusações nem mover ações judiciais contra aqueles que me haviam afastado do cargo. Ignorei a carta, mas fiquei espantado ao perceber que nenhum funcionário da Associação Geral agora falava comigo ou me oferecia ajuda.

O ostracismo era absoluto!

Comecei a tentar superar a experiência e, embora tivesse um advogado, nem uma única vez me ocorreu propor qualquer tipo de ação judicial. Eu não desejava processar minha Igreja, a menina dos meus olhos. Certamente alguém estenderia a mão para uma reconciliação.

Por isso, solicitei a arbitragem de uma comissão neutra de reclamações, prevista nas normas denominacionais, e enviei o pedido a Matthew Bediako, vice-presidente da Associação Geral que havia presidido a votação final de minha demissão. Recebi rapidamente uma carta de recusa, claramente não escrita por Bediako, natural de Gana, na África Ocidental, que possui um estilo de redação muito característico. Telefonei-lhe e pedi que confirmasse se havia de fato escrito a carta. Ele admitiu que havia assinado uma carta redigida para ele por Mittleider. Mas a mensagem continuava a mesma: não me seria concedida audiência perante uma comissão de reclamações. Evidentemente, meus detratores acreditavam que eu havia esgotado todas as possibilidades.

Mas renovei meu compromisso de seguir a orientação de Deus e fiz mais uma proposta de conciliação — desejava sinceramente evitar um conflito judicial prolongado, com a inevitável exposição pública. Por fim, cheguei até a oferecer que deixaria o assunto de lado, em vez de receber a indenização pela demissão, se a Associação Geral continuasse pagando meu salário por mais cinco meses, permitindo-me completar um total de 35 anos de serviço — o que me possibilitaria aposentar-me aos 62 anos. Esse pedido também foi sumariamente rejeitado.

Com meu único conselheiro jurídico, examinamos as opções legais e, no início de 1995, Swick enviou uma carta aos administradores da Associação Geral, expondo os fundamentos jurídicos da ação que estávamos preparados para apresentar. Manifestou minha preocupação com o alto custo de defender a Igreja nos tribunais e com a publicidade negativa que

poderia surgir. Propôs o que considerávamos um acordo justo e razoável — um acordo que, segundo nossa estimativa, custaria à Igreja menos de um décimo do valor de uma batalha judicial.

Mas, em vez de chegar a um acordo, a Associação Geral imediatamente contratou três grandes escritórios de advocacia da região de Washington, inclusive o prestigioso Williams and Connally, para esmagar minhas iniciativas. Esses advogados incentivaram Swick a apresentar nossa ação "frívola"; assim, em 4 de fevereiro de 1995, seguimos seu conselho e protocolamos uma ação simples no Tribunal Distrital do Condado de Montgomery, em Maryland, condado onde se situa a sede da Associação Geral.

Sabíamos que os obstáculos jurídicos para mover uma ação contra uma organização religiosa eram enormes e que a Associação Geral provavelmente adotaria uma estratégia para obter a rejeição do processo com fundamento na Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos (que não permite o envolvimento indevido entre os assuntos da Igreja e os do Estado). Por isso, apresentamos uma ação trabalhista simples, pedindo reparação por três motivos principais: (1) demissão injusta; (2) quebra de contrato; e (3) difamação. Pedimos apenas uma compensação financeira — achávamos que seria suicídio jurídico solicitar a restituição de meu emprego e de minhas credenciais denominacionais.

Começou então o longo jogo de espera dentro do complicado sistema judiciário de nosso país. Finalmente, a Associação Geral respondeu à ação que havíamos movido contra Robert Folkenberg, Alfred McClure, K. G. Mittleider, Walter Carson e, naturalmente, Elizabeth "Beth" Heisler Olson Adels, que assinara a declaração juramentada com as acusações contra mim. A Associação Geral tomara cuidado para não nos fornecer qualquer informação sobre como haviam convencido Beth a testemunhar daquela

maneira, quanto dinheiro talvez lhe tivessem dado ou por que me demitiram pouco antes de eu completar 35 anos de serviço, privando-me, na prática, de benefícios previdenciários significativos.

Charlotte e eu temíamos que nossos modestos recursos pessoais fossem insuficientes para enfrentar Golias naquela batalha judicial, mas conseguimos manter o caso nos tribunais por sete anos — período durante o qual a Associação Geral, em consequência do curso de ação que ela própria escolheu, conseguiu gastar o que estimamos ter sido mais de 6 milhões de dólares para defender-se.

Alguns membros conservadores da Igreja me criticaram por apresentar essa ação, uma vez que a Bíblia fala contra "processar um irmão". Duvido seriamente que minha ação contra a pessoa jurídica da Igreja possa, em qualquer sentido, ser interpretada como uma ação judicial contra um "irmão"; ainda assim, lamento as decisões tomadas nos escalões superiores da Igreja de gastar tanto dinheiro do dízimo nos tribunais. Nesse caso, a denominação me impressionou mais por seu dinheiro do que por sua inteligência.

Eu havia examinado as advertências bíblicas sobre processos judiciais, escritas principalmente pelo apóstolo Paulo. E, no capítulo 40 de *Atos dos Apóstolos*, de Ellen G. White, ela diz que Paulo sabia que não receberia justiça do Sinédrio judaico e, por isso, apelou a César, pois também havia sido falsamente acusado por aqueles que desejavam encerrar sua carreira.

Percebi claramente que nosso recurso aos tribunais seculares era diretamente paralelo à situação de Paulo. Como ele, eu tivera negada uma audiência justa e imparcial por minha Igreja. Considerei também que, durante anos, a Associação Geral havia movido ações judiciais infundadas contra indivíduos e instituições, sem jamais se sentir minimamente constrangida pelo conselho bíblico. Como, então, poderiam me censurar

por buscar reparação na Justiça? Mesmo enquanto minha ação tramitava nos tribunais, a Associação Geral processou um membro da Igreja por utilizar o nome “Adventista do Sétimo Dia” para designar sua congregação guardadora do sábado na Flórida; e ações desse tipo, relativas à “marca registrada”, continuam até hoje. A Igreja claramente considera que processar outras pessoas é biblicamente permitido, desde que a causa seja justa e não haja outro recurso disponível.

Finalmente chegou o momento da produção de provas anterior ao julgamento. Os advogados contratados pela Associação Geral, muito bem remunerados, convenceram meu advogado de que eu deveria depor primeiro. Passei quatro dias submetido às provocações e ao assédio do grupo de advogados adversários — dois de cada um dos três escritórios, além de Carson e Mittleider, da Associação Geral. Aparentemente, esperavam me pressionar a confessar alguma irregularidade e, se isso não funcionasse, simplesmente me desestimular a continuar exigindo justiça. Usaram insultos pessoais e gestos na sala de audiências, mas seus esforços não conseguiram nos tirar do sério.

Então passaram a mirar minha família. Charlotte se saiu de maneira impressionante durante os dois dias de interrogatório que enfrentou. Depois, os advogados interrogaram meus filhos — a parte mais cruel da estratégia da Igreja. Seu objetivo inequívoco era tentar criar divisões dentro de nossa família e, até hoje, nossos filhos alimentam profunda desconfiança do que consideram um sistema religioso profundamente corrupto e de espírito maligno. Somente durante esses dez dias de depoimentos registrados, a Associação Geral gastou cerca de 400 mil dólares em despesas jurídicas. Agora, pensávamos, seria nossa vez de fazer algumas perguntas.

Mas, inacreditavelmente, a Associação Geral apresentou imediatamente uma petição solicitando a suspensão do procedimento e agora também se

recusava a nos fornecer qualquer prova documental. Fundamentou seu recurso na premissa de que nos conceder o direito a um julgamento por júri faria com que o tribunal secular se "envolvesse indevidamente" — expressão repetida inúmeras vezes — nos assuntos da Igreja. Naturalmente, era exatamente isso que queríamos que os tribunais fizessem, e isso teria poupado milhões de dólares à Igreja. Mas a Associação Geral parecia determinada a manter a questão inteiramente fora do tribunal, afirmando e reafirmando sua posição de que estava isenta de qualquer revisão secular daquilo que fosse feito num contexto eclesiástico. Na prática, argumentava que, mesmo que cometesse um assassinato no exercício de suas atividades religiosas, poderia permanecer imune à persecução judicial invocando seus direitos assegurados pela Primeira Emenda!

Os advogados da Igreja discutiriam e rediscutiriam esse ponto por seis anos consecutivos, e eu aprenderia, sem sombra de dúvida, que o dinheiro pode fazer diferença — e de fato faz — nas decisões judiciais. No fim das contas, durante todos aqueles anos, não obtivemos um único documento, nem uma única pessoa da Associação Geral se submeteu a um depoimento formal. Em determinado momento, a Associação Geral pareceu estar com medo, quando a Suprema Corte estadual de Maryland devolveu o caso ao tribunal inferior, em vez de concordar com seu pedido de rejeição sumária com fundamento na Primeira Emenda. Acima de tudo, a Associação Geral queria manter toda a questão em silêncio, longe dos olhos do público e do escrutínio de um julgamento.

Por isso, os advogados da Associação Geral mudaram de tática e informaram ao juiz do Tribunal Distrital, James Chapin, que, como auditor interno, eu exercia a função de um "alto dirigente eleito" da Igreja. Nesse momento, o intimidador séquito de advogados pareceu quebrar a determinação do frágil Chapin, e ele concordou em realizar um

“julgamento dentro do julgamento” para decidir se, no meu caso, as questões eclesiásticas prevaleciam sobre a legislação civil.

Meu advogado se opôs energicamente e disse ao juiz que o litígio era matéria de direito civil e deveria prosseguir para um julgamento por júri. Mas sua objeção foi rejeitada e, em setembro de 2001, reunimo-nos durante três dias nas dependências do tribunal de Rockville, Maryland.

Para essa audiência, a Associação Geral levou diversos funcionários da Igreja. Folkenberg esteve ostensivamente ausente, mas Neal Wilson foi apresentado como o antigo “papa” da Igreja, acompanhado de seus “cardeais”, representados pelo ex-secretário Ralph Thompson, pelo tesoureiro da Associação Geral Robert Rawson e pelo auditor que me substituíra, Eric Korff.

Durante essa audiência, a Associação Geral tentou demonstrar que o auditor não era realmente “independente”, mas um dirigente eleito da Igreja. Ficamos atônitos quando alegaram que era obrigatório que o auditor-chefe fosse ordenado como ministro do evangelho! Isso era absolutamente falso — eu havia sido o primeiro auditor-chefe da história da Igreja a receber ordenação, e Korff era apenas o segundo! Nós dois havíamos sido ordenados enquanto servíamos à Igreja em outras funções, antes de sermos empregados como auditores. Minha ordenação era inteiramente independente de minha eleição como auditor-chefe. De fato, meu antecessor, Ralph Davidson, serviu dignamente como auditor-chefe durante vários anos sem ter sido ordenado. E, no momento em que escrevo, o auditor-chefe atual (que substituiu Korff) não é ministro ordenado. A Igreja claramente estava disposta a arriscar uma condenação por falso testemunho para evitar ter de responder à minha ação nos tribunais.

Sob forte pressão dos seis advogados que representavam a Associação Geral, o juiz idoso decidiu, no fim de setembro de 2001, que a Associação

Geral e seus dirigentes estavam, de fato, imunes ao processo judicial, em virtude do privilégio da Primeira Emenda, e declarou que minha demissão era uma "questão eclesiástica". Ele morreu de causas naturais algumas semanas depois.

Nunca saberei nesta vida quais fatores influenciaram o juiz a chegar a uma conclusão jurídica que retirou meu direito ao julgamento por júri. Meu advogado havia me contado sobre uma reunião para a qual não fui convidado, realizada no gabinete particular do juiz Chapin. Ali, em enorme desvantagem numérica diante dos advogados dos réus, Swick implorou, em vão, que o caso seguisse para julgamento.

Imediatamente, a decisão foi anunciada aos quatro ventos, pelos meios oficiais de comunicação da Igreja, como uma "vitória". Pode ter sido uma vitória para a Igreja conseguir ocultar sua conduta indevida sob o argumento da Primeira Emenda, mas uma verdadeira "vitória" teria consistido em convencer um júri de que a Igreja havia agido com justiça ao me demitir. Minha família e nossos descendentes jamais poderão responder à pergunta: "Se, como se alegava, havia provas para me condenar por impropriedade sexual, por que a Igreja trabalhou com tanta diligência, e a um custo tão elevado, para evitar o julgamento?" O que realmente estava por trás dessas manobras?

Além disso, os membros da Igreja jamais receberão uma prestação de contas completa dos milhões de dólares, provenientes de dízimos e de outras fontes, gastos para que a Igreja não precisasse defender sua conduta num tribunal.

Capítulo 11 — A teologia do dízimo

Enquanto gastava milhões de dólares para impedir que meu caso chegasse a julgamento (um entre os muitos litígios que mantinha em andamento naquela época), a Igreja continuava fazendo seus insistentes apelos para que os membros se "sacrificassem" a fim de preparar o caminho para a segunda vinda do Senhor.

Enquanto fui empregado da Igreja, pratiquei e promovi obedientemente a devolução do dízimo, exatamente como prescrito pela denominação. Eu me referia aos dízimos não pagos como "roubar a Deus", nas palavras de Malaquias 3. Utilizava a observação de Jesus de que "devíeis, porém, fazer estas coisas [dizimar], sem omitir aquelas". As bênçãos realmente pareciam acompanhar aqueles que devolviam o dízimo, e meus pais sempre testemunharam a paz de espírito que isso lhes proporcionava. Ainda assim, a posição adotada pela Igreja — transformando a devolução do dízimo quase num décimo primeiro mandamento — parecia merecer uma segunda análise. Além disso, aplicar a palavra "casa do tesouro" aos escritórios das associações locais exige certo esforço exegético. Os adventistas formaram muitos ministérios independentes fora da estrutura denominacional, e esses ministérios participam da proclamação do evangelho. Dividem-se em dois grupos: os reconhecidos pela Associação Geral (como Amazing Facts e The Quiet Hour) e aqueles que não gozam das boas graças da denominação (como Hartland Institute, Hope International e Steps to Life).

Ambos os grupos evangelizam e ensinam as doutrinas fundamentais da Igreja, com uma diferença: as instituições aprovadas afirmam encaminhar todos os recursos de dízimos às associações locais, enquanto as que não contam com a aprovação denominacional utilizam abertamente os recursos de dízimos em seus próprios ministérios.

Ora, os dízimos enviados aos ministérios “aprovados” de modo algum são sempre utilizados conforme a destinação indicada pelo doador. Durante meus anos como diretor do Serviço de Auditoria, eu era convidado para as reuniões regulares dos tesoureiros da Igreja — presumivelmente como pessoa de referência em questões relacionadas às práticas contábeis. Certo dia, fui convocado à sala de reuniões no andar principal do novo complexo da Associação Geral para encontrar-me com o grupo da tesouraria. O tesoureiro Don Gilbert abriu a reunião com uma oração e então apresentou o dilema. Alguns dias antes, chegara um cheque administrativo de 5 mil dólares americanos, proveniente da província canadense de Alberta. Uma carta que o acompanhava informava que os doadores, que identificavam os recursos como “dízimo”, desejavam que o dinheiro fosse encaminhado para ajudar familiares que trabalhavam como missionários no Zaire. A “família missionária na África”, naquela ocasião, era a de Bob Lemon, que mais tarde se tornaria ele próprio tesoureiro da Associação Geral.

O tesoureiro associado da Associação Geral, encarregado de receber e acusar o recebimento dessas doações, havia conscienciosamente devolvido o cheque com uma carta cortês, informando aos possíveis doadores que as normas da Igreja proibiam aceitar recursos de dízimos para utilização fora da associação. Aconselhou o dizimista a encaminhar o dinheiro corretamente por intermédio da Associação de Alberta.

Então veio a parte frustrante: o cheque foi enviado novamente como doação, acompanhado de uma carta que dizia: “Vocês não entenderam. Este é o nosso dízimo e queremos que ele ajude nossa família missionária, os Lemon, no Zaire. Vocês nos pedem que paguemos isso à Associação de Alberta. Apenas para sua informação, nós não somos adventistas do sétimo dia nem membros de sua igreja; somos batistas.”

O que fazer? Discutimos o assunto com algo menos que plena perspicácia profissional, reconhecendo que devolver o dinheiro provavelmente significaria que ele acabaria sendo doado a algum fundo batista.

Finalmente, com certa eloquência, um dos tesoureiros disse: “Isso não deveria ser um problema para nós. Se o dinheiro vem de batistas, então, na realidade, nem é ‘dízimo’.” Decisão tomada! Os recursos foram recebidos e contabilizados pela Associação Geral e encaminhados para o trabalho missionário na África.

Depois de concluir a faculdade, trabalhei na tesouraria da Associação de Iowa, onde um de meus títulos era “auditor associado”. Uma de minhas primeiras tarefas foi manter atualizada uma planilha de acompanhamento dos relatórios dos tesoureiros das igrejas locais. A planilha relacionava todos os empregados da Igreja, pastores, professores ou colportores credenciados da associação e, ao lado de cada nome, eu registrava fielmente as contribuições de dízimo de cada pessoa. Com base em minha espionagem de alto nível, várias repreensões foram expedidas e, num dos casos, um funcionário foi transferido para fora da associação por estar em atraso na devolução do dízimo.

A teologia adventista, especialmente em assuntos financeiros, parece basear-se em três fontes: (1) a Bíblia, (2) os escritos de Ellen White e (3) as normas votadas pela Igreja. A maioria concordaria que os mandamentos das Escrituras têm precedência, com os conselhos inspirados de Ellen White servindo como complementos. Mas as normas da Igreja mudam ao sabor dos tempos, e sua autoridade não se equipara à da Bíblia nem à de Ellen White.

Mesmo assim, os administradores da Igreja parecem tratar as três fontes como igualmente obrigatórias. Durante minha batalha judicial contra a Associação Geral, os advogados disseram repetidamente ao tribunal que a

Associação Geral é “a mais alta autoridade de Deus na Terra” — apropriando-se, assim, para a Igreja, de uma das afirmações centrais do papado.

Supostamente, o dízimo deve ser utilizado apenas para remunerar aqueles que se dedicam ao ministério do evangelho e à evangelização, mas a Igreja também permite que seja usado para pagar serviços de limpeza dos vários escritórios das associações e para subsidiar os salários dos professores das escolas da Igreja. E milhões de dólares de dízimos, sem prestação de contas, são investidos em ações judiciais prolongadas e improdutivas.

O Novo Testamento oferece poucas orientações sobre o pagamento do dízimo, e as normas da Igreja passaram a ditar como os recursos de dízimos devem ser utilizados. No Novo Testamento, os seguidores de Jesus são incentivados a “dar tudo” para segui-Lo (Mateus 19:21) e a ter “tudo em comum” (Atos 2:44). Não há nas Escrituras menção a contribuições segregadas em categorias. Só posso concluir que a devolução do dízimo, na forma praticada pelo adventismo moderno, é principalmente um instrumento de arrecadação de recursos — acompanhado de uma disposição que faz os membros da Igreja sentirem obrigação moral de entregar 10% de seus rendimentos a esse fundo separado. Além disso, não encontramos em parte alguma das Escrituras uma definição específica da “casa do tesouro”. Ainda assim, as normas da Igreja estabelecem, como questão de fé, que a casa do tesouro é de fato o escritório da associação. Se Desmond Ford se meteu em problemas eclesiásticos por questionar a posição da Igreja sobre o Juízo Investigativo, é possível imaginar o furor que seria provocado se alguém subisse ao púlpito e contestasse a falta de autoridade bíblica da Igreja para sua posição sobre o dízimo.

Na verdade, alguns anos atrás, isso aconteceu em Portland, no Oregon, e o pastor então destacado que levantou a questão foi imediatamente demitido.

Mas, como auditor experiente, posso dizer sem qualquer ambiguidade que os abusos na utilização do dízimo são ainda mais graves do que os abusos em sua arrecadação. Mais inquietante que qualquer engano criado na promoção do conceito de dízimo é a habitual falta de transparência na prestação de contas adequada sobre como ele é efetivamente utilizado.

Como acontece de se aprovar o gasto de milhões de dólares de dízimos em litígios prolongados? Na realidade, essa aprovação vem de um círculo muito restrito de administradores. As comissões competentes, como a Comissão Diretiva da Associação Geral, nunca são consultadas, e não há qualquer decisão registrada de comissão autorizando desembolsos gigantescos com processos judiciais. Além disso, nada sobre essas enormes despesas com recursos de dízimos é publicado nos veículos de comunicação controlados pela denominação. Decisões dessa natureza são normalmente tomadas por apenas dois ou três dirigentes, em consulta com advogados empregados pela Associação Geral e muito bem remunerados. Depois, contratam escritórios de advocacia prestigiosos que, com carta branca, cobram quantias inimaginavelmente elevadas. Como esse tipo de comportamento pode ser justificado numa Igreja que proíbe seus próprios membros de levar uns aos outros aos tribunais?

Em vez de exigir prestação de contas, porém, muitos membros parecem preferir não saber nada sobre essas incoerências — e o setor de relações públicas da Igreja os atende de todas as maneiras possíveis. Experimentei esse tipo de "lavagem cerebral" quando criança, crescendo como adventista. Se a Igreja dizia que algo era verdade, eu deveria aceitá-lo! Diziam-nos que entregássemos nossas ofertas, independentemente de como o dinheiro fosse administrado. Vi isso novamente durante o desastre dos empréstimos a Davenport, quando membros suplicaram à *Adventist Review* que não publicasse artigos "negativos". Mais uma vez, quando as

impropriedades financeiras de Folkenberg vieram a público, a imprensa da Igreja apresentou uma versão segundo a qual “estava tudo bem”.

Mas voltemos às normas da Igreja sobre o dízimo — área em que, como auditor, tenho muita experiência. As normas proíbem especificamente o uso do dízimo para salários de professores e despesas de capital. Contudo, durante os últimos 25 anos, a implementação dos princípios da contabilidade por fundos revelou que a Igreja vinha contornando essas normas. Por exemplo, a maior parte dos recursos usados nas atividades missionárias cotidianas no exterior provém do dízimo, mas não fica restrita ao apoio direto ao ministério. Isso cria um dilema constrangedor, e ou as normas precisam ser alteradas, ou as transações contábeis devem ser modificadas. Normalmente, esses assuntos são ignorados pelo maior tempo possível. Mas, eventualmente, talvez sejam formadas comissões para estudar a situação e apresentar recomendações.

Devido, pelo menos em parte, à teologia do dízimo, os adventistas são reconhecidos como doadores generosos. Mas, diferentemente dos membros de outras denominações, a porcentagem dos recursos que as congregações adventistas enviam às associações e uniões é tão elevada (mais de 70%) que muitas vezes se torna difícil construir e manter os edifícios de suas igrejas locais, quanto mais promover iniciativas ministeriais de grande visibilidade na comunidade.

Mas sinais animadores agora me levam a acreditar que a aceitação cega dessas normas está diminuindo. Os membros idosos da Igreja raramente questionam a atual distribuição dos dízimos, mas os mais jovens e com maior escolaridade procuram maneiras construtivas de fazer suas contribuições renderem mais. Cada vez mais membros estão doando para apoiar projetos específicos, em vez de contribuir para fundos nos quais as

doações são utilizadas arbitrariamente para salários e outras despesas administrativas.

Capítulo 12 — O presente sem espírito da fofoca

Uma consequência chocante da maneira como a Igreja tratou Charlotte e a mim surgiu mais tarde na forma de canibalismo de reputações, praticado, de maneira notável, por membros de uma comunidade que afirma ser predominantemente vegetariana.

Depois de minha demissão, antigos colegas e amigos começaram a correr pelos corredores dos supermercados ou a se esconder em seus carros para evitar cruzar conosco. Na época, não fazíamos ideia do que de fato estavam dizendo a nosso respeito. Pelo que sabíamos, métodos de alta tecnologia poderiam estar espalhando a campanha difamatória até os confins da Terra; e, como acabou se revelando, a Associação Geral havia até participado da elaboração de matérias publicadas sobre nós em grandes jornais americanos, entre eles o *Washington Times* e o *Los Angeles Times*.

Agora, quando este livro vai para a impressão, catorze anos depois, conseguimos nos identificar com os leprosos das Escrituras, que corriam de um lado para outro gritando: “Impuro!”. Lembro-me muito bem de visitar igrejas adventistas em diferentes partes dos Estados Unidos, lugares onde, de outro modo, seríamos desconhecidos, e assinar o livro de visitantes com o sobrenome de solteira de minha mãe, Taylor. A essa altura, todos reconheciam o nome “David Dennis”; se eu tivesse usado meu nome verdadeiro, nós nos teríamos tornado um espetáculo para os curiosos.

Algumas pessoas se admiraram por não termos simplesmente abandonado nossa condição de membros adventistas. Mas por que deveríamos fazê-lo, se concordamos, em princípio, com suas crenças? O que realmente me espanta é que nenhuma das pessoas envolvidas na campanha para encerrar minha carreira tenha, até hoje, se apresentado para pedir meu

perdão, nem sequer se oferecido para apertar minha mão. Eu as perdoei, mas não houve reconciliação — nem uma única tentativa.

O regente do coro dos fofoqueiros era Ken Mittleider, que espalhava mentiras pelo mundo como folhas de outono. Segundo se conta, num discurso dirigido aos demais dirigentes durante uma reunião da Comissão Administrativa da Associação Geral (ADCOM), no começo de 1995, ele alegou que outras oito mulheres haviam surgido para me acusar de conduta sexual imprópria. Barbara Middag, sua confidente e colega de escritório, também repetia relatos de minha suposta "má conduta" — todos os quais, segundo ela, havia verificado pessoalmente.

Até alguns de meus velhos amigos sucumbiram à sedução da campanha contra Charlotte (que era insultada como "intrigante, ingênua, codependente") e contra mim. Larry Colburn e sua esposa, Carole, juntaram-se ao coro, embora antes os considerássemos alguns de nossos melhores amigos. Houve um tempo em que eu teria escolhido Larry, acima de qualquer outro, para dar referências sobre meu caráter, pois havíamos sido vizinhos missionários em Jacarta e colegas próximos por quase quarenta anos.

Somente a eternidade revelará a extensão das calúnias que espalharam. Larry serviu durante vários anos como assistente pessoal de Robert Folkenberg e pode ter se envolvido em alguns dos investimentos de Folkenberg — isso não me surpreenderia. Depois que Folkenberg deixou o cargo, escrevi a seu sucessor, Jan S. Paulsen, em outubro de 2001, convidando-o a dar um encerramento cristão aos ataques da Associação Geral contra mim. Colburn respondeu em 12 de novembro de 2001, pedindo-me, por sua vez, que "deixasse para trás esse capítulo difícil".

Fiquei satisfeito e aceitei de boa-fé o apelo de Colburn para que todos seguíssemos em frente. Mas qual não foi minha surpresa ao descobrir que

um membro da Igreja em Hemet, Califórnia, havia escrito a Paulsen em 27 de agosto de 2002, solicitando uma solução para meu caso. Sem demora, Colburn respondeu ao membro em 12 de setembro de 2002, afirmando que "a Igreja" possuía "provas suficientes" para me condenar! Essa mensagem foi então amplamente divulgada pela internet, desencadeando uma nova rodada de perguntas, acusações e especulações.

Sentindo-me traído, escrevi-lhe novamente em 8 de outubro de 2002, repreendendo-o por ter rompido a confiança estabelecida em sua carta anterior. Ele respondeu por carta em 16 de outubro, com um palavrório sucinto sobre a necessidade do perdão. No entanto, nem Colburn nem seus superiores jamais vieram até mim para pedir que os perdoasse por qualquer de seus comportamentos. Aparentemente, os dirigentes da Igreja, a partir de determinado nível, deixam de cometer erros — admitir essa possibilidade seria negar a infalibilidade institucional da Igreja! Com quanta fidelidade a Igreja passou a reproduzir aquela intransigência impassível e inflexível que tanto abomina no papado!

Cabe mencionar aqui o nome de Thomas E. Wetmore, advogado empregado pela Igreja e escolhido pelo principal assessor jurídico da Associação Geral, Robert Nixon, para ajudar a dirigir uma guerra de propaganda contra mim, depois dos acontecimentos. Eis uma amostra da escrita incendiária de Wetmore, numa mensagem eletrônica datada de 30 de novembro de 2001:

"Francamente, ninguém nesta casa [Associação Geral] quer ajudá-lo [o sr. Dennis] a manter viva sua diatribe respondendo-lhe de qualquer maneira [sic]. Certamente, do meu ponto de vista, como advogado da Igreja, nem eu nem ninguém ao alcance de meus conselhos entraremos em diálogo com [ele] [...] a respeito de qualquer de suas alegações, reivindicações [ou de sua] agenda [...]. Acabamos de concluir com sucesso uma longa batalha judicial contra ele por suas alegações espúrias de difamação e não temos

interesse em lhe dar uma nova oportunidade de lançar ataque semelhante contra a Igreja."

Depois, dando continuidade às observações feitas a meu amigo, Wetmore voltou ao assunto em 5 de dezembro, com estes pensamentos diplomáticos:

"[Convidar o sr. Dennis a] dialogar com qualquer pessoa da liderança da Igreja é muito parecido com [pedir] que Osama bin Laden se dirija à ONU sobre temas de paz mundial, reforma do governo dos Estados Unidos e objetivos e estratégias evangélicas globais para o cristianismo [...]. Qualquer coisa que [o sr. Dennis] tenha a dizer sobre QUALQUER assunto será vista com o mesmo grau de suspeita e ceticismo que Osama bin Laden [...]. Não estou exagerando nem um pouco [...]. Vocês realmente esperam que alguém, exceto a franja lunática, leve a sério as ideias [dele]?"

Aqueles que perguntam a Wetmore sobre os recursos da Associação Geral para conseguir a rejeição do processo com base no privilégio da Primeira Emenda recebem a informação de que a Associação Geral possui "provas esmagadoras" contra mim. No entanto, ele não explica por que a Associação Geral não está disposta a permitir que essas provas sejam examinadas num julgamento perante um júri.

Outra pessoa que resolveu me julgar e condenar no tribunal da opinião pública adventista foi John Lorentz, ex-pastor da igreja de Hendersonville, na Carolina do Norte. Numa manhã de sábado, no início da primavera de 1995, Lorentz se levantou diante de sua congregação e, mencionando publicamente meu nome, disse aos presentes que eu tinha "20 amantes ilícitas". O que me espanta ainda mais é a facilidade com que os membros da igreja aparentemente aceitaram declarações tão absurdas.

Havia algum tempo, o pastor Lorentz fazia viagens missionárias frequentes a Cuba, como antigo colaborador de Folkenberg na Divisão Interamericana, e os membros de sua igreja apreciavam seus esforços evangelísticos em

favor daquela ilha caribenha dissidente. Mas o que ninguém sabia na época é que, confirmando Romanos 2:1, o querido pastor tinha, ele próprio, uma amante em Cuba — e, quando isso se tornou conhecido, seus esforços internacionais de proselitismo chegaram a um fim abrupto!

O nome de Phillip Follett também merece ser mencionado aqui, pois seu ódio por mim transbordou em mais de uma ocasião. Ele havia me escrito uma carta alguns anos antes de minha saída nada cerimoniosa da Associação Geral, quando ainda era presidente da União Atlântica, e eu a examinei durante meu último recurso judicial. Nela, expressava seu desconforto com declarações que eu fizera em sua presença e das quais discordava — observações nas quais eu simplesmente defendia a necessidade de os dirigentes da Igreja serem francos e transparentes na apresentação de relatórios financeiros.

Em 1994, Follett havia se tornado vice-presidente da Associação Geral e aparentemente recebeu a incumbência de visitar cada departamento da Associação Geral para compartilhar informações sobre minha demissão e garantir que eu fosse publicamente difamado e que minha reputação ficasse irremediavelmente destruída entre meus colegas. Em nossa opinião, suas reuniões abertas com os diversos departamentos e serviços lançaram as sementes da fofoca que continua a proliferar até hoje.

Outro nome digno de menção é o de Eric Korff, escolhido para me suceder na direção do Serviço de Auditoria. Dizia-se que, havia algum tempo, Korff vinha preparando politicamente o terreno para assumir meu emprego, embora, sem dúvida, jamais me tivesse ocorrido que ele fizesse algo assim. Ele era simplesmente meu amigo e, afinal, fora eu quem o resgatara de uma situação turbulenta na África do Sul e defendera sua nomeação como um de meus colaboradores na Associação Geral. Infelizmente, concluí que seu talento para o oportunismo supera até mesmo suas habilidades contábeis.

Korff tinha proximidade com meu principal acusador, Mittleider, com quem trabalhara na África — e talvez isso tivesse alguma relação com sua nomeação para o posto que eu deixara vago. O fato de ele ser ministro ordenado também pode ter contribuído para sua eleição, pois reforçava o argumento falacioso de que somente ministros ordenados podem dirigir o Serviço de Auditoria. Nunca existiu tal disposição nas normas, mas parece bastante conveniente que Korff fosse o único, entre sessenta auditores empregados pela Igreja na América do Norte, que possuía ordenação naquele momento. E, para mexer um pouco mais nessa questão, isso significa que uma contadora pública certificada, competente e de caráter, seria inelegível para o cargo de auditora-chefe, já que a Igreja se recusa a reconhecer mulheres mediante a ordenação?

Korff também prestou um serviço aos irmãos ao organizar uma reunião de seus colaboradores e convidar Mittleider e Carson para passar dois dias inteiros atualizando a equipe sobre as coisas terríveis que eu supostamente havia feito — sendo esse, mais ou menos, o único objetivo da reunião. Em seguida, instruiu toda a equipe de auditoria a não se comunicar comigo de maneira alguma (e a maioria cumpriu cuidadosamente a ordem). Uma secretária do escritório, que gentilmente me enviava pequenos boletins com informações sobre as atividades de auditoria, recebeu instruções inequívocas para parar de me mandar qualquer coisa.

Roland A. Hegstad foi meu vizinho durante anos na Sondra Court, em Silver Spring, Maryland, e um defensor da liberdade religiosa pela Associação Geral. Parece irônico que alguém que promovia a “liberdade de consciência” tenha, aparentemente, passado a apoiar a ideia de que eu deveria ter negado o acesso a um julgamento justo por júri. Hegstad, de fato, atuou como conselheiro sobre como persuadir o juiz a tornar a Associação Geral imune à revisão judicial. Reconheço que Hegstad, pelo menos durante alguns instantes, deve ter ficado dividido entre sua lealdade

à Igreja e sua posição instintiva em defesa dos direitos do indivíduo. Talvez, quando mais jovem, ele tivesse defendido resolutamente meu direito de confrontar meus acusadores num julgamento justo e aberto. Como é triste que, no crepúsculo de sua carreira, tenha escolhido preferir a organização ao indivíduo.

O que mais me incomoda em sua atitude aconteceu quando meu filho, Sam, passou pela casa de Hegstad para visitar nosso amigo de longa data. Hegstad disse a Sam que ele também era filho de um adúltero e que, portanto, podia compreender a dor de Sam. Sam saiu imediatamente da casa de Hegstad, atônito e incrédulo ao perceber que seu "amigo" o havia traído ao acreditar nas mentiras sobre seu pai.

Hegstad estava realmente convencido de minha culpa e preocupado com meu filho, ou estava testando a possibilidade de abrir fissuras na solidariedade que a família Dennis manteve durante toda essa provação? Tudo o que sei é que Hegstad jamais discutiu o assunto comigo, embora eu o tenha convidado a conversar e esclarecer as coisas. Ele sempre recusou minhas iniciativas.

Deus me concedeu paz para perdoar todos esses homens e mulheres. Apenas gostaria que esse perdão pudesse algum dia conduzir à reconciliação — mas não estou prendendo a respiração à espera disso. Essa não parece ser uma coisa que nós, dirigentes da Igreja, saibamos fazer bem. Embora nos oponhamos ao ensino de que "uma vez salvo, salvo para sempre", parecemos determinados a seguir a doutrina oposta e ainda mais destrutiva: "uma vez marcado, marcado para sempre".

Ellen White fala eloquentemente sobre esse ponto num artigo de 14 de maio de 1895, publicado na *Review and Herald*:

"Quando se faz um esforço para averiguar a verdade a respeito daqueles que foram apresentados como estando em erro, seus acusadores

frequentemente não estão dispostos a conceder-lhes o benefício da dúvida quanto à confiabilidade dos relatos malignos. Parecem determinados a fazer com que suas acusações permaneçam exatamente como as apresentaram, e tratam os acusados como culpados sem lhes dar oportunidade de se explicar. Mas, quando os acusadores manifestam determinação tão feroz de transformar um irmão ou uma irmã em transgressor, e não conseguem ser levados a ver ou sentir que sua própria conduta esteve errada, é evidente que o poder transformador do inimigo esteve sobre eles e que ele os levou a refletir seus atributos."

Não odeio meus acusadores nem os fofoqueiros, pois acredito firmemente que "é evidente que o poder transformador do inimigo" estava sobre eles e que ele "os levou a refletir seus atributos".

Capítulo 13 — A liderança adventista e o sexo

Alguns anos atrás, um político de destaque em Washington foi visto tarde da noite, divertindo-se embriagado com sua amante no Tidal Basin. O episódio provocou grande agitação nos tabloides e nas colunas sociais da capital, mas o homem prosseguiu em sua carreira política. Sei, entretanto, que, se o mesmo legislador tivesse sido encontrado em posse irregular de 15 mil dólares de recursos públicos, sem a devida prestação de contas, teria sido obrigado a deixar o cargo.

Vários anos depois que o bom senador foi visto brincando nos espelhos-d'água, Charles Bradford, presidente da Divisão Norte-Americana, observou que, enquanto o governo muitas vezes faz vista grossa às impropriedades sexuais, age com rigor contra aqueles que abusam da confiança fiduciária depositada neles. A Igreja, comentou ele, faz o contrário. Se um ministro do evangelho é encontrado com uma namorada, em qualquer circunstância, será julgado severamente. Se, por outro lado, houver suspeita de que tenha desviado alguns milhares de dólares dos cofres da Igreja, talvez seja simplesmente transferido para outra congregação.

Mas as coisas mudaram desde a década de 1970. No mundo atual, embora um empregado da Igreja acusado de conduta sexual imprópria possa parecer receber punição rápida e certa, no longo prazo essa punição pode ser apenas nominal. Em meu caso, os irmãos da Associação Geral sabiam que a Comissão da Associação Geral não me demitiria diretamente (muitos compartilhavam a opinião de que pessoas visionárias precisam de supervisão, e assim por diante); portanto, era necessária uma acusação de má conduta para alcançar o objetivo.

Normalmente, no mundo atual, a Igreja concede todo o benefício da dúvida a empregados denominacionais populares que são acusados de má conduta sexual. Eu sabia disso e, durante a fase de produção de provas de meu processo judicial, meu advogado documentou casos inacreditáveis nos quais ministros adventistas acusados de faltas morais receberam ajuda para se defender de seus acusadores. Nos parágrafos seguintes, desejo ilustrar historicamente o contraste gritante entre o que a Igreja normalmente faz e aquilo que aconteceu em meu caso.

O apóstolo Paulo, escrevendo em Romanos 2:1, afirma que qualquer pessoa que julga outra é "culpada das mesmas coisas". As acusações apresentadas contra mim foram mais do que manobras rotineiras para remover de uma posição poderosa um empregado indesejado. O que a Igreja fez foi fundamentalmente perverso e macula a todos nós.

Ao observar, com tristeza, o frenesi da fofoca, parecia-me que esses homens possuíam um estoque extraordinariamente maduro e disponível de acusações criativas. Havia aprendido muito tempo antes, nas finanças da Igreja, que normalmente aqueles que mais se apressam a acusar outros de irregularidades financeiras são, eles próprios, ladrões. Menciono isso porque levei muitos meses para aceitar a possibilidade de que meus próprios acusadores talvez tivessem experiência direta precisamente nos tipos de comportamento dos quais eu era acusado. Oro, pela graça de Deus, para estar errado.

O que sei é que, enquanto meu caso ainda estava em litígio, a Associação Geral nomeou James Gilley, um homem com um passado conjugal seriamente comprometido, para um cargo de direção na Igreja da América do Norte. Entretanto, para impressionar o juiz, os advogados que atuavam contra mim declararam que, na Igreja Adventista, uma vez constatado que uma pessoa cometeu adultério, ela não pode mais ocupar cargos

eclesiásticos nem conservar credenciais. Mesmo assim, Gilley continuou ocupando um alto cargo na Igreja e pastoreando uma igreja da região até se aposentar, conservando suas credenciais ministeriais. Agora ele é presidente da Three Angels Broadcasting Network.

Os erros de muitos empregados da Igreja são conhecidos apenas por Deus. Alguns, naturalmente, nós conhecemos, e é por isso que a Associação Geral trabalhou de maneira tão extraordinariamente intensa para impedir que meu caso chegasse à fase de produção de provas e ao julgamento. Não havia absolutamente nenhuma maneira de a Igreja defender com sucesso sua decisão de me expulsar do emprego denominacional enquanto continuava concedendo ampla tolerância moral a empregados populares junto à administração e/ou fortemente apoiados por grupos importantes de membros da Igreja.

Nos documentos judiciais, encontramos a história espantosa de Mitch Henson, pastor titular da igreja adventista de Beltsville, Maryland. Durante anos, ele manteve um relacionamento com a obreira bíblica da igreja, Patty Wilkinson. Mais tarde, ela se casou com um homem chamado Bunker — que, naturalmente, desaprovava a continuidade do relacionamento entre sua nova esposa e o pastor. Por isso, ele entrou com uma ação judicial, mas a Igreja defendeu Henson, alegando que o relacionamento com a sra. Bunker consistira apenas em sexo oral, fato que ela não contestou. Como é reconfortante descobrir que um pastor tem liberdade para praticar sexo oral com membros casadas de sua congregação sem violar o sétimo mandamento!

Apesar disso, Henson foi então levado para o outro lado do país, a fim de pastorear na Califórnia.

Alguns casos de grande repercussão foram abafados com tamanha eficiência que não conseguimos descobrir o que realmente havia

acontecido. Mas esses casos demonstram que os dirigentes da Igreja normalmente procuram encobrir escândalos sexuais. O pastor titular da grande igreja da Southwestern Adventist University foi acusado de adultério, mas, como isso não pôde ser comprovado de maneira absoluta, o assunto foi abandonado e o pastor transferido para a Califórnia.

Um antigo pastor da igreja do Pacific Union College foi acusado de adultério por muitas mulheres. A Igreja forneceu recursos financeiros para ajudá-lo a provar sua inocência, mas parece que seus esforços subsidiados para obter a absolvição fracassaram e, por fim, ele renunciou.

Um editor de um dos principais periódicos da denominação cursava pós-graduação na Universidade de Loma Linda quando foi surpreendido em flagrante adultério por agentes locais da lei. Hoje ele continua como presidente de uma das faculdades adventistas da América do Norte.

Talvez o caso mais flagrante de encobrimento na história recente seja o de Henry Wright. Hank (como muitos o chamam) era secretário de união durante a presidência de Ronald Wisbey na União Colúmbia. Hank é um orador talentoso e desempenhava bem seu trabalho. Portanto, não foi surpresa para ninguém quando a Associação Geral procurou preencher a função de secretário ministerial, vaga após a aposentadoria de Floyd Bresee, e Hank foi escolhido para o cargo.

Mas, algumas horas depois, explodiu uma bomba: a namorada de Wright, com quem mantinha um relacionamento havia muitos anos, telefonou para dizer que, se ele aceitasse a nova posição, ela denunciaria publicamente o caso. Segundo registros que obtivemos de um parente próximo, a namorada havia engravidado de um filho de Hank.

Reconhecemos que todos pecaram e carecem da glória de Deus, mas a parte inacreditável da história de Henry Wright é que Wisbey o aconselhou sobre como encenar seu arrependimento e conduzir-se de maneira a evitar a

demissão do trabalho denominacional. Embora Wright admitisse que o relato da mulher era verdadeiro, não foi obrigado a abrir mão de suas credenciais, nem sofreu interrupção em seu histórico de serviço. Há anos ele permanece como ministro altamente respeitado na Associação Potomac e como conferencista convidado muito procurado. Atuou no corpo docente do Columbia Union College e durante anos foi considerado um modelo para jovens aspirantes ao ministério.

Esses casos, envolvendo homens populares entre os administradores, contrastam sombriamente com o tratamento dispensado a mim, um denunciante detestado — e, nos Estados Unidos, é absolutamente ilegal discriminar empregados simplesmente porque eles vão além de suas obrigações ao expor erros institucionais. Na verdade, é para isso que todos os bons auditores são pagos; somos como canários nos poços de mineração, tentando detectar contas fatais antes que elas se espalhem e afetem a todos. Sempre levei essa responsabilidade a sério.

Claramente, decidiu-se utilizar contra mim a acusação de Beth: primeiro, para tentar induzir-me a renunciar sob pressão e, se isso falhasse, para defender minha demissão perante a Comissão da Associação Geral. Em qualquer das hipóteses, estariam se livrando de um empregado que parecia excessivamente disposto a cumprir seu trabalho de vigilância. A década de 1980 havia assistido ao desperdício de milhões de dólares da Igreja em consequência de decisões incompetentes de dirigentes, e eu havia decidido que os anos 1990 seriam diferentes! E certamente foram — com a primeira renúncia de um presidente da Associação Geral em exercício por causa de irregularidades financeiras e a primeira demissão sumária de um auditor-chefe da Igreja.

Uma das principais razões pelas quais os irmãos estavam tão ansiosos para me demitir aparece nas alegações finais apresentadas ao falecido juiz

Chapin, quando Neal Wilson explicou que o problema fundamental era minha “falta de habilidade para lidar com pessoas”. Muitas vezes, essa é a linguagem dos irmãos para se referir a homens e mulheres dispostos e capazes de se manifestar sobre questões simples de certo e errado. Muitos membros pensantes da Igreja desejam ver mais dessa qualidade na liderança, e suas ideias encontram eco frequente nos escritos de Ellen White, quando ela afirma que a maior necessidade do mundo é de homens que não se deixem comprar nem vender no leilão da conveniência.

Quando o documento de Beth, redigido com a ajuda de Carson, foi colocado diante de mim naquela manhã de outubro de 1994, percebi imediatamente a mão de Folkenberg. Conhecendo sua reputação de vingativo, senti que a melhor maneira de agir seria enfrentar a questão diretamente e cumprir o padrão cristão de “ir a seu irmão”.

Assim, antes que comissões e painéis pudessem ser mobilizados para “catapultar a propaganda”, como um presidente americano recente admitiu certa vez fazer, telefonei para o escritório de Folkenberg e pedi à secretária, Annette Stephens, uma audiência com o chefe. Pelo tom de sua voz, entretanto, percebi que Folkenberg não favorecia tal encontro e, como era previsível, ela ligou de volta para dizer que eu deveria levar minhas preocupações a Mittleider.

Hoje me intriga que, nos anos seguintes à minha demissão, Folkenberg tenha sido citado como alguém que torcia as mãos, angustiado, quando interrogado sobre meu caso, e perguntava hipocritamente: “Que mais eu poderia ter feito?”. Responderei a essa pergunta. Para começar, ele poderia ter aceitado minha iniciativa de conversar sobre o assunto, de homem para homem, como cristãos.

Swick era mais do que um advogado qualquer — como cristão, acreditava que, já que a Associação Geral professava valores cristãos, encontraríamos

homens bons e decentes, desejosos de chegar a um acordo justo, no espírito de Cristo. Ele ainda não havia percebido a profundidade das correntes subterrâneas que corriam contra mim.

Não surpreende, portanto, que os esforços sinceros de Swick para resolver o caso tenham sido recebidos com montanhas de documentação cara e obstrutiva. Cada juiz envolvido em nossa ação incentivou seriamente as duas partes a chegar a um acordo, mas os advogados da Igreja sempre exigiram que eu admitisse minha culpa por escrito como condição prévia. Por motivos políticos, a Igreja estava determinada a me obrigar a admitir a culpa — ou enfrentar a ruína financeira. Como missionário de longa data, eu possuía comparativamente poucos bens, e eles sabiam disso. Devem ter acreditado que o tempo estava do lado deles — que, por fim, eu capitularia e admitiria, ao menos em parte, que as lembranças de Beth correspondiam aos fatos.

Mas dizer que as acusações dela eram verdadeiras seria acrescentar uma mentira a outra. Beth talvez acreditasse estar dizendo a verdade, mas Charlotte e eu sabíamos que não era assim. A verdade é a verdade e não pode ser negociada.

Talvez a maior prova de que os réus não agiam de boa-fé tenha sido suas manobras jurídicas para evitar prestar depoimentos e fornecer documentos durante a fase de produção de provas. Swick e os membros de minha família responderam a extensos interrogatórios, sob juramento, durante dias seguidos — e, em qualquer momento, se a Igreja possuísse provas sólidas que contradissessem o que dizíamos, poderíamos ter sido processados por perjúrio. Mas estávamos seguros de nosso testemunho, seguros dos fatos.

Entretanto, imediatamente depois de extrair de nós esses depoimentos, os advogados de defesa da Associação Geral apresentaram uma medida

interlocutória no processo e recorreram à Suprema Corte de Maryland, solicitando a extinção da ação com base na cláusula de "envolvimento" da Primeira Emenda. O erro de avaliação de meu advogado, ao permitir que nossa família prestasse depoimentos sem obter qualquer informação dos réus da Associação Geral, provocou anos de atraso e terminou com a imunização jurídica dos dirigentes da Igreja.

No tribunal, teria sido muito simples demonstrar quão injusta fora a Associação Geral ao se apressar em me condenar com base em acusações muito menos confiáveis do que aquelas dirigidas a muitas outras pessoas que ainda conservavam credenciais eclesiásticas. Havíamos feito nossa pesquisa, e o caso teria sido decidido esmagadoramente a nosso favor. A Associação Geral sabia disso.

Numa audiência final realizada em setembro de 2001 diante do juiz (disponível nos registros públicos do Tribunal Distrital do Condado de Montgomery, Maryland, sob o processo nº 132721, datado de 22 de fevereiro de 1995), os antigos dirigentes da Associação Geral Neal Wilson e Ralph Thompson alegaram que a Igreja deveria ser excluída do processo porque a estrutura da Igreja Adventista era muito semelhante à da Igreja Católica Romana!

De fato, uma de suas muitas advogadas, Deborah Whelihan, apontou entusiasmadamente para Wilson e disse que ele era "exatamente como o papa e seus cardeais". No fim de 2001, Swick telefonou para me informar que o juiz Chapin havia decidido que não poderíamos mais manter uma ação contra os dirigentes da Igreja. Restava apenas uma ré, Beth, que àquela altura havia adotado abertamente um estilo de vida homossexual e, segundo se dizia, estava à beira da falência pessoal, depois de perder a casa que recebera num acordo de seu segundo divórcio. Não fazia sentido continuar com o processo. A Associação Geral, enquanto isso, exultava com

o sucesso em manter o caso fora do tribunal. Era uma posição vingativa, mas dificilmente uma vindicação.

Capítulo 14 — A queda de Folkenberg

Na 55ª Assembleia da Associação Geral, em 1990, o presidente recém-eleito, Robert Stanley Folkenberg, demonstrou pela primeira vez sua hostilidade em relação a mim. Apenas quinze meses antes, eu havia dirigido e divulgado minha carta aberta a Neal Wilson, e a Comissão de Nomeações, presidida por Folkenberg antes de sua eleição, decidira não conceder a Wilson um terceiro mandato completo.

A Comissão de Nomeações escolheu inicialmente George Brown para substituí-lo. Brown presidia desde 1980 a Divisão Interamericana, que crescia rapidamente, e foi eleito na primeira votação pelos 226 membros da Comissão de Nomeações. Mas Brown, então com 66 anos, recusou a proposta quase imediatamente. Os olhares começaram então a voltar-se para o próprio presidente da Comissão de Nomeações, Robert Folkenberg, de 49 anos, antigo colega de Brown na Interamérica.

Uma onda de apoio conduziu ao cargo Folkenberg, até então relativamente desconhecido, e a votação pelo plenário dos delegados ocorreu poucos minutos antes do encerramento da sessão, na noite de sexta-feira, antes do sábado.

Depois da eleição, Folkenberg e sua esposa, Anita, pareceram estranhamente frios com Charlotte e comigo quando nos aproximamos para cumprimentá-los.

Anita era filha de nossos amigos Ken e Dottie Emmerson. Ken Emmerson havia servido com distinção como tesoureiro da Associação Geral por mais de doze anos, e Dottie havia sido minha secretária. Eu conhecia os pais de Folkenberg, Stan e Barbara, desde a época em que ele servira como tesoureiro da Divisão Centro-Europeia, em Berna, na Suíça, na década de 1960. Por isso, Charlotte e eu nos sentíamos ligados aos Folkenberg.

Agora, em razão do cargo, Folkenberg se tornara o elo direto entre o Serviço de Auditoria e a Comissão da Associação Geral. Portanto, eu tinha todos os motivos para desejar estabelecer uma excelente relação com o novo executivo.

Mas Charlotte e eu sentimos o desprezo de Folkenberg naquela primeira noite. Normalmente, ele sorria com facilidade; conosco, porém, não demonstrou cordialidade quando o felicitamos. Creio que Folkenberg via em mim um auditor perigoso, que levava as coisas longe demais, intrometendo-se em áreas nas quais um integrante leal da equipe não deveria ousar entrar. Durante seus anos na Divisão Interamericana, como presidente de união na Guatemala e secretário de campo da divisão em Miami, ele ostentara sua independência e aparentemente se ressentira das poucas observações feitas pelos auditores a respeito de sua captação direta de recursos na América do Norte e de seu uso pessoal de um avião Piper Aztec recebido como doação.

Olhando retrospectivamente, as irregularidades de suas transações financeiras, caso fossem conhecidas naquela época, teriam chocado não apenas os auditores, mas também os administradores da Igreja — alguns dos quais já se haviam acostumado a viver no limite do aceitável. Fico admirado de que, aparentemente, ninguém que conhecesse essas transações financeiras tenha ficado suficientemente incomodado para se manifestar antes da eleição de Folkenberg.

Muitos dos que haviam trabalhado com ele na América Central tinham dúvidas. Mas, segundo a mentalidade predominante no Movimento Adventista, quem eram eles para questionar a credibilidade do ungido de Deus?

Sabendo agora o que o perspicaz Folkenberg devia saber, em 1990, sobre sua vulnerabilidade à chantagem, pergunto-me por que aceitou a

presidência. Apenas quatro meses antes, em 20 de março de 1990, ele havia entregue 53 mil dólares a um Tribunal Superior da Califórnia para atenuar a pena de prisão de seu amigo de longa data e parceiro de negócios, James E. Moore. Moore havia sido condenado por oito acusações de furto qualificado de grande valor e encarcerado em dezembro de 1989. Será que a prisão de Moore estava distante dos pensamentos de Folkenberg quando ele aceitou a indicação à presidência? Pensava em seu amigo Moore quando escreveu estas palavras em seu discurso de aceitação?: “Creio fervorosamente que não existe desafio tão profundo, nem dificuldade aparentemente tão insolúvel, para a qual o Senhor não possa oferecer uma resposta.”

Aparentemente, ele acreditava que o presidente da Igreja mundial não poderia — e não seria — chamado a prestar contas por seus erros financeiros.

Entre as muitas virtudes atribuídas a Folkenberg estava sua visão criativa. Ramón Maury, tesoureiro da Divisão Interamericana desde 1980, chamou-me de lado durante a discussão da indicação de Folkenberg à presidência e me advertiu, com conhecimento de causa: “Homens de visão precisam de supervisão.”

Outros comentavam que Folkenberg possuía instintos empresariais fabulosos, embora eu nunca tenha percebido pessoalmente essa característica nele. Sim, era um vendedor e inovador nato, capaz de arrecadar somas extraordinárias de dinheiro. Mas sua capacidade empresarial deixava muito a desejar, especialmente em questões éticas.

Creio que Folkenberg decidiu destruir minha carreira como represália por eu ter denunciado a remuneração de sua esposa por intermédio do Fundo de Auxílio a Estudantes Necessitados da União Colúmbia e por outras advertências minhas que haviam afetado alguns de seus empreendimentos.

Aparentemente, acreditava possuir a habilidade e o capital necessários para satisfazer a crescente inquietação de seu amigo Moore. Em minha petição de 22 de fevereiro de 1995, apresentada ao Tribunal Distrital do Condado de Montgomery, abordei muitos dos excessos financeiros de Folkenberg. Se a Igreja tivesse levado a sério minhas advertências naquela época, Folkenberg não teria sido reeleito em 1995, e muito sofrimento poderia ter sido evitado. Em vez disso, porém, a Associação Geral classificou oficialmente minhas alegações como “frívolas”.

Assim, quase mais quatro anos de encobrimento se arrastaram antes que chegasse a hora do julgamento de Folkenberg. A “escrita na parede” apareceu na forma de uma ação judicial que acusava Folkenberg e outros réus de fraude, apresentada ao Tribunal Superior do Condado de Sacramento em 21 de agosto de 1998.

Ninguém sabe quanto Folkenberg conhecia antecipadamente, mas, assim como os babilônios surpreendidos quando os medos penetraram por baixo de suas muralhas, Folkenberg fora pesado na balança e achado em falta. Entre os citados na ação, juntamente com Folkenberg, estavam Benjamin Kochenower, contador público certificado da Carolina do Norte, que durante anos preparara as declarações de imposto de renda de Folkenberg e atuara como seu confidente pessoal; Terry Carson e seu irmão, o advogado Walter Carson, que havia atuado como advogado particular dos empreendimentos comerciais de Folkenberg enquanto, durante todo esse tempo, estava empregado no Departamento Jurídico da Associação Geral. Terry Carson ajudou seu irmão e Folkenberg a acumular rendimentos provenientes de atividades paralelas. Outro réu citado foi Duane McBride, integrante do quadro da Universidade Andrews, em Michigan, pesquisador e especialista em pesquisas de opinião na tentativa de Folkenberg de reformular a governança da Associação Geral. Robert Dolan, promotor e

sócio de Folkenberg no empreendimento imobiliário conhecido como Kanaka Valley Associates, também foi mencionado.

Por último, mas não menos importante, a própria Divisão Interamericana foi incluída na ação — aquele campo missionário em que Folkenberg trabalhava quando ele e Moore começaram sua dança a dois.

A ação judicial apresentada por Moore não pareceu surpreender Folkenberg, que aparentemente acreditava poder resolvê-la discretamente. Afinal, Folkenberg vinha fazendo tudo o que estava ao seu alcance para ajudar Moore em seus planos empresariais e na captação de recursos. Chegara até mesmo a utilizar a influência de seu cargo para escrever uma carta de apresentação de Moore ao arcebispo Desmond Tutu, na África do Sul.

Mais perto de casa, Folkenberg havia pressionado os escritórios da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) para que se associassem a Moore num empreendimento de telecomunicações. Assim, a ação judicial pareceu uma punhalada nas costas de Folkenberg, enquanto Moore procurava conquistar as boas graças da Igreja Católica Romana.

Empregando o habitual jargão jurídico, os advogados contratados pela Igreja responderam que a ação era “frívola e sem fundamento”. Mas o caso estava cercado de graves conflitos de interesses, entre os quais não era o menor o envolvimento pessoal de Carson no próprio empreendimento comercial. Vale repetir aqui que Folkenberg escolhera Walter Carson como um dos dois principais agentes encarregados de me expulsar da Associação Geral. Agora, para proteger Carson de maior exposição pública no caso Moore, seu superior, Robert Nixon, trabalhou com Folkenberg e, por intermédio dos administradores da Associação Geral, para obter várias centenas de milhares de dólares da apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores, contratada junto à Chubb Insurance e

mantida pela Adventist Risk Management. A intenção era oferecer esse dinheiro a Moore como parte de um acordo, mantendo o assunto fora dos tribunais. A Associação Geral, porém, determinou que Folkenberg deveria arcar com 20% dos custos de defesa, decisão que ele denunciou amargamente como injusta.

Não está claro exatamente como a notícia da ação de Moore chegou aos colegas de Folkenberg na administração, o secretário Ralph Thompson e o tesoureiro Robert Rawson, no início de 1999. Como a ação fora proposta no Condado de Sacramento, Nixon preferiu utilizar os serviços jurídicos de Philip Hiroshima, advogado de Sacramento e membro da Igreja Adventista, para responder à demanda em nome da Associação Geral. Para surpresa de muitos, Hiroshima encontrou sérias preocupações morais e éticas no comportamento de Folkenberg, conforme retratado nos documentos fornecidos pela denominação.

Depois de examinar as questões com seis vice-presidentes da Associação Geral e quatro outros administradores, considerou-se necessária uma investigação mais ampla. Surpreendentemente, permitiu-se que Folkenberg ajudasse a escolher os integrantes da comissão especial de dezenove membros — não admira, portanto, que o grupo acabasse composto de seus amigos na Comissão Executiva da Associação Geral. A comissão foi presidida por Niels-Erik Andreasen, então presidente da Universidade Andrews, e reuniu-se pela primeira vez no Hotel Marriott, no Aeroporto Dulles, em Washington. Eu recebera a informação de que a primeira reunião seria realizada em 25 de janeiro.

A ideia de que o presidente de minha Associação Geral seria submetido a julgamento me afetou profundamente, pois recordei com dor o tribunal de fachada que me julgara pouco mais de quatro anos antes. Agora, Folkenberg se aproximava da idade que eu tinha quando fui demitido, e

pareceu-me apropriado que eu ao menos comparecesse à reunião no norte da Virgínia. Afinal, Folkenberg estivera presente quando chegou minha vez!

Achei realmente curioso que, enquanto a mim não fora permitido discutir a composição do grupo que me julgaria, Folkenberg tivesse voz plena na escolha de sua comissão. Enquanto fui proibido de ter meu advogado presente no momento de minha condenação, Folkenberg estava acompanhado por dois advogados. Na minha audiência, Mittleider levara sua amiga de longa data Barbara Middag para registrar os procedimentos. No tribunal de Folkenberg, não se fez registro algum — nem gravação de áudio, nem transcrição taquigráfica. Além disso, enquanto o *Washington Post* e o *Los Angeles Times* haviam sido informados de minha situação por empregados da Associação Geral, nenhuma comunicação semelhante foi enviada sobre as acusações contra Folkenberg. Por isso, telefonei pessoalmente a esses grandes jornais e lhes falei da reunião no Marriott. Certamente, a Associação Geral simplesmente se esquecera desse pequeno detalhe em meio ao tumulto de julgar um presidente. Como leigo, tive prazer em fazer minha parte para ajudar a abrir o processo ao olhar transparente do público adventista.

Naturalmente, a imprensa não teve permissão para entrar na sala de conferências do santuário interno, mas os repórteres receberam a versão apresentada pelos advogados particulares de Folkenberg, que atuavam como seus guarda-costas e também se reuniram com jornalistas da *Adventist Review* e do Departamento de Comunicação da Associação Geral. William Johnsson, editor da *Adventist Review* e amigo pessoal de longa data de Folkenberg, fora nomeado, com a participação de Folkenberg, para integrar a comissão especial. A situação exalava conflito de interesses entre os deveres de Johnsson como jornalista e seu papel na decisão sobre o destino do principal executivo da Igreja. Se alguma vez um homem deveria

ter-se declarado impedido de participar de uma comissão, Johnsson deveria tê-lo feito naquele caso!

Não surpreende que a cobertura da imprensa secular sobre as dificuldades de Folkenberg tenha desempenhado papel fundamental em seu destino. Veículos de comunicação de todo o país publicaram revelações sobre os conflitos de interesses do líder mundial, suas associações empresariais impróprias e o uso indevido e abusivo de seu cargo de presidente. Chamou particularmente minha atenção o fato de que, no *Washington Post*, a notícia das manobras de Folkenberg apareceu entre notícias sobre o relacionamento do presidente norte-americano Bill Clinton com Monica Lewinsky e as ligações ilícitas de um pastor batista transgressor de sobrenome Lyon.

Depois de dois dias completos de deliberações de doze horas cada, durante os quais a comissão especial ouviu as conclusões detalhadas do advogado Hiroshima e as apresentações de Folkenberg e de seus advogados particulares remunerados pela Associação Geral, o grupo recomendou que a Comissão Executiva da Associação Geral fosse convocada para examinar o assunto e votar uma moção de confiança na capacidade de Folkenberg de continuar na liderança.

No dia seguinte, 27 de janeiro, dez presidentes das divisões mundiais juntaram-se à Comissão Administrativa da Associação Geral (ADCOM) e aceitaram o relatório da comissão especial. Como Folkenberg se recusou a renunciar, decidiu-se convocar a Comissão Executiva completa da Associação Geral para examinar tanto a ação de Moore quanto o relatório do grupo especial.

Durante seis semanas, a *Adventist Review* não forneceu informação alguma sobre aqueles procedimentos de enorme importância, mas finalmente rompeu o silêncio com uma divulgação cautelosa a respeito da ação de

James Moore. Em 26 de fevereiro de 1999, os advogados de Folkenberg e de Moore chegaram a um acordo. Três dias depois, em 1º de março, a renúncia de Folkenberg tornou-se definitiva, embora ele a tivesse apresentado numa carta datada de 7 de fevereiro.

Ele então fez uma declaração amarga, de quinze minutos, à reunião antecipada da Comissão da Primavera, na qual reclamou que a Igreja o havia "abandonado" e que determinados fatos do caso não tinham sido relatados corretamente.

Mais uma vez, comparei o episódio com minha própria demissão — na qual Folkenberg exercera forte influência. Eu não recebera nenhuma assistência financeira, nem de recursos da Igreja nem de seguros mantidos pela Igreja; e, embora a denominação tivesse contratado advogados poderosos, nem uma única vez me foi oferecida assistência jurídica. Fui demitido, e todos os benefícios foram retirados dentro de uma semana após meu último dia de trabalho denominacional.

Em contraste, a Igreja de modo algum deixou Folkenberg desempregado! Fez-se um arranjo para vinculá-lo novamente à sua antiga empregadora, a Associação Carolina, onde poderia trabalhar com seu irmão, que também havia renunciado, em circunstâncias estranhas, ao cargo de diretor financeiro (CFO) do departamento de Missão Global da Associação Geral.

Os irmãos estavam levando adiante um empreendimento imobiliário em Smith Mountain Lake, na Virgínia, que levantaria os recursos necessários para Robert Folkenberg pagar a James Moore os aproximadamente 800 mil dólares restantes devidos pelo acordo judicial. Durante esse período, Folkenberg não perdeu um único dia de remuneração denominacional, ao mesmo tempo em que obtinha lucros enormes de seu projeto paralelo na Virgínia.

Será que se considerava que Folkenberg havia causado, comparativamente, menos dano ao nome da Igreja do que eu, apesar de seus evidentes conflitos de interesses e abusos como presidente da organização mundial dos adventistas do sétimo dia?

Folkenberg afirmou que havia apresentado sua renúncia a G. Ralph Thompson, secretário da Comissão Executiva da Associação Geral, "para evitar sofrimento e conflito à minha família e à Igreja que amo". O texto integral de sua declaração foi lido numa reunião especialmente convocada na sede mundial da Igreja, em Silver Spring, Maryland, nos seguintes termos:

> Desde minha primeira infância, como filho de pais missionários na Interamérica, até meu ministério como presidente da Associação Geral, toda a minha vida foi dedicada incansavelmente, com um único propósito, ao avanço da mensagem e da missão da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Contudo, nas últimas semanas tornou-se evidente para mim que a controvérsia em torno das alegações de James E. Moore, apresentadas no contexto de uma ação judicial contra a Igreja e contra mim, está desviando a atenção da obra de Deus. Embora eu tenha reconhecido repetida e publicamente erros em meus negócios com o sr. Moore, alegro-me porque a integridade de minhas motivações não foi posta em dúvida. Entretanto, para evitar mais sofrimento e conflito à minha família e à Igreja que amo, estou me retirando da controvérsia, apresentando, por seu intermédio, minha renúncia à Comissão Executiva da Associação Geral. Continuarei a dedicar tudo o que tenho ao avanço da missão da Igreja e oro para que, por meio desta atitude, a Igreja possa manter o foco na tarefa que o Senhor nos confiou.

Às vezes, descubro que escrever sobre os próprios sentimentos ajuda a expressá-los. Assim, tomado por toda a emoção daquele momento, sentei-me num dia de fevereiro e escrevi uma resposta a "Robert

Folkenberg, ex-presidente da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia".

Embora nunca tenha enviado a carta, eu a guardei. Permitam-me compartilhar aqui uma versão abreviada de seu texto essencial:

> Caro Bob: É 8 de fevereiro, enquanto escrevo esta carta a você. Você sempre se lembrará deste dia! Como pode imaginar, escrever uma carta como esta exige muita reflexão e oração. É provável, porém, que ela nunca lhe seja enviada. Quando, mais cedo hoje, abri um relatório de duas páginas da Adventist News Network, não consegui esquecer como esse mesmo veículo de propaganda havia iniciado, em dezembro de quatro anos atrás, uma destruição metódica de meu bom nome. Ali vi sua fotografia enquanto você fazia uma declaração sobre sua renúncia à presidência da Associação Geral perante os funcionários da sede. Reconheço que existem muitas semelhanças, mas também enormes diferenças, entre sua situação e a minha. Mesmo assim, suspeito que, mais do que a maioria das pessoas, sou capaz de compreender o que você sente. Conheço em primeira mão a dor de ser arrancado de uma posição de serviço, quando sentia que meu trabalho ainda não havia terminado; o isolamento dos antigos amigos; as imaginações maldosas que tornam ainda mais doloroso um ataque já suficientemente cruel. Ambos enfrentamos um tribunal. No meu, você nomeou seus amigos pessoais e os de Mittleider. No seu julgamento, no Hotel Dulles Marriott, você pôde escolher seus aliados. Não me foi permitido ter advogados presentes; você teve dois para falar em seu favor. Você tentou fazer com que eu fosse excluído da comunhão da Igreja, mas, assim como você, continuo sendo considerado membro em plena e regular situação. Agora que experimentou a dor de separar-se de um cargo que buscou desesperadamente e do poder político que alimentava sua corrupção pessoal, será pedir demais que eu espere que você sinta a inspiração do

> Espírito Santo de Deus para me oferecer um pedido de desculpas e reconciliação pelo tratamento cruel que me infligiu, simplesmente porque desaprovava a maneira como eu cumpria a função que me fora atribuída pela Igreja? Atenciosamente, Seu irmão em Cristo que o perdoa

Com suas conexões políticas, Folkenberg dirige hoje um ministério evangelístico de grande visibilidade, que recebe enormes quantias de dólares adventistas a cada ano e as distribui pelo mundo. Sim, ele sofreu com sua queda, mas conseguiu reabilitar-se plenamente ao reinventar-se como evangelista público — atividade para a qual possui verdadeiro dom.

Quem dera a Igreja fosse igualmente generosa com aqueles que, de dentro dela, a chamam ao arrependimento.

Capítulo 15 — Para onde vamos daqui?

Com pouquíssimo aviso prévio, no final de 1994 nos vimos novamente procurando, entre as cinzas de nossa vida, uma maneira de nos reerguer. Aquilo me fez lembrar da casa que havíamos perdido quase trinta anos antes, no Chile. Havia, porém, uma diferença gritante: quando nossa casa pegou fogo, os amigos nos cercaram e nos ajudaram a seguir em frente. Agora, nossos amigos haviam desaparecido, e estávamos por nossa conta.

Os anos passaram, mas a crueldade e as mentiras dos dirigentes permanecem, sem pedidos de desculpas, sem qualquer evidência de remorso posterior.

Levei vários dias depois de perder o emprego para que a realidade começasse a penetrar em mim. Lembro-me de ficar sentado no quarto, nas primeiras horas das manhãs de sábado, tentando compreender que eu jamais voltaria a ser bem-vindo às atividades da Associação Geral, a apenas oito quilômetros de distância. Faltavam-me cinco anos para a aposentadoria, e eu vinha vendo colegas deixarem seus cargos com homenagens e pequenas reuniões de despedida. Percebi que minha própria saída estaria para sempre associada à hostilidade. Ainda consigo imaginar o vice-presidente Phil Follett visitando cada departamento da Associação Geral e repetindo o relato fatal do mal monstruoso que eu supostamente havia cometido.

Lutei para encontrar um sentido no que acontecera, dentro de um quadro mais amplo, e pensei em Jesus, falsamente acusado e humilhado, crucificado pela Associação Geral de seus dias. Mas, mesmo quando minhas reflexões espirituais começaram a formar uma realidade que eu podia aceitar, sabia que precisava ganhar a vida e colocar comida na mesa. Meu salário e meu seguro-saúde estavam terminando, e a Igreja não possuía

seguro-desemprego. Naquela época, o empenho e a determinação de meu pai me inspiraram a seguir adiante.

Começaram a surgir propostas de trabalho — afinal, a economia estava em expansão. Um amigo do vizinho Columbia Union College convidou-me para lecionar contabilidade e assuntos relacionados num programa noturno de MBA. Excelente! Mas a Associação Geral ainda não havia terminado comigo. Porta-vozes oficiais rapidamente exerceram pressão política, e o convite foi retirado.

Assim, pela primeira vez na vida, comecei a enviar currículos com urgência — uma tarefa difícil aos 56 anos, quando meu único empregador se recusava a fornecer uma carta de recomendação.

Ainda assim, enviei mais de cem currículos a empresas com vagas disponíveis, mas apenas duas me chamaram para entrevistas — o que não surpreende, quando a Associação Geral estava em posição de adverti-las de que eu era um homem problemático.

De qualquer modo, durante mais de um mês não surgiu nenhuma outra oferta de emprego. Finalmente, meu filho Sam, que alguns anos antes havia estabelecido, com meu incentivo, um pequeno escritório de contabilidade pública, pediu que eu fosse trabalhar com ele.

Descobri que o exercício da contabilidade para clientes particulares era muito diferente de administrar um programa mundial, com escritórios em vários lugares, no Serviço de Auditoria da Igreja. Para que ambos sobrevivêssemos economicamente, eu precisava trabalhar depressa e cumprir prazos exigentes. Felizmente, não tinha dívidas, exceto uma pequena hipoteca sobre nossa casa. Por isso, continuei trabalhando com meu filho por quase quatro anos. Então, no início de 1999, um de nossos grandes clientes informou que não precisaria mais de nossos serviços.

Embora Sam estivesse disposto a me manter no escritório apesar da queda de receita, nós dois acabaríamos passando fome. Por isso, mais uma vez enviei currículos, dessa vez sem mencionar os anos de estudo nem qualquer outra informação que revelasse meus sessenta anos de idade. Também omiti todas as referências ao meu emprego na Igreja Adventista.

Era uma época em que havia grande procura por contadores, e surgiram três propostas concretas. Todas ofereciam remuneração superior à que eu recebia em nosso pequeno escritório de Maryland, além de assistência médica e benefícios de aposentadoria. Mas todas ficavam longe de minha casa. Por fim, escolhi um emprego no norte da Virgínia, que exigia quarenta e cinco minutos de deslocamento — quando o trânsito estava leve — pelo anel viário de Washington. Meu novo chefe concordou em me conceder horário flexível. Assim, eu saía de casa às 4h45 da manhã e voltava por volta das 14 horas. Tornei-me gerente de contas comerciais naquela grande empresa de contabilidade e passei a desfrutar de trabalho e responsabilidades que reconheciam meus anos de experiência. Era muito bom sentir-me valorizado e aceito.

Havíamos comprovado que Deus estava cuidando de nós, embora, por vezes, o barril de farinha parecesse vazio. Nunca deixamos de fazer uma refeição, nem tivemos de usar roupas esfarrapadas. Pessoas que jamais havíamos conhecido nos surpreendiam com pequenos presentes em dinheiro, bem a tempo de cumprir compromissos financeiros. Sentíamo-nos como Elias, alimentado por corvos no Antigo Testamento. Deus nos enviava exatamente o suficiente para que soubéssemos que Ele nos amava e cuidava de nós.

Durante quase dois anos, senti-me confiante em meu trabalho e desfrutei dos sábados livres. Desenvolvi relacionamentos extraordinários com os clientes da empresa e com meus colegas. Percebi que a firma havia

começado a expandir seus negócios em contratos com o governo — uma área natural de crescimento para uma empresa próxima da capital. Mas eu não me sentia à vontade com esse tipo de trabalho; francamente, era entediante além de qualquer medida. Logo, porém, estava envolvido nessa nova atividade, supervisionando jovens contadores. Muitos clientes antigos, entretanto, sentiam-se deixados de lado, porque já não recebiam a atenção que costumávamos lhes dedicar.

Em fevereiro de 2002, decidi voltar a trabalhar com Sam, ajudando-o com novas contas empresariais que haviam chegado ao escritório. Mas, ao retornar à minha mesa junto dele, descobri que clientes que eu atendia no emprego anterior agora queriam transferir seus negócios para a empresa de Sam. Continuamos desfrutando dessa bênção inesperada. Nosso escritório é hoje mais bem-sucedido do que em qualquer outro momento de sua história.

É um trabalho secular, mas o companheirismo e a aceitação que encontramos entre nossos clientes internacionais, vindos do Egito, da América Latina, da França, da Grécia, do Irã e da África, são coisas que jamais senti no trabalho denominacional. Acabo de completar setenta anos, e a aposentadoria virá no momento certo; mas ainda espero com prazer a hora de ir trabalhar todas as manhãs.

A vida de Charlotte e a minha gira em torno de nossa pequena igreja em Maryland, situada à sombra da Associação Geral e da editora Review and Herald. Ali sirvo como ancião, e Charlotte é diaconisa-chefe e coordenadora de música. Entregamos nossos dízimos e ofertas, embora não a cofres que possam financiar litígios ou assassinatos de reputação.

(O capítulo continua na página 133 da edição original, após o depoimento de Charlotte.)

Do ponto de vista de Charlotte

Os escritórios da Associação Geral estavam tranquilos em 1994, quando começaram as reuniões do Concílio Anual. Eu estava sentada à minha mesa, na Tesouraria, auxiliando missionários que se preparavam para servir na Divisão do Extremo Oriente.

De repente, David apareceu, com a aparência de quem acabara de ver um fantasma. Pediu que eu lesse um documento que lhe havia sido entregue pelos advogados da Associação Geral. Enquanto lia as acusações feitas contra ele por uma mulher então de meia-idade, que muitos anos antes, quando era uma adolescente perturbada, havia me chamado de sua "melhor amiga", senti como se um raio me atingisse! David e eu oramos juntos na capela e depois fomos ao escritório do vice-presidente Kenneth Mittleider. Senti-me confortada ao saber que ele e Walter Carson, advogado empregado pela Associação Geral, haviam sido designados para investigar aquelas acusações escabrosas e que nos tratariam com compaixão e bondade.

Mas nos receberam friamente, com expressões rígidas e endurecidas, exigindo que David renunciasse imediatamente. Quando ele se recusou, as coisas apenas pioraram.

De volta ao meu escritório, David e eu podíamos olhar pelas janelas para a sala da comissão, enquanto outro vice-presidente da Associação Geral, Phil Follett, reunia vários grupos de empregados e lhes contava as acusações contra David, sua recusa em renunciar e o julgamento interno iminente.

David recebera ordens para esvaziar seu escritório, cancelar todas as viagens e entregar suas chaves. A equipe de segurança foi instruída a supervisioná-lo durante todo o tempo em que permanecesse nos escritórios da Associação Geral.

Amigos começaram a passar por minha sala para me consolar. Meu coração se encheu de angústia quando pensei no que aquilo significaria para nossos filhos, que conheciam nossos sacrifícios em favor da Igreja. Desde o início, havíamos dedicado sem reservas nossa vida de casados à Igreja Adventista, e parecia insuportável deixar nossa missão daquela maneira. David e eu sempre trabalhamos como uma equipe. Nunca aspiramos a integrar as panelinhas do alto escalão da Igreja e não desfrutávamos do reconhecimento social reservado àqueles que ocupavam os postos mais elevados. David não tinha companheiros íntimos de golfe entre os administradores. Simplesmente amava seu lar e os momentos tranquilos com a família, e trabalhava incansavelmente para promover as causas nas quais acreditava.

À medida que os dias passavam, eu observava o homem que amava — aquele que sempre tivera tanta energia, iniciativa e visão em suas responsabilidades para com o Senhor — sentado em nossa sala de estar, olhando fixamente para a parede. Ele não fazia ideia de como ganharia a vida dali em diante, mas ainda me abraçava e dizia: “Charlotte, você não precisa continuar trabalhando na Associação Geral. Sei que Deus proverá para nós.” Grata por sua compreensão, apresentei minha renúncia.

Veio então o “tribunal de fachada”, com procedimentos semelhantes aos da Gestapo e um ultimato: eu poderia defender David verbalmente ou sentar-me ao lado dele como testemunha silenciosa. Os irmãos da Associação Geral não permitiriam que eu fizesse as duas coisas.

Enquanto isso, Mittleider percebeu que, contrariando o plano, David não renunciaria sob pressão, e sua raiva transparecia claramente. Eu sabia tão bem quanto David que o relacionamento descrito por Beth Adels jamais poderia ter acontecido. Embora ela dissesse que havia se encontrado ilicitamente com meu marido em Portland, Tennessee, doze anos antes, eu

me lembrava nitidamente de ter viajado com David naquela época — algo que os administradores da Associação Geral não sabiam e que Beth, em seu estado mental confuso, havia esquecido de lhes contar. Na verdade, David e eu havíamos visitado Beth e seus pais durante nossas viagens juntos. Contei a Mittleider que tínhamos viajado juntos no carro da família e que estávamos aproveitando o tempo que podíamos passar um com o outro. David simplesmente não teria tido tempo nem oportunidade para fazer algo semelhante ao que Beth descrevia por meio daquilo que considerávamos uma síndrome de falsas memórias induzidas por tratamento psiquiátrico.

Mas, enquanto eu apresentava essas informações na audiência interna, Mittleider me interrompeu grosseiramente e gritou: “Você está mentindo!” Respondi que sabia reconhecer uma audiência manipulada quando via uma, mas que, mesmo assim, estava comprometida a dizer a verdade absoluta, conforme a conhecia.

Beth Adels estava sentada na sala de reuniões naquele dia, enquanto eu falava. Olhei diretamente para ela, mas ela apertava sua caixa de lenços de papel Kleenex e se recusava a cruzar o olhar comigo. Como parte daquela encenação, David e eu havíamos sido proibidos de falar com ela ou de nos comunicar de qualquer maneira.

Ali estava a mesma mulher que viera morar em nossa casa em Singapura, perturbada, confusa e até com tendências suicidas. Seus pais temiam por sua vida, e David e eu havíamos concordado em recebê-la em nossa casa porque queríamos ajudar. Lembrei-me de passar horas ouvindo seu raciocínio confuso, dedicando-lhe um tempo que poderia ter passado com nossos próprios filhos.

Na verdade, muitas vezes ela me dissera que eu era sua “melhor amiga”. Considerava-me sua confidente, mas, mesmo naquela época, sua

imaginação corria solta. Para mim, não era de modo algum inconcebível que, nos anos seguintes, ela e sua terapeuta pudessem ter "recuperado" falsas lembranças daquele período ou de nossa visita em 1982. Mas eu sabia então, com a mesma certeza com que sei agora, que David era incorruptível em seus compromissos financeiros e conjugais. Nem uma única vez, em trinta e cinco anos, alguém havia mencionado algo remotamente sugestivo a respeito de seu comportamento. Mas coisas estranhas podem acontecer em mentes confusas — suponho que sempre exista uma primeira vez.

Agora eu esperava plenamente que aquele "júri" escolhido a dedo votasse que a história de uma mulher perturbada era mais digna de crédito do que a de meu marido. E foi assim que, na véspera de Natal de 1994, ele foi demitido "com efeito imediato"; mas, no espírito caridoso das festas, seu salário e nossos benefícios de assistência médica foram prorrogados por mais uma semana. Invocamos imediatamente nosso direito, previsto nas normas, de sermos ouvidos por uma "comissão de recursos" imparcial, mas nosso pedido foi negado.

Nosso último recurso, ao que parecia, era levar o caso a um tribunal secular. Queríamos justiça. Queríamos descobrir o que realmente estava acontecendo. Mas isso não aconteceria. Durante sete longos anos, os advogados altamente remunerados contratados pela Associação Geral lutaram não para apresentar os fatos, mas para impedir que o processo chegasse a julgamento! Nosso filho Sam e eu ficávamos na sala do juiz, ouvindo mentira após mentira após mentira, enquanto os advogados tentavam desacreditar o auditor que, ao longo dos anos, havia questionado tantas ações da Igreja. Os depoimentos colhidos unilateralmente — nossos perseguidores da Associação Geral nunca foram submetidos a depoimentos semelhantes — feriram deliberadamente nossos filhos com interrogatórios impiedosos.

Por mais humilhante que fosse, não permitimos que esse tratamento esmagador nos privasse da eternidade. Mantivemo-nos firmes em nossa fé na bondade de Deus e em Suas bênçãos.

Dos cinco filhos de minha família, sou a única que permaneceu fiel à Igreja, embora, nos últimos anos, um irmão mais velho tenha entregado o coração a Cristo. Meu irmão mais velho me perguntou: “Por que você permanece numa igreja como essa?” Respondi que a Igreja é formada por seres humanos frágeis — até desonestos e corruptos. Não somos perfeitos, eu lhe disse, mas podemos sempre confiar em Deus e em Sua Palavra perfeita. Ainda acredito nisso.

Amo a mensagem adventista e estou comprometida a segui-la durante todos os dias de minha vida. Os Mittleider e os Folkenberg deste mundo não podem roubar minha coroa! Creio verdadeiramente que quaisquer tragédias que soframos aqui na Terra se tornarão insignificantes quando comparadas à vida eterna com Jesus.

Muitos milagres foram realizados em nosso favor, pelos quais agradecemos ao nosso Melhor Amigo, Jesus. Aprendi também que existem “verdadeiros amigos” aqui e agora, e sou sinceramente grata por cada um deles. Nossa Igreja ainda tem muito a aprender sobre amar, em vez de condenar. Dou graças a Deus porque Ele é meu Juiz!

Nossa pequena e querida igreja às vezes me convida para falar do púlpito. É evidente que existem duas partes distintas na Igreja Adventista: a elite manipuladora e a maioria alegre e caridosa. Nem todas as práticas da Igreja são piedosas ou instituídas por Deus. Reconhecemos que especialistas habilidosos em manipular a opinião pública estão vivos e atuantes nos níveis mais elevados da administração da Igreja — e é assim que as coisas acontecem num mundo imperfeito.

Eu já acreditei que era impossível ser um membro eficaz da Igreja sem me envolver na política eclesiástica. Hoje, mantenho-me deliberadamente afastado da política, tanto na esfera espiritual quanto na secular.

Mas é difícil ignorar a reforma pouco resoluta que a administração do envelhecido Jan Paulsen trouxe à nossa Igreja. Sei que o comportamento ético de muitos líderes adventistas lhe causa sofrimento e que, de tempos em tempos, ele se pronunciou em favor de mudanças. Mas permanece o fato de que, sem sua aprovação, Folkenberg não poderia ter continuado na folha de pagamento da Igreja.

É evidente que Ted Wilson agora está se movimentando para ocupar a posição certa para o retorno da dinastia Wilson ao degrau mais alto da administração da Associação Geral. Creio que, a menos que surja oposição cultural de fora da América do Norte, ele será eleito na primeira votação, embora jamais tenha servido uma única vez como pastor de uma igreja local. Ele percorreu cuidadosamente os postos de serviço no exterior e as instituições dos Estados Unidos para dar ao currículo exatamente a aparência adequada. Enquanto isso, Paulsen cumpre formalidades como uma figura decorativa. Recentemente, apareceu numa apresentação à mídia discutindo a cura espiritual necessária depois do holocausto étnico em Ruanda. Disse que todos devemos estar preparados para perdoar, porque todos precisamos de perdão. Sua interpretação de quem está incluído nisso, naturalmente, é seletiva — e a mesma velha animosidade do oportunismo político continua a movimentar a máquina do adventismo, embora talvez não sua ideologia.

Aprendemos ao longo desses anos que muitos outros sofreram demissão, alienação e destruição, sem motivo, pelas mãos de ministros adventistas e dirigentes da Igreja — seu único crime foi não seguir os ventos políticos dominantes.

Charlotte e eu esperávamos e orávamos para que o processo judicial que movemos ajudasse a produzir mudanças na Igreja. Mas o sistema judicial norte-americano também está quebrado. Lembro-me das palavras bastante pessoais do juiz Turner, que examinou meu caso inicialmente. Ele perguntou diretamente aos advogados da Igreja: “Se a Associação Geral tivesse castrado o sr. Dennis por suas infrações, vocês ainda tentariam esconder-se atrás do privilégio da Primeira Emenda para evitar pagar-lhe indenização?”

Eles responderam: “Não.” Mas sei que, mesmo que a Igreja tivesse providenciado meu assassinato, ainda assim teria argumentado que possuía o privilégio da Primeira Emenda para fazê-lo, em nome de sua prática autônoma da religião.

Continuo perguntando: “Como é possível cometer crimes em nome da liberdade religiosa sem ser responsabilizado? Como uma Igreja que erra pode continuar desfrutando de isenção de impostos?” Essas perguntas se aplicam a todas as igrejas.

Como as coisas estão hoje, praticamente todo empregado da Igreja Adventista recebe algum tipo de credencial e, ao apresentá-la a um tribunal, pode transformar quase qualquer queixa contra si em uma “questão eclesiástica”. Ao mesmo tempo, a Igreja tem liberdade para mover ações judiciais, quando quiser, contra quem escolher, inclusive seus próprios membros.

Talvez nossa maior decepção com a decisão do juiz de conceder imunidade à Igreja em nossa ação civil tenha sido o fato de que a corrupção interna que levou à minha demissão ficaria efetivamente escondida do escrutínio público. Se os detalhes tivessem se tornado conhecidos mais cedo, Folkenberg provavelmente não teria sido reeleito em 1995, e mudanças significativas poderiam ter sido introduzidas no sistema político da Igreja.

Existe, entretanto, uma lembrança animadora do trauma que suportamos. Faço questão de observar que nosso sofrimento foi infligido por seres humanos frágeis. Não foi "a Igreja" nem a política denominacional que nos perseguiu até nos expulsar do emprego. Indivíduos zelosos e equivocados simplesmente acharam que eu precisava ser removido e, com amarga eficiência, fizeram isso da maneira mais implacável possível, ignorando o espírito de uma política da Igreja que, de outro modo, seria generosa.

Algumas poucas pessoas preciosas estenderam-nos a mão da amizade depois que deixamos o emprego denominacional — em sua maioria pessoas pouco conhecidas, que contribuíram para nossas despesas judiciais e nos ajudaram a suprir outras necessidades pessoais. Outras, à maneira de Cristo, simplesmente se aproximaram para ajudar, apoiar e demonstrar bondade.

No topo dessa lista, pela qual somos profundamente gratos, estão Francis e Sue Wernick. Francis me telefonava apenas para compartilhar um pouco de alegria e amor numa noite de sexta-feira. Ou os dois apareciam no escritório com verduras de sua horta. Bill Shea, que escreveu a apresentação deste manuscrito, é um estudioso do Antigo Testamento de renome mundial, que havia se aposentado recentemente dos escritórios de Pesquisa Bíblica da Associação Geral. Ele nos incentivou e ofereceu sua amizade.

Outro amigo naquele período difícil foi Erwin Gane, escritor prolífico e ex-professor universitário de teologia, que se aposentou da Associação Geral e hoje mora na Califórnia.

Nossa pequena e amorosa família permaneceu unida durante tudo isso. Depois de quase cinquenta anos de casamento, Charlotte e eu ainda desfrutamos da companhia um do outro. Somos muito gratos por termos nossos filhos geográfica e emocionalmente próximos de nós. Sam e eu

continuamos trabalhando juntos. Ele sofreu muitos problemas de saúde, alguns graves, mas ultimamente tem desfrutado da cura do Céu e está perto de Jesus. Cheryl e sua família moram perto de nossos escritórios e frequentemente compartilham conosco a companhia da pequena Emma, nossa neta mais nova. Ela é precoce e extraordinariamente atenta para sua tenra idade.

Outras coisas melhoraram, pois o tempo é um grande curador. Nossos antigos colegas de trabalho na Igreja já não saem correndo quando nos veem chegar — a maioria agora parece velha demais para correr, de qualquer maneira. Alguns ainda nos evitam, mas seus ataques estão perdendo força. Um antigo amigo missionário telefonou-me recentemente e disse que não dava crédito algum às acusações de má conduta sexual: em todos os anos de nossa convivência, nunca havia visto nada em meu comportamento que o levasse a acreditar numa acusação como aquela.

Aos poucos, a mensagem está sendo compreendida: se houvesse qualquer prova demonstrável contra mim, a Associação Geral teria economizado milhões de dólares e simplesmente permitido que o processo fosse a julgamento.

Sim, perdemos a maioria daqueles que antes considerávamos nossos amigos, mas somos gratos pelos novos — uma nova e amorosa família na igreja local e muitos contatos não adventistas que, de outra maneira, jamais teríamos conhecido.

Por isso, seguimos em frente. Permanecem cicatrizes causadas pela crueldade daqueles que ainda acreditam beneficiar a causa do adventismo ao nos difamar. A Igreja acabará acreditando naquilo que escolher, mas permanece o fato de que ninguém envolvido em minha destruição procurou até hoje meu perdão, embora, na medida do possível, eu os tenha perdoado.

Deus declara que cuidará de qualquer “vingança” e, repetidas vezes, como no caso da queda de Folkenberg, temos visto Sua mão interventora. Estamos mais do que convencidos de que devemos seguir adiante, servindo aos outros e nos agarrando com todas as forças a Jesus Cristo.



Charlotte e David Dennis

Contas Fatais

David Dennis

A *Adventist Today* tem a honra de publicar *Contas Fatais*, a primeira análise já realizada sobre a extraordinária ascensão e a queda devastadora de David Dennis, o brilhante e controverso auditor-chefe da Igreja Adventista.

Homem de talento extraordinário, Dennis pregava com notável habilidade em três idiomas e foi um dos primeiros tesoureiros denominacionais a possuir tanto um MBA quanto uma certificação profissional em contabilidade pública (CPA). Pastor ordenado, numa função em que o normal era "ser visto, mas não ouvido", Dennis tinha o carisma verbal e a determinação necessários para elevar a responsabilidade financeira da igreja a padrões mais altos.

Em 1975, quando tinha apenas 37 anos, foi chamado por Robert H. Pierson para dirigir o Serviço de Auditoria da Associação Geral. Pierson acreditava que a credibilidade da Associação Geral dependia em grande medida da reputação e do desempenho de seu serviço de auditoria, e Dennis compartilhava essa convicção. Pouco depois, Pierson aposentou-se por razões de saúde e foi sucedido por Neal C. Wilson, a quem Dennis sobreviveu administrativamente, apesar de graves divergências.

Quando Dennis acusou Wilson, pública e convincentemente, de manipular a Comissão Diretiva da Associação Geral em sua tentativa controversa de romper o vínculo entre a remuneração dos administradores da área de saúde e a dos administradores das Associações, Dennis tornou-se um homem politicamente marcado. Dois anos depois, a Assembleia da Associação Geral parecia prestes a negar sua reeleição. Mas vozes influentes se levantaram em sua defesa, e ele acabou sendo reconduzido.

O sucessor de Wilson, o conhecido financista criativo Robert S. Folkenberg, parecia determinado a silenciar a voz cada vez mais incômoda de Dennis. Quando Dennis descobriu um plano sigiloso para canalizar recursos denominacionais à esposa de Folkenberg e à esposa de outro alto oficial da igreja, recusou-se a encobrir o caso. A disputa com Folkenberg tornara-se pessoal.

O livro conta também como a administração da Associação Geral manipulou as "memórias recuperadas" de uma jovem vulnerável para afastar Dennis do cargo, além da fatal crúzada judicial multimilionária empreendida pela denominação para garantir que seu caso jamais fosse ouvido em um tribunal.

Leitura indispensável para quem rejeita corrupção, ganância e encobrimentos financeiros — e para todos os que estão determinados a impedir que práticas contábeis semelhantes às da Enron e a ocultação de irregularidades financeiras jamais se tornem a norma dentro da denominação. ***Contas Fatais*** aponta para um novo capítulo na história da igreja: o da reforma necessária.